



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

IX Legislatura

Número: 98

III Sessão Legislativa

Horta, Quinta-Feira, 19 de Maio de 2011

Presidente: *Deputado Francisco Coelho*

Secretários: *Deputados José Ávila e Mark Marques*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 11 minutos

No Período de Tratamento de Assuntos Políticos e após a chamada dos Srs. Deputados, foram apresentados diversos votos.

O primeiro, **Voto de Congratulação** pela “**conquista do título de Campeão Nacional da Divisão A1 de Voleibol Masculino – Associação de Jovens da Fonte do Bastardo**”, foi apresentado pela bancada parlamentar do Partido Socialista, mais precisamente pelo Sr. Deputado Berto Messias.

Submetido à votação, o voto foi aprovado por unanimidade.

O segundo, **Voto de Saudação** “**pelo título de campeão nacional de Voleibol masculino alcançado com especial brilho e mérito pela Associação de Jovens da Fonte do Bastardo**”, foi apresentado pela bancada parlamentar do

Partido Social Democrata, cabendo a sua apresentação ao Sr. Deputado Clélio Meneses.

O voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

Seguiu-se um **Voto de Congratulação** pela “**Subida do Terceira Basket Club ao Campeonato da Liga Portuguesa de Basquetebol**”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Após a apresentação de tribuna pela Sra. Deputada Nélia Nunes usou da palavra o Sr. Deputado António Ventura (*PSD*).

Novamente, o voto mereceu a unanimidade da Câmara, aquando da sua votação.

O penúltimo voto, **Voto de Saudação pelos “25 Anos do Grupo de Violas da Ilha Terceira”**, foi apresentado pela bancada do Partido Social Democrata, cabendo a sua apresentação à Sra. Deputada Carla Bretão (*PSD*), merecendo também a aprovação por unanimidade.

Por fim, e pelo Sr. Deputado António Toste (*PS*), foi apresentado um **Voto de Saudação** também versando a temática anterior, **25º Aniversário do Grupo de Violas da Ilha Terceira**.

O voto supracitado foi aprovado por unanimidade.

Ao abrigo do artigo 74º do Regimento, foi apresentada uma declaração política pela Sra. Deputada Zuraída Soares, do Grupo Parlamentar do BE.

Aberto o debate, usaram da palavra os Srs. Deputados António Marinho (*PCP*), José San-Bento (*PS*), Aníbal Pires (*PCP*), Artur Lima (*CDS/PP*), bem como o Sr. Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*).

Para Tratamento de Assuntos de Interesse Político Relevante, usaram da palavra os Srs. Deputados Lúcio Rodrigues (*PS*), Luís Garcia (*PSD*), Costa Pereira (*PSD*), o Sr. Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*) e o Sr. Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*), dando sequência ao debate suscitado na Terça-Feira, após a intervenção do Sr. Deputado Costa Pereira.

A **Agenda da Reunião** iniciou-se com a apresentação de dois diplomas:

1- Projecto de Resolução n.º 38/2011 – “Igualdade de Tratamento da SATA Air Açores e na SATA Internacional”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP, cabendo a sua apresentação ao Sr. Deputado Artur Lima;

2- Projecto de Resolução n.º 39/2011 – “Prevenção do *bullyng* nas escolas”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, mais precisamente pelo Sr. Deputado Cláudio Almeida (*PSD*).

Na sequência do debate iniciado no dia anterior sobre:

- Projecto de Resolução n.º 10/2011 – “acompanhamento do processo de descontaminação de focos de poluição e programa de controlo da qualidade da água na Praia da Vitória”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE;

- Projecto de Resolução n.º 18/2011 – “acompanhamento do processo de descontaminação na Praia da Vitória”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS;

- Projecto de Resolução n.º 24/2011 – “criação de uma Comissão Técnica de Acompanhamento do Processo de Descontaminação na Praia da Vitória, apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD, CDS/PP, BE e pelas Representações Parlamentares do PCP e do PPM.

Usaram da palavra os Srs. Deputados António Toste (*PS*), Artur Lima (*CDS/PP*), Carla Bretão (*PSD*), Zuraida Soares (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*), José Cascalho (*BE*), Isabel Rodrigues (*PS*), Berto Messias (*PS*) e ainda o Sr. Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*).

Usou da palavra para um protesto o Sr. Deputado Artur Lima (*CDS/PP*), seguindo-se um contra-protesto pelo Sr. Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*).

Ainda para defesa da honra da bancada parlamentar usou da palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*), na sequência da qual usou da palavra o Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*).

Feito o debate, iniciou-se a votação. O primeiro diploma foi rejeitado por maioria, o segundo aprovado por maioria e o terceiro novamente rejeitado por maioria.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Artur Lima (*CDS/PP*), Isabel Rodrigues (*PS*) e Carla Bretão (*PSD*).

Por fim, foi apresentado pela Representação Parlamentar do PCP, um **pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projecto de Resolução n.º 35/2011 – “pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre o Memorando de Entendimento do Programa de Assistência Financeira a Portugal”**, o qual foi rejeitado por maioria.

Justificada a urgência pelo Sr. Deputado Aníbal Pires, iniciou-se o debate no qual participaram os Srs. Deputados Berto Messias (*PS*), Zuraída Soares (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*), Aníbal Pires (*PCP*), Duarte Freitas (*PSD*) e Artur Lima (*CDS/PP*).

Usaram da palavra para protesto os Srs. Deputados Berto Messias (*PS*) e Paulo Estêvão (*PPM*) e para um contra-protesto o Sr. Deputado Aníbal Pires (*PCP*).

Para defesa da honra usou da palavra o Sr. Deputado Berto Messias (*PS*) usando de seguida da palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires (*PCP*).

Por fim, foram aprovados por unanimidade dois pedidos de autorização para prestação de depoimento:

- **Pedido de autorização para o Deputado José Francisco Salvador Fernandes prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito do processo de procedimento cautelar n.º 40/11.4TBSCF-A, que corre termos na Secção Única do Tribunal Judicial de Santa Cruz das Flores;**

- **Pedido de autorização para o Deputado José Gaspar Rosa de Lima prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito do processo comum (Tribunal Singular) n.º 2/08.9MAAGH, que corre termos no 1.º Juízo do Tribunal Judicial de Angra do Heroísmo.**

Também por unanimidade foi aprovada a **Proposta de Deliberação que declara findo o período legislativo de Maio.**

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 10 minutos.

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Vamos iniciar os nossos trabalhos de hoje. Agradecia que ocupassem os vossos lugares.

Vamos de imediato proceder à chamada.

Eram 10 horas e 11 minutos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Alexandre Rui Carvalho **Pascoal** Albuquerque Silva

António Gonçalves Toste **Parreira**

Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**

Benilde Maria Soares Cordeiro de **Oliveira**

Berto José Branco **Messias**

Carlos Alberto Medeiros **Mendonça**

Catarina Paula Moniz **Furtado**

Cecília do Rosário Farias **Pavão**

Domingos Manuel Cristiano Oliveira **Cunha**

Duarte Manuel Braga **Moreira**

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**

Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral

Guilherme de Fraga Vicente **Nunes**

Isabel Maria Duarte de Almeida **Rodrigues**

José Gaspar Rosa de **Lima**

José Manuel Gregório de **Ávila**

José de Sousa **Rego**

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa
Lizuarte Manuel **Machado**
Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**
Manuel Herberto Santos da **Rosa**
Maria da **Piedade** Lima **Lalanda** Gonçalves Mano
Nélia Maria Pacheco **Amaral**
Nélia Maria Brito **Nunes**
Paula Cristina Dias **Bettencourt**
Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**
Rogério Paulo Lopes Soares **Veios**
Vera Mónica da Silva Alves Teixeira **Bettencourt**

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo Amaral Reis dos **Santos**
António Augusto Batista Soares **Marinho**
António Pedro Rebelo **Costa**
António Lima Cardoso **Ventura**
Carla Patrícia Carvalho **Bretão** Martins
Cláudio Borges **Almeida**
Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**
Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**
Francisco da Silva **Álvares**
João Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**
Jorge Alberto da **Costa Pereira**
Jorge Manuel de Almada **Macedo**
José Francisco Salvador **Fernandes**
Luís Carlos Correia **Garcia**
Mark Silveira **Marques**
Pedro António de Bettencourt **Gomes**

Partido Popular (CDS/PP)

Abel Jorge Igrejas Moreira

Luís Virgílio de Sousa da Silveira

Paulo Jorge Santiago Gomes da Rosa

Pedro Miguel Medina Rodrigo Raposo

Bloco de Esquerda (BE)

José Manuel Veiga Ribeiro Cascalho

Zuraida Maria de Almeida Soares

Presidente: Estão presentes 50 Sras. e Srs. Deputados.

Temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Vamos passar à apresentação de um conjunto de votos que entretanto deram entrada na Mesa.

Vamos começar pelo Voto de Congratulação apresentado pelo PS relativo à conquista do título de campeão nacional da Divisão A1 de Voleibol masculino, pela Associação de Jovens da Fonte do Bastardo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Conquista do título de Campeão Nacional da Divisão A1 de Voleibol Masculino – Associação de Jovens da Fonte do Bastardo

Fundada a 21 de Outubro de 1975, a Associação de Jovens da Fonte do Bastardo já alcançou momentos de verdadeira glória, embora salpicados por algumas dificuldades, ultrapassadas sempre pelo reconhecido esforço dos seus dirigentes, colaboradores e associados.

É, sobretudo, na modalidade de voleibol que a Fonte do Bastardo tem conhecido o sucesso desportivo, afirmando-se hoje como um importante

baluarte da prática desportiva nos Açores, contribuindo, desta forma, para a promoção da Região no exterior.

Tudo isto alicerçado num projecto devidamente estruturado e sustentado, cujo rigor, competência e dedicação são palavras de ordem.

É fundamental, também, referir que a acção desta associação não está circunscrita à actividade desportiva. A Associação de Jovens da Fonte do Bastardo desempenha um importante papel social naquela localidade e no Concelho da Praia da Vitória.

Olhando para a realidade do voleibol nacional, podemos dizer, orgulhosamente, que a Fonte do Bastardo é uma das referências da modalidade em Portugal, atendendo, particularmente, à qualidade do seu projecto. Um sucesso conseguido com muito trabalho e uma paixão incondicional à colectividade.

Acresce sublinhar que o projecto desportivo da Fonte do Bastardo não se resume à equipa de seniores masculinos de voleibol.

A formação é, cada vez mais, uma aposta segura, quer pela possibilidade de prática desportiva regular a cerca de duas centenas de jovens, quer pelas diversas vitórias nas provas locais e regionais quer ainda pela chamada de atletas às selecções nacionais.

Também no futsal tem sido possível a obtenção de títulos, desde os seniores à formação, garantindo a prática desportiva a várias dezenas de jovens.

Mas concentremo-nos um pouco na equipa de seniores masculinos de voleibol, afinal de contas, o móbil deste voto.

Há 11 anos, com a almejada entrada nos campeonatos nacionais, começou um período dourado desta Instituição, no âmbito desportivo.

Paulatinamente, a Fonte do Bastardo foi adquirindo o seu espaço no panorama do voleibol luso, muitas vezes, contra ventos e marés. A convicção dos seus dirigentes e o incentivo dos seus fiéis adeptos ajudaram a ultrapassar os momentos em que o caminho parecia demasiado difícil para um pequeno clube de uma pequena freguesia da ilha Terceira.

Ao fim de três anos na Segunda Divisão Nacional conseguiram a subida à Divisão A2. Passados mais dois anos conseguiram a promoção à Divisão A1, o escalão maior da modalidade em Portugal.

Como é o sonho que comanda a vida, a Fonte do Bastardo não se acomodou com o facto de estar entre os melhores. Jamais abdicando dos princípios que a norteiam, procurou criar condições para olhar os maiores da modalidade olhos nos olhos. Um terceiro e quatro quintos lugares reflectiam o crescimento do clube mas, naturalmente, todos queriam um pouco mais.

Conseguindo dosear a ambição com o aproveitamento dos recursos disponíveis, a Fonte do Bastardo partiu para a temporada de 2010/11 com o propósito claro de garantir um lugar nos quatro primeiros lugares da tabela.

Porém, graças a um percurso em crescendo, a que se junta a qualidade do plantel e da equipa técnica, o sonho de atingir patamares considerados inimagináveis no início da época foi ganhando asas. O apuramento para a final, por si só, já era motivo de enorme contentamento.

No final da época, diante do super-favorito e mediático Benfica, num combate de David contra Golias, a Fonte do Bastardo deparava-se com o maior desafio desportivo de sempre da sua história: chegar ao título nacional absoluto quando quase todos davam o emblema da Luz como vencedor antecipado. É verdade que estar na final já era óptimo, mas a ilusão da Fonte não teve limites.

A capacidade dos atletas, a sagacidade dos treinadores, a competência do departamento médico, a fidedignidade dos dirigentes, a disponibilidade dos patrocinadores e o apoio incondicional dos adeptos conduziram a Fonte do Bastardo a um título inédito e merecedor dos maiores elogios.

Mais do que a conquista de um título nacional, a Fonte do Bastardo provou que somos, de facto, do tamanho dos nossos sonhos. O dia 30 de Abril de 2011 entra, com toda a legitimidade, para a história do desporto açoriano e do voleibol nacional.

E neste âmbito, é justa e merecida uma referência a duas pessoas.

Vitalino Fagundes, fundador e actual Presidente e Nélia Nunes, Directora do Departamento de Voleibol desta Associação, que com a sua energia, empenho, determinação e dedicação são os principais responsáveis por este feito histórico. Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, reunida em sessão plenária de Maio de 2011, recomenda a aprovação deste Voto de Congratulação pela conquista do título de Campeão Nacional da Divisão A1 de Voleibol, escalão de seniores masculinos, pela Associação de Jovens da Fonte do Bastardo.

Do presente Voto de Congratulação seja dado conhecimento à direcção da Associação de Jovens da Fonte do Bastardo e demais órgãos sociais e colaboradores.

Horta, Sala das Sessões, 19 de Maio de 2011

Os Deputados Regionais: Berto Messias, José Gaspar Lima, Francisco César, Domingos Cunha e António Toste.

Presidente: Creio não haver inscrições. Assim sendo vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Temos de seguida um voto com o mesmo objecto, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Saudação

O sonho comanda a vida, diz o poeta!

Na vida pessoal e colectiva muitos são aqueles que acreditam, projectam e trabalham, de facto, na realização dos seus sonhos.

O êxito alcançado, no passado dia 30 de Abril, pela Associação de Jovens da Fonte do Bastardo, ao sagrar-se campeã nacional de voleibol masculino, concretiza, na verdade, um sonho que deu muito trabalho a ser concretizado.

Sonho de homens e mulheres que têm dado anos de dedicação a uma causa e a uma colectividade que, da pequenina Rua do Biscoito da pequenina Fonte do Bastardo, tem alcançado enormes feitos, ganhando aos grandes clubes de Portugal.

Não é para todos, nem é todos os dias!

Depois de muitos anos de empenhada e dedicada devoção à modalidade de voleibol, com sucesso sustentado e assinalável, a Associação de Jovens da Fonte do Bastardo conseguiu, por mérito próprio incontestável, ser o primeiro clube do país.

Quando, em Abril de 2005, aprovávamos nesta Assembleia um Voto de Saudação pela vitória na Divisão A2 e conseqüente subida ao primeiro escalão do voleibol nacional, poucos seriam aqueles que imaginavam que, apenas, 6 anos depois, estaríamos a aprovar o Voto que hoje apresentamos.

Vivemos num país dominado desportivamente, sempre, pelos mesmos clubes e em que os êxitos dos pequenos são, normalmente, efémeros e esporádicos. Por isso, é, ainda, mais significativo o equilibrado e crescente sucesso demonstrado. Relevante é ainda a circunstância especial da Associação de Jovens da Fonte do Bastardo não se sustentar financeiramente apenas em fundos provenientes do erário público, ao contrário do que sucede com muitos dos projectos desportivos da Região.

Por outro lado, assinalável é, ainda, a sua actividade desportiva ao nível da Formação, assumindo-se como uma referência de atracção de jovens, através de todos os escalões etários, desde as escolinhas, com cerca de 250 atletas e com núcleos de freguesia noutras localidades da ilha e sempre com sucesso competitivo, como comprovam os títulos de Campeão Regional de Iniciados masculinos e femininos e de Juvenis masculinos na presente época desportiva que fazem com que sejam os representantes dos Açores nos respectivos campeonatos nacionais.

O sonho dos jovens da Fonte do Bastardo que, em 21 de Outubro de 1975, fundaram a Associação, como intimamente lhe chamam, foi sendo concretizado ao longo de todo este tempo, tendo agora o seu momento mais alto, sempre com a presidência daquele que é, sem dúvida, a sua referência maior, Manuel Vitalino Toledo Fagundes.

A ele, a todos os demais membros dos corpos dirigentes, aos atletas, técnicos, patrocinadores, colaboradores, sócios e apoiantes, os Açores devem este singular título.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, um Voto de Saudação pelo título de campeão nacional de Voleibol masculino alcançado com especial brilho e mérito pela Associação de Jovens da Fonte do Bastardo, no passado dia 30 de Abril.

Do presente Voto deverá ser dado conhecimento aos seus dirigentes, equipa técnica e atletas.

Horta, Sala das Sessões, 19 de Maio de 2011

Os Deputados Regionais: Duarte Freitas, António Ventura, Clélio Meneses, Carla Bretão e António Marinho.

Presidente: Vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora para o voto de congratulação apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista relativo à subida do Terceira Basquete Clube ao campeonato da Liga Portuguesa de Basquetebol.

Tem a palavra a Sra. Deputada Nélia Nunes.

Deputada Nélia Nunes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Subida do Terceira Basket Club ao Campeonato da Liga Portuguesa de Basquetebol

O Terceira Basket Club é uma das colectividades mais jovens do desporto açoriano. Fundado a 28 de Julho de 2005, desenvolve a sua actividade no âmbito do basquetebol masculino, sobressaindo a aposta na formação – uma verdadeira imagem de marca da instituição.

Basta dizer que o emblema presidido por Pedro Fagundes tem em competição, para além da equipa de seniores, todos os escalões jovens, nomeadamente, minis 8 e 10, minis 12, sub14, sub16 e sub18.

A qualidade do trabalho em curso está expressa de forma clara e objectiva em vários itens: conquista de diversos títulos de ilha e regional, com a consequente participação nas fases finais nacionais, chamada regular de atletas às selecções de ilha e regionais e, por fim, a subida de jogadores formados no clube à equipa de seniores.

Olhando para aquele que tem sido o seu percurso ao longo destes seis anos, parece-nos lícito concluir que o Terceira Basket subiu a pulso no firmamento do desporto das ilhas de bruma, sem nunca perder de vista os princípios que o norteiam, ou seja, a promoção salutar da prática desportiva, sobretudo dos mais jovens.

No que concerne aos seniores, tudo começou na temporada 2006/07, ainda na condição de satélite do Sport Clube Lusitânia, com a ascensão ao Campeonato Nacional de Basquetebol 1 (CNB1). Seguiram-se mais duas temporadas no referido quadro competitivo, só que agora já de forma autónoma.

Em 2008/2009 surge o primeiro momento de glória. A vitória na Zona Sul do Campeonato Nacional de Basquetebol 1 vale o apuramento para a final nacional com o vencedor da Zona Norte e a subida ao exigente Campeonato da Proliga.

Numa confirmação plena da qualidade do projecto que o clube em boa hora abraçou, o Terceira Basket conseguiu a almejada permanência na primeira época (2009/2010) e, para surpresa de muitos, fez ainda melhor na campanha em curso (2010/2011).

Assim, depois de ter concluído a fase regular na sexta posição, a equipa orientada por Rui Fonseca afastou nos quartos-de-final do play-off o vizinho AngraBasket, terceiro da fase regular e, nas meias-finais, o Desportivo da Póvoa, sétimo na fase anterior. Em ambos os casos, por números deveras esclarecedores: 3-0.

O apuramento para a final possibilitou desde logo a inédita subida ao Campeonato da Liga Portuguesa de Basquetebol, o que significa que a Região Autónoma dos Açores terá na próxima época, e pela primeira vez, duas equipas no topo do basquetebol masculino: Lusitânia e Terceira Basket.

Um feito, convenhamos, simplesmente notável se nos lembrarmos, por exemplo, que a poderosa Associação de Basquetebol de Lisboa possui apenas um clube neste patamar – o Benfica.

Agora, na final, ante o Barcelos, o Terceira Basket pretende colocar a cereja no topo do bolo, que é como quem diz, trazer o troféu para casa, dando, assim, a melhor sequência a um final de temporada simplesmente memorável para o desporto açoriano.

Neste contexto, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no período legislativo de Maio de 2011, a aprovação deste Voto de Congratulação pelo brilhante apuramento para a final do Campeonato Nacional da Proliga de Basquetebol, e conseqüente subida ao Campeonato da Liga Portuguesa de Basquetebol, da equipa de seniores masculinos do Terceira Basket Club.

Do presente Voto de Congratulação que seja dado conhecimento à direcção do Terceira Basket Club e demais órgãos sociais e colaboradores.

Horta, Sala das Sessões, 19 de Maio de 2011

Os Deputados Regionais, Berto Messias, José San-Bento, Francisco César, Domingos Cunha, António Toste e Nélia Nunes.

Deputados Jorge Macedo (PSD) e Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

(*) **Deputado António Ventura (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD reconhece o mérito deste clube desportivo, o seu empenho pela formação dos mais jovens e os títulos que tem conseguido.

Congratulamo-nos com o facto do Terceira Basket ter subido à Liga Portuguesa de Basquetebol e este é um passo essencial para se assumirem como campeãs.

Era por esta etapa que o PSD esperava para congratular o Angra Basket.

De qualquer modo, nesta etapa intermédia vamos associarmo-nos também.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Não havendo mais intervenções vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos de seguida a um voto de saudação apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata relativo aos 25 anos do Grupo de Violas da Ilha Terceira.

Tem a palavra a Sra. Deputada Carla Bretão.

Deputada Carla Bretão (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Saudação

25 Anos do Grupo de Violas da Ilha Terceira

A música é uma das formas pelas quais os açorianos manifestam o seu sentir, a sua maneira de ser e de viver, enfim, a nossa cultura.

Na verdade, a nossa música toca-nos e identifica-nos perante os outros.

O Grupo de Violas da Ilha Terceira tem sido, ao longo dos últimos 25 anos, um dos maiores e melhores protagonistas desta afirmação e divulgação da cultura açoriana.

Fundado em 8 de Maio de 1986, o Grupo juntou alguns dos melhores tocadores da ilha, fazendo como que uma selecção de qualidade de tão virtuosos músicos

que actuou em público pela primeira vez num festival promovido pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo que se intitulava “Viva a Música”.

Depois de começar por interpretar temas da Ilha Terceira, dedicou-se por completo à divulgação de músicas de todas as ilhas dos Açores.

Desde o início da sua actividade, a sua qualidade foi reconhecida por instituições públicas, organizações privadas e para o mais variado tipo de eventos, nos Açores e no exterior, onde o Grupo era chamado a participar.

Para além de inúmeras actuações na Região, o Grupo foi sempre visto como uma singular forma de promoção dos Açores no exterior, sendo convidado por diversas instituições locais para actuar no continente e no estrangeiro.

Logo em 1987, a convite da Direcção Regional do Turismo o Grupo de Violas deslocou-se ao Continente Português actuando no Hotel Sheraton, bem como no Salão de Congressos do Casino Estoril.

Nesse mesmo ano, e a convite da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, actuou na cidade de Évora, assim como a convite da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais e com o apoio dos Serviços de Emigração, deslocou-se ao Canadá, mais propriamente à cidade de Toronto, actuando em todos os clubes da comunidade açoreana, bem como noutras cidades canadianas daquela área.

A partir daí e durante todos estes anos, o Grupo de Violas da Ilha Terceira foi sendo chamado a participar num enorme conjunto de manifestações culturais, assumindo, com brio e reconhecido mérito, o papel de qualificados embaixadores da nossa cultura.

Em hotéis e restaurantes em Lisboa, em Congressos no Porto, na escadaria da Sé Velha em Coimbra, em tantos e tantos locais sempre os sons destas ilhas ecoaram através das cordas e dos dedos do Grupo de Violas da Ilha Terceira.

Sons que chegaram a Paris, em 27 de Outubro de 1991, quando, a convite da Secretaria Regional de Turismo, actua no Hotel Ritz, na cerimónia de lançamento de uma página alusiva aos Açores por parte do jornal “Heráld Tribune”. Mas, também a várias cidades dos Estados Unidos da América e ao Brasil, no âmbito da gemação das cidades da Praia da Vitória e de São José,

do Estado de Santa Catarina, efectuando ainda várias actuações no Rio de Janeiro.

Com diversas composições ao longo dos anos, o Grupo continua a ser orientado pelo seu mentor e líder, Diamantino Ávila, e é constituído actualmente por cinco tocadores de viola da terra (Diamantino Ávila; Aldevino Machado; Carlos Valadão; Jorge Rosa e André Silveira), quatro tocadores de violão (José Avelino Borges; Martim Branco; Rui Armas e Orivaldo Chaves), e duas vozes (Alaíde e Francisco Simões).

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, um Voto de Saudação pela passagem do 25º aniversário do Grupo de Violas da Ilha Terceira, pelo que tal efeméride representa ao nível da preservação e promoção da cultura açoriana.

Horta, Sala das Sessões, 19 de Maio de 2011

Os Deputados Regionais: Duarte Freitas, António Ventura, Clélio Meneses, Carla Bretão e António Marinho.

Presidente: Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora a um voto de saudação com o mesmo objecto, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Toste Parreira.

Deputado António Toste (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Saudação

25.º Aniversário do “Grupo de Violas da Ilha Terceira”

O Grupo de Violas da Ilha Terceira foi fundado a 8 de Maio de 1986, sendo seus fundadores: Diamantino Ávila, José Luis Lourenço e José Avelino Borges. Presentemente, o Grupo é composto por onze elementos, dos quais, cinco tocam viola da terra, acompanhados por quatro violões, bem como ainda por um casal que interpreta as mais bonitas modas tradicionais de todas as ilhas dos Açores.

Para conseguirem o repertório que hoje apresentam em público, realizaram um trabalho exaustivo na recolha de temas populares da música açoriana.

Inicialmente ensaiavam na sede do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Indústria, em Angra do Heroísmo entre outras associações, e, no presente, ensaiam na Casa do Povo do Cabo da Praia.

Para além das muitas actuações já conseguidas, alguns dos seus elementos têm desenvolvido um trabalho fundamental na formação musical de muitos jovens, ministrando cursos de viola e violão nas diversas freguesias da nossa terra.

Este Grupo, no início, apenas interpretava temas da Ilha Terceira. Com o evoluir do tempo dedicou-se, por completo, à divulgação de temas de todas as ilhas da nossa Região. Contam ainda no seu repertório com a edição de dois CDS que contêm temas e músicas das nove ilhas dos Açores.

No dia 7 de Maio de 2011, o Grupo de Violas da Ilha Terceira comemorou um quarto de século de história com uma actuação no Auditório do Ramo Grande onde participaram, também, os alunos dos tocadores do grupo de violas.

Dada a sua origem e natureza, o Grupo de Violas da Ilha Terceira, desde o seu início, tem sido solicitado frequentemente para actuar, para entidades oficiais, para entidades particulares, nomeadamente, impérios, comissões de festas e em organizações de eventos.

No decorrer dos anos realizou dezenas de actuações. De realçar as inúmeras visitas para além fronteiras a convite das mais variadas entidades e organizações, demonstrando claramente a valia do Grupo de Violas da Ilha Terceira.

Em 1987 realizou a sua primeira digressão, deslocando-se ao Continente Português, actuando no Hotel Sheraton e no Salão de Congressos do Casino

Estoril. Nesse mesmo ano, deslocou-se ainda ao Canadá, mais precisamente à Cidade de Toronto, actuando em diversos salões e clubes, junto das comunidades açorianas ali radicadas.

Em Abril de 1989, a convite da Câmara Municipal das Velas, participou na II Semana Cultural daquela Vila, realizando assim, também, a sua primeira actuação de âmbito Regional fora da Ilha Terceira.

Entre as mais variadas digressões realizadas, de referir a viagem até aos Estados Unidos da América, em Novembro de 1993, onde actuou em algumas cidades, nomeadamente, em Artesia e Massachussets.

Ainda no âmbito da geminação das cidades da Praia da Vitória e de São José, Estado de Santa Catarina, o Grupo de Violas da Ilha Terceira deslocou-se ao Brasil onde efectuou diversas actuações junto das comunidades açorianas, destacando-se a actuação na Casa dos Açores, no Rio de Janeiro.

Desde então e até à presente data, o Grupo tem pautado o seu trabalho por diversas actuações nas nossas ilhas, bem como em outras digressões além fronteiras.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a aprovação do seguinte voto de Saudação:

“A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no período legislativo de Maio de 2011, saúda o Grupo de Violas da Ilha Terceira pelo seu 25.º Aniversário”.

Do presente voto de Saudação seja dado conhecimento ao referido Grupo.

Horta, Sala das Sessões, 19 de Maio de 2011

Os Deputados Regionais: Berto Messias, Francisco César, José Gaspar Lima, Domingos Cunha, António Toste e Nélia Nunes.

Presidente: Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Terminados os votos passamos para uma declaração política.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

Deputada Zuraída Soares (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Venho falar-vos de inevitabilidades mas, sobretudo, de escolhas e de democracia.

PS, PSD e CDS tudo fazem para obrigar os/as portugueses/as a aceitar o verdadeiro programa eleitoral comum aos três partidos, isto é, o programa da troika.

Horas e horas de ocupação dos canais televisivos e outros meios de comunicação social, com o único intuito de chantagear o povo português: “ou aceitam o programa que nós três assinámos ou é o fim”.

O tal programa que enviará o País para a recessão económica durante, pelo menos, dois anos e, por via disso, impedindo-o de ter condições para diminuir a dívida. Resultado? Esta só pode aumentar.

O tal programa que, segundo o governo socialista, vai criar mais 150.000 novos desempregado/as, a somar ao perto de 1 milhão já existentes, se tivermos em conta o desemprego real.

O tal programa que vai congelar – logo, diminuir - pensões e salários, pelo menos, durante três anos.

O tal programa que diminui, ainda mais, os apoios sociais.

O tal programa que diminui, em 400 milhões, os recursos à educação pública e em 1.700 milhões à saúde pública, nos próximos dois anos.

O tal programa que fere de morte a segurança social.

O tal programa que privatiza, em dose industrial e defende a Banca para o festim do capital financeiro.

É este o programa comum ao PS, PSD e CDS. Este é que é o verdadeiro programa eleitoral destes três partidos, claramente detalhado, calendarizado e fiscalizado.

Além da chantagem, estes partidos lançam sobre o povo um enorme embuste: a farsa dos seus próprios programas eleitorais.

Na verdade, esta campanha eleitoral vai ficar para a história como a campanha da chantagem e da farsa.

Este programa de tragédia para o povo português é-o, ainda mais, para os Açorianos e Açorianas, pois, para além das medidas gerais, os Açores serão penalizados de forma particular.

As transferências para a Região, seja no plano local, seja no plano regional, vão sofrer novos cortes, cujos montantes só em Outubro/Novembro de 2011, serão conhecidos.

Os impostos de IRS, IRC e IVA vão aumentar, para já, 10%.

A Lei de Finanças Regionais vai ser revista, Lei esta que os partidos da troika, nos Açores, afirmavam, que só por cima do seu cadáver seria alterada contra os Açores. Já aceitaram.

A privatização da ANA vai acarretar novos e maiores problemas para os 4 aeroportos que esta gere, na Região, pois todos eles são deficitários.

Deputado Berto Messias (PS): Isso tem visões diferentes: a visão do estado, não é a visão do Bloco de Esquerda!

A Oradora: Quem vai pagar a factura? Os Açorianos e Açorianas, já se sabe.

Com uma recessão de, pelo menos, dois anos, no País, a Região vai ter a sua economia mais prejudicada, pois o nosso principal parceiro é o Continente. Isto só pode querer dizer mais desemprego, mais famílias em desespero, mais precariedade, mais jovens a ir embora, mais emigração de conhecimento e de qualificação.

Defesa dos Açores, acima de tudo! – Proclamam os dirigentes dos partidos da troika, nesta Câmara, de forma inflamada, a cada dia que passa.

Está na hora de o fazerem, de facto, mas lamentavelmente, todos correram a Lisboa a vergarem-se aos directórios nacionais, a assumirem a defesa desta imposição negativa para o País e a voltarem para os Açores, com justificações retóricas e vazias de conteúdo.

À chantagem e à farsa junta-se, nos Açores, a retórica.

Há um ano, Carlos César, ao lado de Manuel Alegre, proclamava - e bem! –, perante os desmandos de José Sócrates contra o Serviço Nacional de Saúde, que

o verdadeiro espírito socialista estava vivo nos Açores, pois cá não havia taxas moderadoras. Agora, vai implementá-las. Que foi que aconteceu, Senhor Presidente? Perdeu-se o ímpeto socialista, na nossa Região? É bem possível, se a isto juntarmos a afirmação de que o chamado 'acordo' com a troika é um bom acordo para o País, podia ser pior para os Açores, que só (sublinho, só) vão perder 20 milhões de euros, no próximo ano e de que a Lei de Finanças Regionais permanece inalterável.

Das duas, uma: - ou o Senhor Presidente do Governo Regional foi enganado pelo Primeiro-Ministro, José Sócrates, ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não acredito! Não acredito!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Nãoooo!!!

A Oradora: ... ou está a tentar enganar os Açorianos e Açorianas.

Deputado João Costa (PSD): É mais por aí!

A Oradora: Ao mesmo tempo, Berta Cabral, num desvario de promessas, compromete-se com o indefensável: - privatiza-se a ANA? Não há problema, os 4 aeroportos estão protegidos. Como? Ninguém sabe. Privatiza-se a RTP? Viva! Há muito que o devia ter sido. Mas, atenção, nos Açores, o serviço público continua. Como? Ninguém sabe.

E a cereja em cima do bolo do deslante é a afirmação de que o Acordo da Base das Lajes vai passar a ter contrapartidas para os Açores.

Quando a administração norte-americana faz um corte nas despesas militares e desiste do campo de treinos, nos Açores, por razões económicas, vai passar a pagar as contrapartidas que, em tempos de vacas gordas nunca pagou?!

Deputado San-Bento (PS): Isso é um voto de Bin Laden!

A Oradora: Só pode haver uma explicação: o PSD/Açores pensa que todos os outros são destituídos de inteligência.

Finalmente, Artur Lima, defensor acérrimo dos mais idosos (que são, de facto, os mais pobres entre os pobres), apoia um acordo assinado pelo seu líder nacional que diz, preto no branco, que as pensões vão diminuir.

Mais palavras para quê? É a campanha eleitoral, nas estradas açorianas...

Os Partidos da troika, nos Açores, já desistiram dos Açores, aliás, na mesma linha dos seus directórios nacionais. Trocaram a defesa do País pelas rendas do capital financeiro e dos bancos.

Um milhão de desempregados/as não é nada, desde que a Senhora Merkel esteja satisfeita e garanta vitórias nas eleições domésticas.

Por nós, Bloco de Esquerda, não desistimos. Por isso, apresentamos uma alternativa de Esquerda, perante a difícil situação em que o País foi colocado.

Defendemos justiça na economia para respeitar e dignificar as pessoas; defendemos o emprego para garantirmos o desenvolvimento. Porque, sim, queremos pagar a dívida, a nossa, não a da agiotagem e da corrupção.

Por isso, não temos que dizer uma coisa em Lisboa e outra nos Açores. Somos coerentes, em qualquer coordenada geográfica. Os/as Açorianos/as sabem que não contam connosco para chantagens sobre o povo, nem para malabarismos políticos eleitorais.

Deputado José Cascalho (BE): Muito bem!

Presidente: Está aberto o debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sra. Deputada Zuraída Soares:

Comprendemos perfeitamente a vontade/interesse do Bloco de Esquerda em nos incluir num grupo tão abrangente como esse que incluiu e que chamou de “os partidos da troika”, mas não nos meta no mesmo saco.

Deputada Zuraída Soares (BE): Foram os partidos que assinaram o acordo!

O Orador: Não estamos no mesmo saco! Estamos numa situação completamente diferente, porque não temos a responsabilidade, que a outros tem que ser imputada, daquilo que foi feito em Portugal ao longo dos últimos 6 anos.

Deputado Aníbal Pires (PCP): 35!

O Orador: Concretamente, aquilo que vemos no imediato, aquilo que conhecemos ainda há bem poucos dias atrás, é que Portugal muito antes do 11

de Março acabou o primeiro trimestre numa situação de recessão. Não foi o PSD que colocou Portugal numa situação de recessão.

Secretário Regional da presidência (*André Bradford*): Qual era o défice?

O Orador: Foi o Partido Socialista, que é Governo, que colocou Portugal na situação de recessão em que se encontra.

Não foi também o PSD que colocou a dívida pública portuguesa a dobrar durante um período de 6 anos.

Deputado Francisco César (*PS*): Nem sabem fazer contas!

O Orador: O PSD, o Governo que incluiu o PSD e que incluiu também na altura o Governo do CDS/PP, acabou com uma dívida pública de 85 mil milhões de euros.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Diga o défice! Diga a percentagem!

O Orador: Seis anos depois, o Partido Socialista colocou a dívida pública portuguesa em 160 mil milhões de euros.

Deputado Berto Messias (*PS*): Diga o défice!

O Orador: Dobrou! E fazendo as contas, como é normal o Partido Socialista pedir a alguém para fazer as contas, a diferença só dá, curiosamente, 78 mil milhões de euros.

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Ou seja, a situação de humilhação em que Portugal se encontrou, designadamente nos últimos 2 meses, esta situação de ter que pedir 78 mil milhões de euros a essa “troika” de que a senhora fala, é da inteira responsabilidade do Partido Socialista.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: O que o Partido Socialista fez ao longo de 6 anos, foi colocar Portugal na necessidade de pedir ajuda internacional de 78 mil milhões de euros.

Deputado Duarte Freitas (*PSD*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: É sobre isto que tem que ser pedida a explicação àqueles senhores do Partido Socialista.

Não estamos no mesmo saco!

Para além de tudo, para além destas duas situações antes referidas, colocamos uma outra conhecida ontem: Portugal atingiu uma taxa de desemprego recorde de 12,4% – 689 mil desempregados.

O Partido Socialista com a promessa, aliás invocada pela Sra. Deputada na sua declaração política, de que iria criar 150 mil empregos (iniciou os seus trabalhos há 6 anos com 372 mil desempregados), não só não criou 150 mil postos de trabalho, como destruiu o restante até cerca de 700 mil.

É esta a triste realidade que o Partido Socialista deixa ao país!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem! É a factura social que o PS deixa ao país!

O Orador: Mas lá como cá, o que temos neste momento nos Açores é uma taxa de desemprego recorde, nunca antes, nem pouco, mais ou menos alcançada na história da autonomia, de 9,5% – 11.332 desempregados neste momento.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Juntos conseguiram!

O Orador: É esta a factura deixada por este Partido Socialista nos Açores.

Deputado Berto Messias (PS): O senhor está contente com isso?

O Orador: O flagelo do desemprego neste momento atinge já 13% das famílias açorianas.

São estas as tristes realidades...

Deputado Francisco César (PS): É triste!

O Orador: ... que o Partido Socialista deixa a nível nacional e que está a deixar também a nível dos Açores.

Há 6 anos rebentou o desbaratamento dos dinheiros públicos e cria neste momento um exército de 700 mil desempregados.

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

O Orador: O Partido Socialista nos Açores, depois de 16 anos, tem 11.332 desempregados.

É esta a triste realidade deixada pelo Partido Socialista, quer a nível nacional, quer a nível regional.

Deputados Cláudio Almeida e Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: Por isso, Sra. Deputada, não estamos no mesmo saco. Não criámos esta situação.

A situação de partida há 6 anos era completamente diferente daquela que existe hoje em dia.

Hoje em dia tudo está degradado e Portugal está numa situação de humilhação perfeita em que o Partido Socialista colocou o país. É uma situação de humilhação total, de ter de pedir dinheiro ao estrangeiro.

Tudo isto – volto a referir, não estamos no mesmo saco – vai ter de ser julgado no próximo dia 5 de Junho. Os portugueses saberão dar a resposta e saberão fazer a escolha que leve a que nunca mais se passe um período e nunca mais existam os resultados perfeitamente desastrosos que existem depois de 6 anos de governação socialista.

Em 2012 seguramente fará o mesmo.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) Deputado José San-Bento (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sra. Deputada Zuraída Soares:

A sua declaração política foi um acto falhado.

Deputado João Costa (PSD): Foi como ontem, o voto sobre o Dia da Europa!

O Orador: Basta dizer que o Bloco de Esquerda vem aqui fazer uma declaração eleitoral e não utilizou o seu candidato à Assembleia da República.

Deputados Francisco César e Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Isto é um dado inacreditável!

A sua iniciativa, o seu registo e o seu discurso são próprios de quem está desesperado, de quem tem complexos de culpa e de quem tem medo de ir a eleições.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: O Bloco apresenta-se nesta campanha eleitoral já só com a cabeça de fora.

Queria dizer, Sra. Deputada, que esta visão extremista e preconceituosa que o Bloco recorrentemente aqui expressa, infelizmente, não traz o registo sereno e não faz uma abordagem séria e rigorosa da situação política que permita equacionar os verdadeiros problemas do país e também apresentar soluções ajustadas para vencer esses problemas. Esse é um defeito recorrente do Bloco de Esquerda.

O Bloco de Esquerda parou no tempo. Vê a realidade a preto e branco e chega a ser hilariante esta forma como o Bloco de Esquerda vê a realidade.

O Bloco de Esquerda interpreta a complexidade, a diversidade e os desafios da sociedade portuguesa ainda naquele velho registo da luta de classes e do papel que as vanguardas iluminadas têm que fazer na derrota da burguesia.

Deputada Zuraida Soares (BE): Já lhe vou responder a isso!

O Orador: Sra. Deputada, é de facto uma visão romântica, uma visão de quem só tem soluções do passado para problemas que já não existem.

Sra. Deputada, a realidade portuguesa não é essa! A sociedade portuguesa não é essa! Portanto, o Bloco é um fóssil ideológico que não tem soluções nem constitui uma força que possa gerar soluções para o país.

Queria aqui dizer, em relação à taxa de desemprego, que não precisamos da sua consciência pesada a fazer denúncias sobre o desemprego.

Estamos muitos preocupados com isso.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputada Zuraida Soares (BE): A sério?

O Orador: Mas mesmo assim temos desenvolvido um conjunto de políticas que têm atenuado e têm tido sucesso, apesar de tudo, na luta contra o desemprego.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: O Governo Regional propôs e este Grupo Parlamentar aprovou um fundo especial de 7 milhões de euros para acudir a essas situações mais graves. Este Grupo Parlamentar já teve uma iniciativa que visou apoiar os desempregados, nomeadamente nas prestações para compra de habitação própria...

Deputado Berto Messias (PS): Já apresentou várias iniciativas!

Deputado Pedro Gomes (PSD): Não é um problema de medidas. Está enganado, Sr. Deputado!

O Orador: ... para também ajudar a resolver esse problema.

Este Grupo Parlamentar continuará a apoiar medidas para resolver esse problema.

Sabemos que a situação é grave, sabemos que há famílias açorianas que estão com dificuldades mas vamos vencer esse desafio, Sra. Deputada, e vamos vencer porque já vencemos esse desafio no passado.

Sra. Deputada, este Grupo Parlamentar não é como o Grupo Parlamentar do PSD...

Deputado João Costa (PSD): Ah, não! É pior!

O Orador: ... que esconde as cartas, que tem medo das suas convicções e que tem uma líder que diz que tem soluções para o desemprego mas que as vai apresentar em 2012.

Não!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: O PS apresenta as suas medidas, tem orgulho no seu trabalho e está na primeira linha da defesa das famílias com dificuldades e na luta contra o desemprego.

Há outra coisa, Sr. Deputado Marinho, que queria dizer a propósito daquilo que o senhor disse e que a Sra. Deputada Zuraida também faz e, normalmente, os

partidos aqui presentes também fazem: censuram o facto do Partido Socialista/Açores apoiar o PS/Nacional e apoiar o Engº Sócrates.

Em relação a isso queria dizer que sabemos que o Engº Sócrates não fez uma governação isenta de erros.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Eh pá! E o congresso?

O Orador: Tomou opções que nós não tomaríamos, mas há uma questão de fundo aqui em causa, ele é a pessoa certa, tem as condições objectivas para liderar o país no momento difícil.

O Engº Sócrates é a pessoa que deve liderar o país...

Deputado Luís Garcia (PSD): O senhor não acredita nisso!

O Orador: ... para vencer os desafios que estão no horizonte do país.

Por isso, meus amigos, o PS/Açores não fez ao Engº Sócrates aquilo que o PSD fez ao país. Essa é que é a verdade!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Sr. Deputado António Marinho, nós não esperamos, nem queremos, que o PSD se responsabilize pela governação do nosso país, mas esperamos que o PSD assuma os acordos que assina em nome do interesse nacional...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Isso foi o que vocês não fizeram! Falharam em 3 PECs!

O Orador: ... e isso é algo que os senhores deviam fazer e deviam ter essa coragem.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Queria também dizer, Sras. e Srs. Deputados, que é preciso, face à declaração política aqui feita, face aos complexos de culpa que o Bloco de Esquerda tem, esclarecer as pessoas.

Tenho insistido nesse registo e volto a afirmar aqui, sobretudo aos jovens que sentem uma certa sedução pelo Bloco de Esquerda: o Bloco de Esquerda já não é relevante no actual panorama político. Teve um papel no passado significativo, mas já não tem.

O que é preciso dizer aos jovens é que, hoje, dispersar um voto de protesto à esquerda do PS é facilitar o acesso da direita ao poder. É isso que se deve dizer aos jovens e é isso que deve ser evitado, Sra. Deputada.

Deputada Zuraída Soares (BE): À esquerda!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que terminasse.

O Orador: Vou já terminar, Sr. Presidente.

Sra. Deputada, sabemos bem o que temos que fazer no futuro. Temos consciência que temos tomado medidas difíceis, medidas que exigem grande coragem e que não são fáceis, mas achamos que são as mais dignas e as que mais defendem o interesse nacional.

Queria dizer que contem com o PS, como sempre e até agora, para defender Portugal e defender a Autonomia.

Estamos sozinhos nesta campanha eleitoral a defender os Açores.

Ainda anteontem o meu líder parlamentar fez uma declaração política que deixou isso claríssimo e o PSD uma vez mais não respondeu a essas questões.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Por isso defender Portugal, defender a Autonomia é votar no PS!

Deputado Luís Garcia (PSD): É votar na bancarrota!

Deputado João Costa (PSD): Diga que é votar no Sócrates!

O Orador: É apoiar o PS!

Por isso, Sra. Deputada, queria dizer que é preciso ter essa coragem para tomar essas medidas difíceis, sem calculismos eleitorais, mas defendendo o interesse nacional.

Por isso é que dizemos, Sras. e Srs. Deputados, que vamos continuar nesse caminho, vamos continuar esse esforço, vamos manter essa coragem.

Preferimos ser incompreendidos pelos outros, a ter a certeza de que falhamos no momento decisivo para a defesa do país e para a defesa da Autonomia.

Deputado João Costa (PSD): Juntos conseguiram!

O Orador: Isso é uma diferença muito grande em relação a todos os Srs. Deputados neste Parlamento.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A declaração política do Bloco de Esquerda veio centrar o debate político naquilo que é efectivamente essencial.

Queria tecer aqui, para já, um comentário à intervenção que o Deputado António Marinho fez.

Reconheço-lhe o esforço para se tentar demarcar das responsabilidades que o PSD tem na situação a que o país chegou, mas mesmo limitando-nos aos últimos 6 anos, é necessário trazer para a praça pública aquilo que é verdade: o PSD viabilizou o PEC 1, o PEC 2, o PEC 3, o Orçamento de Estado, enfim...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): E o PEC 4?

O Orador: ... tudo aquilo que ajudou a trazer-nos para esta situação.

O PSD tem efectivamente responsabilidades nos últimos 6 anos. Tem responsabilidades nos últimos 35 anos, mas também tem responsabilidades dos últimos 6 anos.

Depois tem uma outra coisa.

De facto, o Memorando de Entendimento que foi feito com a “Troika” foi e é apoiado pelo PS, pelo PSD e pelo CDS/PP.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): E o PEC 4?

O Orador: Mas o PSD não satisfeito ainda com esse acordo, na sua agenda política quer ainda ir mais longe, quer aprofundar ainda mais aquilo que já são as medidas lesivas...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): E o PEC 4, Sr. Deputado?

O Orador: ... para o interesse nacional, para o desenvolvimento da economia.

Relativamente à questão do Partido Socialista há uma coisa que tem que ficar clara, porque afinal de contas quem acusam (o Bloco de Esquerda e o PCP) de serem dinossauros e fossilizados, afinal de contas se calhar estão e representam um segmento da sociedade portuguesa que quer romper com estas políticas que V. Exas. têm protagonizado e têm afundado o país.

Voltando à questão regional, meus caros senhores, para que a diferenciação fiscal passe dos 30 para os 20% é necessário, como eu disse aqui ontem, ou uma iniciativa desta Assembleia ou...

Deputada Zuraída Soares (BE): Uma imposição da República!

O Orador: ... a revisão da Lei das Finanças Regionais, Sr. Secretário Regional da Presidência, para que fique claro, porque o senhor ontem não disse a verdade aqui.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Disse! Disse!

O Orador: Não disse, não senhor. O senhor ainda não falou mas vai ter a oportunidade de o fazer.

Diga claramente se a revisão da Lei das Finanças Regionais vai ou não ser feita, até ao final do ano, visto que esse é um dos pontos do Memorando de Entendimento da “Troika”.

Deputada Zuraída Soares (BE): Um? Cinco! Está aqui.

O Orador: Foi aquilo que o senhor aqui ontem tentou desmentir relativamente àquilo que eu disse.

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: O senhor confirme, hoje, aqui, se isso efectivamente vai acontecer ou não.

Então se vai acontecer o Sr. Secretário Regional da Presidência ontem foi impreciso nas declarações que aqui fez.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não, não fui!

O Orador: Foi sim senhor.

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: Outra questão que é de ontem, não está fossilizada.

O Banco de Portugal deu ontem orientações à banca privada portuguesa para liberalizar as taxas de juro aos novos contratos de concessão de crédito.

Depois do Memorando de Entendimento da “Troika”, aquilo que V. Exas. apoiam e subscrevem é injectar de imediato 12 mil milhões de euros no sector financeiro.

Afinal de contas o que é que V. Exas. estão a fazer?

Estão a apoiar o banditismo financeiro nacional e estrangeiro e a esquecer-se das pessoas.

Se isso é ser fossilizado então eu prefiro ser fossilizado, mas estar do lado das pessoas e não estar ao lado da banditagem financeira que V. Exas. apoiam.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado José San-Bento (PS): Dobre a língua, Sr. Deputado!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Em primeiro lugar para dizer à Sra. Deputada Zuraída Soares que deve ser correcta e rigorosa nas suas afirmações.

Eu já disse aqui ontem e volto a repetir hoje, que quem negociou e assinou o acordo foi o Governo Português com a “Troika”.

Deputado Francisco César (PS): Não foi o Dr. Catroga?

O Orador: É isso que decorre da Constituição (quem negociou as condições do acordo), aliás, ainda aqui admitido ontem pelo Sr. Secretário da Presidência, ...

Deputado José San-Bento (PS): Isso não é digno de um candidato à Assembleia da República!

O Orador: ... que o Governo Regional nas negociações que teve com a “Troika” conseguiu que a diferenciação fiscal passasse a não existir nos Açores, como se alguém acreditasse nisso.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não foi isso que eu disse!

O Orador: Já lá vou.

Quem negociou com a “troika”, Sra. Deputada Zuraída Soares, foi o Governo de José Sócrates e o Governo de Carlos César. Isso mesmo foi aqui admitido ontem.

Quero dizer ao Presidente do PS/Açores e logo de seguida à Presidente do PSD/Açores, que o que é vergonhoso, o que é uma vergonha, é o Partido Socialista ter capitulado na defesa dos interesses dos Açores.

É o Partido Socialista ter capitulado, ...

Deputado Francisco César (PS): Capitulado? O que é que os senhores falaram?

O Orador: ... ter aceite uma redução de 30 para 20% da taxa de IVA. Isso é que é uma vergonha para os Açores.

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): Depois a gente fala!

O Orador: Sr. Vice-Presidente, se é uma ameaça diga, porque leva a resposta. Ameaças, não há aqui dentro, Sr. Vice-Presidente. Falamos em Novembro, falamos amanhã e podemos falar em Dezembro. Em democracia falamos com todos. Percebe, Sr. Vice-Presidente?

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): O que disse hoje fica registado!

O Orador: É ameaça o que o senhor está a fazer?

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): Não! O que disse hoje fica registado!

O Orador: Fica, mas vou repetir para o senhor ouvir.

É vergonhoso que o PS/Açores tenha feito isso.

(Apartes inaudíveis de vários Deputados da bancada do PS)

Presidente: Sras. e Srs. Deputado...

Sr. Deputado Artur Lima, faça o favor de continuar.

O Orador: Eu percebo que o Partido Socialista fique muito incomodado com o que eu estou a dizer.

Deputado Francisco César (PS): O que é que o Dr. Paulo Portas disse à “troika” sobre os Açores?

O Orador: Ao Sr. Secretário da Presidência quero fazer uma pergunta.

A compensação salarial que foi dada aos Açores, aos açorianos que foram penalizados, é para manter? – é a pergunta que deixo.

Deputado Berto Messias (PS): Explique-nos o que é que o Dr. Paulo Portas disse à “troika” sobre os Açores.

O Orador: Os senhores têm condições financeiras para a fazer? – é isso que o senhor tem que responder aqui hoje.

Outra vergonha é a introdução de taxas moderadoras nos Açores da maneira como foram feitas.

Deputado Francisco César (PS): Essa já foi esclarecida! Já ninguém pega nessa!

O Orador: Agora queria dizer à extrema-esquerda que o CDS preocupa-se com o sistema financeiro português. Eu não estou preocupado com os banqueiros, nem com o dinheiro dos banqueiros, porque esses são ricos.

Estou preocupado é com o meu dinheiro, com o seu dinheiro e com o dinheiro de todos nós...

Deputado Lizuarte Machado (PS): Não precisa se preocupar com o meu!

O Orador: ... que está no banco, com o dinheiro dos açorianos, dos depósitos dos portugueses, que se o sistema financeiro for à falência quem fica sem dinheiro não são os banqueiros, são os açorianos e os portugueses e para isso os senhores estão-se borrarando.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não é verdade, Sr. Deputado!

O Orador: Os senhores estão-se borrarando para quem tem as suas poupanças. Com quem tem poupanças nos bancos os senhores não se importam e querem levar o sistema financeiro à falência.

Deputado Aníbal Pires (PCP): O senhor acha que com os juros da banca as empresas beneficiam alguma coisa?

O Orador: São irresponsáveis, irresponsáveis!

Agora uma palavrinha à Presidente do Partido Social Democrata dos Açores.

Quero agradecer à Dra. Berta Cabral o que ela disse ontem: “votar no PSD não é a mesma coisa que votar no CDS!”.

Muito obrigado, Dra. Berta Cabral.

É verdade! Votar no PSD é a mesma coisa que votar no PS...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Olhe que não!

Deputado Francisco César (*PS*): Fiquei confuso, Sr. Deputado!

O Orador: ... porque vota no clientelismo.

O PSD defende o clientelismo!

O PSD defende e promove a partidarização da Administração Pública e da Administração Local.

O PSD apoiou e aprovou junto com o PS o Código Contributivo...

Deputado João Costa (*PSD*): Não é verdade!

O Orador: ... que penaliza os jovens e as empresas dos Açores e do país.

O PSD viabilizou o Código Contributivo!

O PSD viabilizou o congelamento de pensões!

O PSD viabilizou o congelamento de ordenados, no PEC I, no PEC II e no PEC III.

Portanto, votar PSD e votar PS é a mesma coisa.

Deputado Costa Pereira (*PSD*): Então por que é que querem um acordo com o PSD?

O Orador: São siameses nesta matéria.

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: É verdade que votar PSD e votar PS é quase a mesma coisa e é a mesma coisa, pelo clientelismo, pela promoção da politização da Administração Pública, da Administração Local, da criação de empregos para os filiados.

Deputado Francisco César (*PS*): Sr. Deputado, pelos menos tivemos fotocópias de tudo o que havia no Ministério!

O Orador: É preciso mudar de vida e só há uma alternativa e essa alternativa diferente, a bissectriz entre o PS e o PSD, é o CDS.

Deputado Paulo Rosa (*CDS/PP*): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(*) **Secretário Regional da Presidência** (*André Bradford*): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito brevemente para participar no debate que se gerou em torno da declaração política do Bloco de Esquerda e que é, se me permite, Sra. Deputada, até um bocadinho, por força das circunstâncias e para usar uma referência ou uma metáfora gastronómica, roupa velha. É os restos da roupa velha de ontem e de anteontem.

Deputada Zuraída Soares (*BE*): Mas roupa velha é bom!

O Orador: Este debate já está a ser feito desde terça-feira, mas isso deriva um pouco do facto de lhe ter calhado agora ser a última a intervir.

Deputada Zuraída Soares (*BE*): É da vida!

O Orador: De qualquer forma, tivemos mais uma demonstração, como tivemos ontem com o PCP, dos partidos que fazem parte do grupo daqueles que fugiram da “Troika”, que fugiram da responsabilidade de participar no futuro de Portugal, mas que agora são muito críticos, têm imensas ideias, imensas coisas a dizer, imensas propostas a fazer, mas que no sítio certo, no sítio que garantia alguma eficácia, não fizeram, fugiram, ...

Deputada Zuraída Soares (*BE*): Já vai explicar!

O Orador: ... não quiseram negociar. Agora têm imensas propostas e imensas críticas a fazer aos outros que são responsáveis e que tiveram que defender os interesses de Portugal e os interesses dos Açores.

O que a Sra. Deputada basicamente nos veio dizer aqui foi o seu discurso de sempre, adaptado agora um pouco às circunstâncias políticas do momento e ao contexto político.

Não vou novamente referir nem mencionar as questões relacionadas com as taxas moderadoras. Isso já foi explicado.

Deputada Zuraída Soares (*BE*): Não foi!

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): O senhor não transforme uma derrota numa vitória!

O Orador: Já foi explicado por mim e por outros membros do Governo por várias vezes neste plenário.

Não lhe vou explicar aquilo que já foi dito, porque isso já foi feito de uma forma eficaz e os açorianos estão perfeitamente esclarecidos.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não estão!

O Orador: Por outro lado, também tivemos neste debate uma demonstração dos outros partidos, que são aqueles partidos que à direita fizeram parte do processo da aprovação do acordo da “Troika”, que estiveram sentados lá, que participaram, ...

Deputada Zuraída Soares (BE): E o que é que fizeram?

O Orador: ... que segundo os próprios foram até os grandes influenciadores do texto final do acordo. Aliás, relembro que numa primeira fase o PSD era o “pai” do acordo com a “Troika”.

Deputado José Lima (PS): Muito bem!

O Orador: Depois, a partir do momento que recambiou o Dr. Catroga para o Brasil passou a ser um partido que não tem nada a ver com o acordo da “Troika”.

Foi isso que o Sr. Deputado António Marinho aqui veio fazer:

«Nós? Com a “Troika”? Não! Não!

Nós? Responsabilidades governativas em Portugal nos últimos 30 e tal anos?

Não! Não!

Nós até estamos aqui só de passagem!

Aquele documento que assinámos, não fomos nós que o assinámos, foi o PS.

Não temos nada a ver com aquele documento da “Troika”.»

A prova provada disto que eu estou a dizer é o facto do Partido Social Democrata ter e advogar no seu programa eleitoral as taxas moderadoras e depois vem aqui fazer a figura que vimos ontem...

Deputado João Costa (PSD): Quem andou aqui a fazer figuras a semana toda foram os senhores!

O Orador: ... e que temos vindo a assistir, de se demarcar de uma política de taxas moderadoras e dizer que são contra as taxas moderadoras.

Os senhores são contra o que têm no seu programa eleitoral!

Os senhores são contra o acordo que assinaram!

No fundo, os senhores são uma “amiba política”. Os senhores não são a favor de nada do que fazem.

Portanto, é muito difícil debater com um partido que não é a favor daquilo que advoga nos papéis e que na prática diz exactamente o contrário daquilo que defende na teoria. É muito difícil, muito complexo, mas estamos aqui para isso.

Deputado João Costa (PSD): Os senhores mentem todos os dias. Ouça primeiro o seu candidato e depois venha para aqui falar!

O Orador: Há outra questão que o Sr. Deputado António Marinho tentou disfarçar, aliás, é um pouco o papel que lhe compete.

Primeiro, fingiu que o PSD praticamente não esteve no Governo.

Depois, fingiu que o PSD não deixou ao país, no pouco tempo em que esteve no Governo na última década, um défice de 6,8%. O senhor fingiu que o PSD enquanto esteve na governação não havia défice. Os senhores eram óptimos, foram os melhores governantes de Portugal nos últimos 40 anos, não deixaram défice nenhum, fizeram um trabalho magnífico e depois veio...

Deputado Rui Ramos (PSD): Os senhores duplicaram a dívida externa e vêm para aqui com uma conversa dessas!

Deputado Costa Pereira (PSD): O PSD é que foi pedir ajuda ao FMI?

Deputado João Costa (PSD): Fale das PPP's!

Presidentes: Srs. Deputados...

O Orador: Os senhores não fizeram nada, não têm culpa nenhuma e depois veio o mauzão do Eng^o Sócrates. Esse, sim, é que desgraçou o país, porque até lá, o défice de 6,8 não foi feito pelos senhores, foram os outros. O Partido Social é que tem culpa do défice que os senhores deixaram ao país em tempo de “vacas gordas”.

Deputado Rui Ramos (PSD): Quais “vacas gordas”?!

O Orador: O Sr. Deputado António Marinho também fez questão de fingir que não houve uma crise internacional, que não houve uma crise financeira...

Deputado António Marinho (PSD): Sr. Secretário, 2,3% do défice!

(Apartes inaudíveis entre os vários deputados das bancadas do PS e do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos prosseguir o debate.

O Orador: Os senhores não gostam. Isto custa mas têm que ouvir. Não é só falar. De vez enquanto têm que ouvir.

Outra coisa que os senhores fingem que não acontece é que estamos num contexto, de há 2 anos para cá, de crise financeira e económica...

Presidente: Sr. Secretário Regional tem que terminar.

O Orador: Eu vou terminar, mas praticamente nem sequer consegui começar.

Presidente: Não! Já começou há 5 minutos, Sr. Secretário. Faça favor de terminar.

O Orador: Dizia eu que outra coisa que os partidos aqui, principalmente o PSD, fazem questão de fingir que não acontece, é que estamos há 2 anos a viver num contexto de crise financeira e económica internacional com consequências maiores em alguns países, menores noutros, e que no nosso país condicionou as opções políticas a algumas medidas certas e com resultados, e a algumas medidas erradas, mal tomadas e com consequências negativas. Isso já foi aqui admitido.

Gostava só de referir que o que disse o Sr. Deputado António Marinho em termos de desemprego é para nós também uma preocupação, obviamente. Aliás, aqui, a bancada governamental e o partido que a suporta já tinha assumido anteriores e previsto que muito provavelmente era esta a evolução que o desemprego teria na Região e no país. Esse dado é muito importante.

É claro que cada desempregado é um caso problemático e difícil.

É claro que os desempregados dos Açores nos preocupam muito mais do que os desempregados do país ou doutas regiões autónomas, mas as coisas têm que ser comparadas e nós continuamos a ser a Região do país, mesmo neste contexto, com a taxa de desemprego mais baixa.

Deputado João Costa (PSD): Mas estão a aproximar-se! Juntos vão conseguir!

Deputado António Marinho (PSD): São 11 mil açorianos que estão desempregados!

O Orador: A taxa de desemprego dos Açores é neste trimestre aquela que os senhores disseram, mas a taxa de desemprego média do país é de 12,4% e a taxa de desemprego da Madeira...

Deputado Luís Garcia (PSD): Já chegou à Madeira. Os senhores têm uma paixão pela Madeira!!!

Deputado João Costa (PSD): Quem diria que o senhor está preocupado com os açorianos!

O Orador: ... onde os senhores governam, que tem a mesma população dos Açores, que tem o mesmo sistema político, económico e de organização institucional, é de 13,9%.

A taxa de desemprego que o Governo do PSD da Madeira provocou é de 13,9%.

Muito obrigado.

Deputado Luís Garcia (PSD): A esse ritmo os senhores estão quase lá!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos prosseguir o nosso debate.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares para encerrar o debate.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado José San-Bento:

Permita-me que lhe chame, com todo o respeito que tenho por si, o meu marcador de serviço. Sem dúvida nenhuma!

Deputado José San-Bento (PS): Não corresponde à verdade!

A Oradora: É pelo Sr. Deputado que na realidade vou começar.

O Sr. Deputado fez aqui um grande comício. Iniciou aqui a campanha eleitoral com um grande comício.

Entre as várias coisas que disse, disse que na realidade o Governo da República, através do Primeiro-Ministro, tinha cometido erros.

Diz isso há tanto tempo. Aliás, o Partido Socialista aqui, no Açores, diz isso há imenso tempo. Só nunca chegou a dizer quais foram os erros.

Deputado Francisco César (PS): Já dissemos, todos os dias!

A Oradora: Era importante que os açorianos soubessem quais.

Deixe-me dizer-lhe uma coisa:

O Sr. Deputado e o Partido Socialista dos Açores esqueceram-se de dizer isso no Congresso havido há muito pouco tempo.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não é verdade! Foi o único que disse!

A Oradora: Lá, os senhores aplaudiram, estiveram à direita do “pai”...

Deputado José San-Bento (PS): Mentira!

A Oradora: ... à esquerda da “mãe”, aplaudindo e reelegendo.

Não vale a pena vir agora para os Açores dizer que cometeram erros, quando os senhores no congresso só bateram palmas e disseram que estava tudo bem.

Deputado Francisco César (PS): Sra. Deputada, isso é mentira!

A Oradora: Disse também o Sr. Deputado que o Bloco de Esquerda tinha uma visão de classe.

Só para si, Sr. Deputado, faço questão que isto seja só para si:

Visão de classe!

De acordo com um artigo publicado no “*Courier*”, esta semana, cujos autores são juristas estrangeiros proponentes de uma das muitas acções que por aí há contra as agências de *rating*, sobretudo as “três manas” que são o braço armado do capital financeiro, dizia o multimilionário Warren Buffett, um dos proprietários da agência Moody's, sem rodeios (vou citar):

“É uma luta de classes a minha, a dos ricos, e nós estamos a ganhar.”

Esta é que é a marca de classe, Sr. Deputado. Não é a do Bloco. É esta.

Vamos continuar neste mesmo raciocínio. Deixe-me fazer aqui um intervalo para o Sr. Secretário Regional da Presidência.

Quanto à grande confusão que os senhores – e quando digo os senhores, digo os partidos da “Troika” – ainda não conseguiram desembrulhar, relativamente aos partidos que foram ao beija-mão à “Troika” e aos que não foram, os que não foram (o Bloco de Esquerda e o Partido Comunista) são na vossa opinião

irresponsáveis, mas os que foram, não foram lá fazer nada e são os senhores os primeiros a reconhecer isso.

Nada!

Os senhores não negociaram nada!

Os senhores assinaram por baixo e agora como estão aflitos, atiram-se uns aos outros, a três. A culpa foi tua porque assinaste o que não devias ou a culpa não foi deles porque não assinaram o que não deviam.

Esta “pescadinha de rabo na boca” os senhores vão levar o tempo todo até saírem dela para chegarem à conclusão, e o povo açoriano já o fez, de que a razão está do lado daqueles que não foram assinar coisa nenhuma, daqueles que não se resignam à bancarrota e à defesa do capital financeiro.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Vai ver eleitoralmente como é que fica!

A Oradora: Quem é que tem governado este país nos últimos 30 anos? O Bloco de Esquerda?

Não!

Deputado Francisco César (*PS*): Graças a Deus!

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Os senhores fogem do governo como o diabo da cruz! Os senhores têm medo do governo!

A Oradora: O PS! O PSD, aqui e ali, acompanhado pelo CDS.

Quem é que se entendeu, PEC, após PEC, enterrando o estado social e criando a necessidade da intervenção externa?

O PS! O PSD, ajudado aqui e ali pelo CDS!

Então os senhores vêm responsabilizar o Bloco de Esquerda e acusá-lo de irresponsabilidade pela bancarrota a que este país foi levado?

Meus senhores! Metam a mão na consciência. Olhem para os 30 anos que se passaram até hoje e vejam (aliás, o povo açoriano não precisa de explicações nem de mímica) de que lado é que está a responsabilidade.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Vamos ver isso nos votos!

A Oradora: O Sr. Deputado, meu marcador de serviço, chamou a atenção dos jovens: «cuidado, não se deixem seduzir pelo “canto de sereia” do Bloco de Esquerda».

Não! Os jovens não se podem deixar de seduzir é pelo “canto de sereia” que corresponde a 28% de desemprego.

Deputado José San-Bento (PS): Acha que não sabemos isso?

A Oradora: São 2 milhões de precários e de recibos verdes. São jovens que não têm presente, nem têm futuro.

Deputado José San-Bento (PS): Isso é demagogia barata!

A Oradora: A responsabilidade é do Bloco de Esquerda?

Não é, Srs. Deputados. Não é!

Não somos nós que temos alternado o poder nos últimos 30 anos, mas os jovens sabem. Os jovens não são tolos! Os jovens sabem e não precisamos de lhes explicar.

Preocupação com o capital financeiro?

Dos 78 mil milhões que nos vão emprestar a juros agiotas, 12 biliões...

Deputado Francisco César (PS): 12 biliões não! 12 mil milhões!

A Oradora: ... vão direitinhos para a banca, para não lhes faltar dinheiro. A seguir, vão mais 30 biliões para os juros e depois, o resto, é para a dívida.

Estes senhores do FMI e da “Troika” vêm ajudar quem?

O povo? Não!

Vêm ajudar os bancos franceses, alemães e também portugueses a finalmente alcançarem aquilo que nunca conseguiram ao longo destes 30 anos, que é garantir a maior transferência de capital do trabalho para eles.

Esta é a maior viragem à direita do Partido Socialista na história destes últimos 30 anos...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Olhe que não!

A Oradora: ... quer os senhores queiram, quer os senhores não queiram.

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Presidente.

A Oradora: Para terminar – vou terminar, Sr. Presidente – gostava de dar aqui um exemplo muito claro do que é estar do lado dos que têm e do que é estar contra os que não têm.

É sabido, é público, aliás a própria “Troika” o diz, que as parcerias público privadas, ...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Eu já estava a estranhar!

A Oradora: ... da responsabilidade do PSD e do PS, foram a “facada” fatal na decência, na dignidade e nas contas públicas.

Vou dar um exemplo:

Há uma parceria público privada no porto de Lisboa, feita com uma empresa sobejamente conhecida também nos Açores, que é a Mota-Engil, em cujo contrato está uma cláusula que diz que nos dias de mau tempo, (reparem bem, açorianos/as) ...

Deputado José San-Bento (PS): Eles não a estão a ouvir!

A Oradora: ... nos dias em que o porto não funciona, esta empresa que recebe milhares de milhões por esta parceria, tem uma indemnização do Estado.

Mas os pescadores desta Região, por mau tempo, ...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Sra. Deputada, não misture as coisas!

A Oradora: ... por um ano de mau tempo, ainda estão por receber o FUNDOPESCA do ano de 2010.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Diga qual é a parceria. Não baralhe os açorianos!

A Oradora: É esta a diferença entre estar do lado daqueles que têm e estar do lado daqueles que não têm.

E o Partido Socialista escolheu há muito tempo o lado de que está: está do lado dos que têm mais e é esses que continua a defender.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Diga lá que parceria é essa! Diga onde é isso! Isso não é na região!

Deputada Zuraida Soares (BE): É na região, é sim senhor!

Presidente: Aproveitando o entusiasmo parlamentar vamos fazer uma pausa de 30 minutos.

Regressamos às 12 horas. Até já.

Eram 11 horas e 30 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos com o debate que suspendemos na passada Terça-Feira, na sequência da intervenção do Sr. Deputado Costa Pereira.

Eram 12 horas e 11 minutos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues.

(*) **Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Costa Pereira:

Como sabe, e já o referi noutros fóruns no qual fazemos parte, tenho uma especial admiração por si, assim como pelos restantes deputados desta câmara.

No entanto, ouvi atentamente a sua intervenção, na passada Terça-Feira, e não posso deixar passar esta oportunidade sem tecer algumas considerações que me parecem pertinentes.

A segunda fase do projecto de reordenamento do porto encontra-se na sua fase final, como foi aqui afirmado pelo Sr. Secretário da Economia.

Com esta intervenção destaco a criação de um parqueamento em terra para embarcações, um núcleo de pescas, a requalificação do Largo Manuel de Arriaga, a construção de infra-estruturas de apoio à actividade marítimo-turística, libertando a sua actual localização para ampliação da marina e a criação de pontões para mega iates.

O Governo e a autarquia já assumiram a vontade de avançar para a requalificação da Avenida Marginal, que será um complemento à actual obra do

porto e honrará a memória da cidade há mais de um século ligado ao seu porto e tendo nele um dos principais pólos de desenvolvimento.

Este projecto integrado, porto/avenida, é uma aposta no futuro que o Governo numa época difícil de gestão, de poucos recursos, tem a coragem de assumir.

Este projecto irá fazer a ligação do plano de urbanização da cidade da Horta recentemente publicado, visando integrar medidas de ordenamento e planeamento do território na zona urbana da cidade com a frente mar e com o potencial decorrente desta integração.

Congratulamo-nos com esta visão estratégica e rejeitamos o registo dos discursos de quem, na ânsia de protagonismo e de colher votos que há muito não lhe são favoráveis, tenta denegrir a imagem do Governo e do Partido Socialista no Faial...

Deputada Cecília Pavão (PS): Muito bem! Muito bem!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não apoiado!

O Orador: ... utilizando todos os meios possíveis para inventar o que não se faz e branquear o que se faz.

Deputada Cecília Pavão (PS): Muito bem!

O Orador: Esta atitude, em meu entender, assume um papel que me vou abster de classificar, mas penso que os faialenses têm sucessivamente classificado de forma adequada.

Digo isto porque hoje estamos claramente direccionados para o mar e para a economia do mar. Posso elencar apenas algumas acções que demonstram essa atitude:

- as instalações do Departamento de Oceanografia e Pescas e a inclusão do curso de operador marítimo-turístico;
- a captação de um número significativo de regatas internacionais;
- a construção das casas de aprestos;

E, claro, não podia deixar de referir, a grande obra do porto, que é uma das maiores obras a decorrer na Região Autónoma dos Açores.

Estes investimentos realizados pelo Governo Regional são estruturantes e reforçam a ligação dos faialenses ao mar.

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado. São 3 minutos.

O Orador: Sim senhor, Sr. Presidente. Já termino.

Curiosamente e continuando a falar da nossa ligação ao mar o Sr. Deputado, com certeza, por lapso, não trouxe aqui a fusão da Administração dos Portos na empresa Portos dos Açores e que terá a sua sede no Faial, pois se essa fosse sediada noutra ilha já estava o discurso de desgraça instalado nesta Assembleia e até a tentativa de revoltar os faialenses contra as outras ilhas.

Vice-presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Muito bem!

O Orador: Como é próprio do ser humano, devemos querer sempre mais e melhor. Até aí, Sr. Deputado, estamos de acordo.

O progresso deve ser integrado, mas não deve ser demagógico, nem falseado, pois temos a obrigação de zelar pelos interesses dos Açores e de todos os açorianos.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Garcia.

(*) Deputado Luís Garcia (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na passada Terça-feira o Dr. Costa Pereira trouxe aqui uma intervenção sobre uma obra que é fundamental para a Ilha do Faial, uma obra que está em curso na sua primeira fase, o novo cais na bacia norte do porto da Horta, e sobre algumas dúvidas e preocupações que temos relativamente à continuidade e às fases que se seguem nessa obra.

Nas respostas que o Sr. Secretário aqui deu disse algumas coisas que não são verdade e quero dizer isto com toda a clareza.

O Sr. Secretário disse, relativamente à segunda fase da marina e à ampliação da sede do Clube Naval da Horta, que não houve qualquer compromisso da parte do Governo Regional.

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): Não, não! Falei na construção de uma nova sede!

O Orador: Isso não corresponde à verdade.

Na inauguração da ampliação da segunda fase da ampliação da marina, em Março de 2002, no discurso dessa inauguração, o Sr. Presidente do Governo disse isto:

“O projecto da segunda fase da Marina da Horta que envolve a remodelação e ampliação do seu Clube Naval, será adjudicada ainda este ano.”

Estávamos, Sr. Secretário, em 2002. Estamos em 2012. Se não me falham as contas, foi há 9 anos e estamos na mesma nesse projecto.

Outra questão que o Sr. Secretário também referiu e estranhou a questão colocada pelo meu colega Costa Pereira, foi relativamente à requalificação da Avenida Marginal, porque recentemente houve uma reunião com o Governo Regional e com o Sr. Presidente da Câmara e o Governo tinha assumido o compromisso de fazer o projecto para a requalificação da Avenida Marginal.

É verdade que assumiram. Está no comunicado que saiu dessa reunião e que diz o seguinte:

“Em parceria com a Câmara Municipal, o Governo vai realizar um projecto com vista à requalificação da via marginal em 2011”.

Em 2008, na sequência de uma reunião que o Sr. Presidente da Câmara teve com o então Secretário da Economia, foi noticiado em Junho por um diário local (passo a citar):

“Estou muito satisfeito”, dizia então o Presidente da Câmara.

“Foi desta forma que o Presidente da Câmara Municipal da Horta resumiu, no final da tarde de ontem, uma reunião que teve com o Secretário Regional da Economia sobre o projecto de requalificação do Porto da Horta.

O encontro entre Duarte Ponte e João Fernando Castro aconteceu em Ponta Delgada e serviu para acertar agulhas no sentido de criar sinergias em torno da execução da obra.

A Secretaria Regional da Economia vai avançar com um projecto para a Avenida Marginal”.

Estamos em 2011 e é exactamente este o problema com os investimentos. Anunciam-se. Passados uns anos reanunciam-se e as coisas efectivamente não avançam como aqui está provado.

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

Uma última questão, Sr. Secretário.

O senhor na sua resposta diz que está tudo muito claro, não há problemas nenhuns com esta obra. Foi a resposta que o senhor deu, com tranquilidade. Quando aparentemente não tem razão vem para o debate.

Se está tudo claro, se as respostas são assim tão claras, por que é que os senhores não responderam há um ano a um requerimento colocado nesta casa pelos Deputados eleitos pelo Faial?

Há um ano, mais precisamente no dia 27 de Maio de 2010.

Aguardamos por esses esclarecimentos. Essas dúvidas não são só dos Deputados do Partido Social Democrata, mas de muita gente ligada ao sector, de muitos profissionais do sector que põem em dúvida alguns aspectos daquela obra, como ainda recentemente, numa entrevista a um jornal local, o Presidente de uma Associação de Pescadores, referindo-se àquela obra, dizia, e cito: “É triste quando não se fazem as coisas bem-feitas”.

De facto, é triste quando se gastam milhões e não se fazem as coisas bem-feitas.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Se fosse para fazer bem feito pedíamos ao senhor para fazer! Fazia um porto que era um espectáculo!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Lúcio Rodrigues:

Começo a minha intervenção por cumprimentá-lo, agradecer aquilo que disse e desejar os maiores sucessos no cargo que ocupa.

Depois, muito rapidamente, dizer-lhe duas coisas:

Em primeiro lugar, acusou-me de ânsia de protagonismo.

O senhor só diz isso, porque ainda não me conhece bem. Se me conhecesse sabia que se há coisa que eu não tenho é ânsia de protagonismo.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É verdade!

O Orador: Não tenho, nem preciso! Não vai com o meu feitio.

Deputados Jorge Macedo e Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: Em segundo lugar, o senhor devia saber que uma coisa é o anúncio dos projectos e outra coisa é a concretização dos mesmos.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: O senhor, e como é habitual na sua bancada, mistura tudo.

Inclusivamente, fazendo referência ao projecto reordenamento da segunda fase do porto, o senhor diz um conjunto de coisas que estão previstas nessa segunda fase, mas depois diz outras que mostram a má fé, daquilo que se quer afirmar.

Deputado Berto Messias (PS): Mas qual má fé? Que linguagem é essa?

Deputado Rui Ramos (PSD): Em termos de linguagem, ó Sr. Deputado...

O Orador: O senhor diz que está na fase final, que se vai fazer o núcleo de pescas, que se vai fazer aquilo que já foi anunciado, e depois diz isto que é de uma cristalina limpidez: a vontade de avançar para a requalificação da marginal.

Gostava de saber, relativamente à vontade de avançar para a requalificação da marginal, como é que se põe isso num projecto que vai a concurso?

Sr. Secretário Regional, vamos a coisas mais sérias, que é isso que interessa neste momento.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Primeiro, para agradecer a resposta que deu a algumas das questões que fiz na minha intervenção...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O seu colega diz que é tudo mentira!

O Orador: ... e que são respostas que já deviam ter surgido há um ano, se as coisas são assim tão simples e tão claras.

É evidente que se existe uma norma que determina que o Governo deve responder aos requerimentos dos deputados em 60 dias, não responder a um requerimento de um deputado há mais de um ano, ou há um ano, é realmente digno de registo.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Sr. Secretário, a questão que lhe queria colocar e que acho que é importante precisar, é a seguinte:

O senhor assumiu que tinha reconsiderado a sua posição sobre a decisão de rebaixamento da quota de fundação do porto da Horta de menos 6 para menos 8 metros.

De facto, em Junho de 2010, o Governo Regional deliberou autorizar o concurso para o rebaixamento da quota de fundação do novo porto para menos 8 metros.

O senhor aqui, outro dia, e eu quero felicitá-lo por isso, assumiu publicamente (era uma das perguntas feitas no requerimento) que essa autorização se iria estender não só às fundações, mas a todo o interior do porto, para menos 8 metros.

Relativamente à totalidade do novo porto, quando é que essa autorização para rebaixar a quota para menos 8 metros foi dada à APTO? Quando é que foi adjudicada? Se não foi adjudicada quando é que vai ser?

O Sr. Secretário compreenderá que é importante responder a esta questão, porque este processo, como eu o demonstrei com factos e declarações incontestáveis na minha intervenção, (o senhor não tem culpa disso porque herdou o processo) está de tal maneira embrulhado e de tal maneira fértil em contradições e promessas não cumpridas, que era importante esclarecer esta questão.

Muito obrigado.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

(*) **Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, Sr. Deputado Luís Garcia, penso que não terei faltado à verdade naquilo que disse. Aliás, os dados que o Sr. Deputado trouxe para o debate de forma nenhuma comprovam que eu tenha faltado à verdade.

Devo confessar que estranho esta ligeireza em que nos estamos a tornar reincidentes na acusação da mentira, da má fé. Não é hábito isso acontecer e julgo que não há razões para que isso aconteça.

Deputado Clélio Meneses (PSD): O Sr. Secretário da Presidência disse ontem que tínhamos mentido.

O Sr. Secretário da Economia acabou de dar um raspanete ao Sr. Secretário da Presidência!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Disse que mentiram! Quando são mentirosos, são mentirosos!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Mas não conseguiu provar onde tínhamos mentido!

O Orador: O que eu disse na Terça-feira, salvo erro, foi que não existia nenhum compromisso do Governo para a construção de uma nova sede para o Clube Naval.

Se não fui claro nas minhas palavras na Terça-feira, aqui fica a rectificação. Penso que terei dito assim, mas se por acaso não o disse, fica aqui a rectificação e o pedido de desculpas por ter induzido alguém em erro:

Não existe compromisso nenhum com o Clube Naval para a construção de uma nova sede.

Existe, sim, e está previsto no projecto da segunda fase da requalificação da frente marítima da cidade da Horta, a questão da ampliação, do alargamento contemplar nesse âmbito, a essa parte. Isso existe, está consagrado no projecto, foi analisado, foi ponderado.

A parte de construir uma nova sede não há compromisso nenhum neste sentido. Em segundo lugar, quanto à qualificação da Avenida Marginal, Sr. Deputado, o que lhe posso dizer é que efectivamente vai avançar na sequência daquilo que lhe dei conta.

Relativamente ao Sr. Deputado Costa Pereira, e também ao Sr. Deputado Luís Garcia, em primeiro lugar gostaria de esclarecer a questão do requerimento.

Na sequência da intervenção da passada Terça-Feira, eu tive o cuidado de verificar esta questão do requerimento, porque, e julgo que os Srs. Deputados também reconhecerão, não é hábito que isso aconteça.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

Deputado Luís Garcia (*PSD*): Há mais antigos!

O Orador: Efectivamente o requerimento está por responder. A responsabilidade do requerimento não ter sido respondido a tempo e a horas, é minha, é da Secretaria Regional da Economia. Assumo aqui perante os Srs. Deputados.

Os senhores, brevemente (julgo que já no decurso desta semana ou da próxima semana) receberão a resposta ao requerimento.

Portanto, fica assumido e clarificado por que razão é que isso não aconteceu. Foi uma falha da Secretaria Regional da Economia.

Deputado Pedro Gomes (*PSD*): Uma falha que durou um ano, Sr. Secretário!

O Orador: Exactamente! Aliás, penso que até terá mais do que um ano, mas com mais ou menos, está assumido aqui. Foi uma falha do Governo.

Penso que a resposta ao requerimento clarificará, do ponto de vista dos dados, algumas das dúvidas que estão colocadas quanto à questão da parte técnica, digamos assim, nomeadamente da parte dos estudos, se foram ou não realizados estudos para aquela obra, do ponto de vista de manobras. Enfim, toda essa questão julgo que estará esclarecida no requerimento.

Quanto à parte da reconsideração da posição, ou seja, não apenas do rebaixamento da quota mas de toda a área operacional, a orientação que foi transmitida à APTO, porque a APTO colocou esta questão e foi transmitida verbalmente na altura em que foi decidido o rebaixamento da quota, não foi propriamente dizer os senhores têm que rebaixar a outra área.

O que foi dito à APTO foi, quando esta obra for inaugurada, quando esta obra entrar em funcionamento, tem que estar toda ela operacional para navios com uma quota que seja aferida por aquilo que é o molhe.

Dizendo de outra forma, o que foi dito foi, não pode acontecer que tenhamos o cais preparado para navios de um determinado calado e que esses navios não possam chegar até ao molhe porque a bacia de manobra, ou, enfim, o trajecto até aí, não lhes permite por falta de dragagem.

Essa orientação foi transmitida verbalmente à APTO. Em várias reuniões, desde essa data, até ao corrente momento, essa orientação foi reiterada.

Segundo julgo saber não está ainda adjudicada esta obra, esta parte do rebaixamento, mas o compromisso mantém-se, porque efectivamente o que faz sentido é que a obra entre em funcionamento em toda a sua potencialidade e não estrangulada, literalmente neste caso, por aquilo que seria o acesso ao cais.

Julgo que respondi às questões que o Sr. Deputado Costa Pereira me colocou.

Era só isso que tenho a dizer.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Duas questões muito rápidas.

Primeiro para um comentário ao lapso de tempo na resposta aos requerimentos.

De facto, já não é a primeira vez. No plenário anterior o senhor pediu desculpas ao Sr. Deputado Artur Lima por um requerimento que estava perdido nos gabinetes da sua secretaria.

Fica-lhe bem assumir as responsabilidades, mas o senhor pertence a um Governo que é altamente repetente em termos de não cumprir o dever de responder aos deputados em 60 dias.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Neste momento, e só para dar alguns exemplos, os Deputados do Faial têm desde o dia 11/09/2009 um requerimento sobre o campo de golfe do Faial que ainda não teve resposta.

No dia 13/01/2011 fizemos novo requerimento sobre o mesmo assunto. Já passaram os 60 dias. Resposta? Zero!

Deputado João Costa (PSD): Nada!

O Orador: Temos um requerimento datado de 23/11/2010, na sua Secretaria, sobre as garantias do serviço público de transporte marítimo de passageiros no Triângulo que ainda não teve resposta.

Temos outro de 17/12/2010, sobre a fusão das administrações portuárias, que também ainda não teve resposta.

Deputado João Costa (PSD): Vai ser uma via-sacra!

O Orador: Sr. Secretário, estou a falar apenas dos requerimentos em que os deputados do Faial foram signatários.

Sr. Secretário, se a sua assumpção de culpa lhe fica bem, o pior é que de palavras está o inferno cheio.

Deputados Pedro Gomes e João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Agradeço a sua resposta relativamente à questão do rebaixamento do porto para menos 8 metros e o compromisso que aqui assumiu.

A verdade é que esperamos que se faça rapidamente a adjudicação dessa parte restante para que se concretize em tempo esse projecto que é importante e que vem naturalmente melhorar a operacionalidade daquele novo porto.

Uma outra questão que queria colocar e que o Sr. Secretário não abordou.

Uma das razões essenciais para se avançar para esta obra, de acordo com o anterior Secretário da Economia, era dotar a Horta de um cais de cruzeiros (não são os Cruzeiros do Canal e das Ilhas) para os cruzeiros transatlânticos.

A pergunta que lhe coloco é: qual a solução para receber na Horta os cruzeiros transatlânticos?

O que é que a Secretaria tem deliberado e pensado sobre esse assunto, já que ali não será seguramente.

Deputado João Costa (PSD): É uma campanha internacional!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

(*) **Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente às questões que foram colocadas pelo Sr. Deputado Costa Pereira, penso que do ponto de vista de informação a esta Assembleia os

Governos do Partido Socialista têm mais do que motivos para se orgulharem do seu trajecto.

Em relação a esta matéria reconheço que pode haver requerimentos que formalmente não estão respondidos, mas alguns dos que o Sr. Deputado referiu têm resposta pública.

O Sr. Deputado apresentou um requerimento sobre a fusão das administrações portuárias. Teve a resposta pública. Não a teve formalmente, mas o facto é que teve pública.

Portanto, poderá sempre queixar-se de que não teve a resposta formalmente, mas não poderá queixar-se de que não sabe sobre as matérias que questionava.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem! Vêm para aqui com o *fait diver!*

O Orador: Relativamente à parte dos navios cruzeiro, Sr. Deputado vamos falar claro.

Em relação aos navios cruzeiro, com o rebaixamento da quota para menos 8 metros, existem navios que conseguem. Considerada a sua dimensão poderão operar naquele cais, mas existem outros navios que não podem operar.

Os dados que temos é de que a maioria dos cruzeiros que visitarem a cidade da Horta poderá operar naquele cais. No entanto, existem cruzeiros que não será possível atracarem naquele cais.

A única hipótese que esses navios terão será no cais comercial. Aliás, não é drama nenhum, que é o que acontece em Ponta Delgada quando tem mais do que um navio e acontece em vários outros sítios da Região.

Temos que arranjar uma solução. Em primeiro lugar, aquela obra dá resposta a uma primeira necessidade premente, que é dar melhores condições para o transporte marítimo de passageiros regular entre as ilhas do Pico, Faial e São Jorge, fundamentalmente.

Tem condições para o transporte marítimo de passageiros na operação sazonal. Tem resposta para alguns navios de cruzeiro, mas não tem resposta para todos. É essa a resposta que o Governo tem para dar.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Relativamente à questão dos requerimentos: quando não há argumentos, já sabemos que os senhores falam do orgulho socialista na vossa governação.

Fiquem com o vosso orgulho!

Agora lamento - e lamento não só por uma questão formal -, mas por uma questão de princípio, de respeito por esta casa, ...

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: ... que o senhor queira agora inaugurar uma nova forma de responder aos deputados.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem! Apoiado!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Era o que faltava!

O Orador: Os deputados têm o direito estatutário de fazer perguntas ao Governo para fiscalizar a actividade do Governo.

O senhor em vez de assumir a sua obrigação, como membro deste Governo, em responder aos requerimentos dos deputados, quer inaugurar uma nova prática que é a partir de agora a resposta aos Sr. Deputados é pública e os deputados que fiquem com o conhecimento da resposta pública.

Registo a falta de consideração por esta casa que essa atitude revela.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Em segundo lugar, apenas um comentário à solução que o Sr. Secretário acaba de anunciar para os navios cruzeiros transatlânticos no porto da Horta.

O comentário é, naturalmente, de lamentar, por uma razão muito simples, Sr. Secretário. Em primeiro lugar, os senhores (este Governo e o anterior) ludibriaram os faialenses, porque não foi isso que lhes prometeram, nem foi isso que apresentaram numa Semana do Mar em maqueta. Não foi essa solução.

Em segundo lugar, umas das razões essenciais que o Governo Regional dos Açores do Partido Socialista apresentou para defender a necessidade de construir em São Miguel as Portas do Mar foi que era importante, para esse ramo de negócio, separar os turistas do movimento de cargas e do movimento comercial do Porto de Ponta Delgada.

Deputado Francisco César (PS): Esse argumento não colhe, Sr. Deputado!

O Orador: Essa solução que serviu para justificar as Portas do Mar, separar os turistas da carga, separar os turistas do movimento comercial do porto, é essa solução que o senhor quer implementar numa parte dos navios transatlânticos que vão para a Horta?

Não! Na Horta, passageiros e palha podem estar juntos.

Lamento isso!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(*) **Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para participar neste debate uma vez que a responsabilidade da articulação directa entre o Governo Regional e esta Assembleia é do meu gabinete, nomeadamente no que diz respeito aos requerimentos...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Ah! Afinal a culpa é sua!

O Orador: ... e para desmistificar o número do Sr. Deputado Costa Pereira, armado em São Francisco (qual São Francisco, com aquele seu ar de São Francisco), que agradece imenso as resposta e depois insulta as pessoas.

Deputado Clélio Meneses (PSD): A sondagem fez muito mal!

O Orador: Neste momento estamos com cerca de 5 centenas de requerimentos entrados durante esta legislatura, o que configura um número que é quase o dobro do que aconteceu na legislatura anterior.

Deputado João Costa (PSD): Não é por falta de assessores que não conseguem despachar os documentos!

O Orador: Isso implica, naturalmente um esforço maior dos serviços do Governo que têm essa incumbência e temos procurado corresponder àquilo que tem sido as solicitações a esse serviço.

Dessa quase 5 centenas, mais de 85% já têm resposta, o que me parece uma taxa razoável e da qual nos podemos orgulhar.

Deputado Luís Garcia (PSD): A vossa obrigação é responder a todos os requerimentos!

O Orador: Alguns não estarão respondidos, uns há mais tempo, outros há menos tempo, mas isso não lhe permite vir fazer esse papel, porque um dos seus, ou dois dos seus...

Deputado Rui Ramos (PSD): Não é um! São 4!

O Orador: ... não foi respondido, generalizar e dizer que o Governo não presta informação a esta Assembleia.

Isso é falso!

As outras bancadas, aquelas que têm alguma boa fé, com certeza não partilharão dessa sua opinião e temos feito o esforço possível.

Outros sítios há, em que partidos da oposição têm 45 segundos para participar no debate do Plano e do Orçamento. Esse sítio é em Portugal e é governado pelo PSD.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

(*) **Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Costa Pereira:

Percebo que o senhor queira pintar este assunto de uma forma que lhe seja politicamente favorável, mas não é uma forma que politicamente me pareça ser séria. Porquê? – justifico esta acusação.

O senhor diz que no caso da Horta podem estar passageiros (usando a sua terminologia) e palha juntos.

Deputado Costa Pereira (PSD): É uma das coisas!

O Orador: Sr. Deputado, gostava de lhe dizer que a situação da Horta será exactamente igual à situação das Portas do Mar, em Ponta Delgada.

Deputado Berto Messias (PS): Exactamente!

O Orador: Só quem não esteve e só quem não quer ver é que não percebe que mesmo em Ponta Delgada existem passageiros e barcos de cruzeiro que encostam ao cais comercial.

Deputado João Costa (PSD): Não me diga que as Portas do Mar foram mal concebidas!

O Orador: Desse ponto de vista eu repudio em nome do Governo esta acusação que não me parece que seja inconsciente (é consciente!) para lançar a confusão no seio dos faialenses para exactamente acharem que estão numa pior situação do que outras ilhas.

Deputado Jorge Macedo (PSD): E estão!

O Orador: Segunda questão:

O Sr. Deputado Costa Pereira quer a construção de umas Portas do Mar na Ilha do Faial?

Deputado Luís Garcia (PSD): Umas portinhas do Mar!

O Orador: Não é possível!

Agora, se o senhor me perguntar: com aquilo que vão fazer vão maximizar a oportunidade de aproveitamento dessa estrutura para que seja possível, para a maioria dos navios cruzeiros que visitam o Faial, terem melhores condições para atracar?

É isso que estamos a fazer.

O senhor não espere, porque eu não faço esse papel, é que o Governo chegue agora aqui e:

- Sai um cais de cruzeiros! Quem é que dá mais?

- O Sr. Deputado Aníbal Pires quer um transatlântico? Sai um transatlântico!

Deputado Aníbal Pires (PSD): Não, não quero!

O Orador: - Sr. Deputado Paulo Estêvão quer um cais de cruzeiros para o Corvo?

Deputado Luís Garcia (PSD): Isso é teatro!

O Orador: Esse papel o Governo não faz!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Acabou de o fazer!

O Orador: Temos uma obra. O Sr. Deputado Costa Pereira pode não gostar da obra, está no seu direito. Pode achar que não devia ser daquela forma. Agora, em primeiro lugar, temos uma obra que é extremamente importante para a Ilha do Faial e para a cidade da Horta.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Uma obra cuja decisão de a realizar foi o Governo que a tomou. Uma obra que está a ser feita maximizando as oportunidades de aproveitamento daquela estrutura.

Aquilo que acabei de referir, quanto ao rebaixamento da quota do cais e o rebaixamento da quota da bacia de manobra visa exactamente isso.

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Secretário.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

Vão existir navios que vão atracar no cais comercial?

Na Horta, na Praia da Vitória, nas Velas de São Jorge, em Santa Maria, em Ponta Delgada, em todas as ilhas dos Açores como sempre existiu.

Deputado Clélio Meneses (PSD): E em Angra?

O Orador: Não temos condições para fazer um cais de cruzeiros para cada navio. Não é possível fazer!

Desse ponto de vista o que está a ser feito é isto.

Estou convicto que os faialenses e os açorianos percebem isto. Não é possível fazer. No que estamos a fazer, estamos a aproveitar ao máximo para servir, em primeiro lugar, os faialenses.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Lúcio Rodrigues.

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, para responder ao Sr. Secretário da Presidência.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito obrigado!

O Orador: Fico muito sensibilizado por reconhecer que o seu departamento faz o esforço possível para responder aos deputados no tempo em que estão obrigados a fazê-lo.

Deputado António Ventura (PSD): Estão a precisar de mais uns funcionários!

O Orador: Faz o esforço possível, mas a verdade é que não cumpre e não cumpre, por sistema, ...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não é verdade!

O Orador: ... naqueles requerimentos que são mais incómodos para os senhores.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): São os seus!

O Orador: Não são só os meus. São muitos e de várias bancadas.

O senhor não venha fazer esse papel aqui porque não engana ninguém.

Faço-lhe uma sugestão: o senhor faça uma boa gestão dos muitos adjuntos que tem para canalizá-los a fazer esse serviço e cumprir dentro do tempo a que está obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Sr. Secretário da Economia, devo dizer que o senhor, até à sua última intervenção, estava num registo construtivo e esclarecedor. A sua última intervenção já mudou infelizmente esse registo e procurou teatralizar um pouco, que é aquilo que o senhor costuma fazer quando as coisas não estão a correr bem.

O que tenho a dizer acerca da questão do cais de cruzeiros são duas coisas essenciais e que censuro nesta decisão. É que os senhores determinaram um critério que justificava na essência a construção de um investimento semelhante em São Miguel, as Portas do Mar.

Disseram aos faialenses que esse critério valia para a Horta.

Está aqui, dito por Duarte Ponte: “Horta e Portas do Mar vão receber maiores navios de cruzeiros do mundo”. Não fui eu que o disse. Foi o seu antecessor.

O senhor vem agora dizer que afinal já não são os maiores. São só alguns...

Deputado Luís Garcia (PSD): Eles mingaram!

O Orador: ... e que esses alguns, também em São Miguel, vão para o cais comercial. Pois então os senhores enganaram os faialenses e os micalenses...

Deputados Luís Garcia, João Costa e Clélio Meneses (PSD): Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... porque não foi isso que os senhores prometeram.

O senhor vem fazer esse teatrinho para justificar uma outra coisa que é então inconcebível. É que neste momento os navios de cruzeiro que são construídos são tendencialmente cada vez maiores.

O senhor está aqui a fazer uma obra que já nem sequer para os maiores que existem actualmente serve? Não tem solução alternativa senão essa que diz agora?

É assim que utilizam bem os dinheiros comunitários, Sr. Secretário?

Lamento aquilo que ouvi aqui.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(*) Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não tencionava, porque tinha sido bastante claro na minha intervenção, voltar a este debate, mas vou ter que o fazer.

Deputado Luís Garcia (PSD): Que coisa curiosa! O senhor nunca tenciona!

Deputado Clélio Meneses (PSD): É um mal intencionado!

O Orador: Primeiro para felicitar o Sr. Deputado Costa Pereira por ter abandonado essa postura de São Francisco. Começa por agradecer, por pedir desculpa e depois diz o que quer e agride as pessoas. Prefiro que agrida só e que não agradeça, nem peça desculpa.

O Sr. Deputado arranjou aí uma maneira de dar a volta por cima ao incómodo da minha intervenção anterior.

Deputado Luís Garcia (PSD): A volta que o senhor tem que dar é responder aos requerimentos!

O Orador: A forma que encontrou foi levantar a questão do número de assessores do meu gabinete, para ver se as pessoas ficam muito indignadas.

O meu gabinete tem a sua orgânica publicada. É legal e toda a gente sabe qual é.

Eu tenho dois adjuntos e um assessor de imprensa. São essas as pessoas que trabalham comigo para esses efeitos. Se o senhor acha demais...

Deputado Luís Garcia (PSD): Tem que os colocar a responder aos requerimentos!

O Orador: ... a mim não me parece. O seu Grupo Parlamentar tem mais ou menos o mesmo ou se calhar até tem mais um bocadinho.

Portanto, não me parece que isso seja uma coisa que me possa colocar algum incómodo.

Depois gostava de lhe dizer mais uma coisa.

Vou dar-lhe um exemplo, Sr. Deputado, de uma instituição política, gerida pelo seu partido, que tem mais assessores e adjuntos do que eu e que não responde a um requerimento há 3 anos e que já disse publicamente em sessão plenária que não responde a requerimentos da oposição: a Câmara Municipal de Ponta Delgada.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Isso é mentira! Isso é que era bom!

Deputado Luís Garcia (PSD): Os senhores gostam muito de transformar a Assembleia Regional na Assembleia Municipal de Ponta Delgada!

Não estamos na Assembleia Municipal de Ponta Delgada. Estamos na Assembleia Legislativa!

O Orador: Não é mentira, não!

É a Câmara Municipal de Ponta Delgada, gerida pela Presidente do seu partido. Há 3 anos que não responde a um requerimento que seja do Grupo Municipal do PS.

Repito: a líder do seu partido não responde ao Grupo Municipal do PS há 3 anos, Sr. Deputado.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

(*) **Secretário Regional da Economia** (*Vasco Cordeiro*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Costa Pereira:

Reconheço-lhe muitas qualidades e méritos. Acredite! É sincero!

Deputado Costa Pereira (*PSD*): E é recíproco!

O Orador: Infelizmente não lhe reconheço nem a qualidade, nem o mérito para dizer quando é que o registo de uma intervenção é construtivo, deixa de o ser, é esclarecedor ou deixa de o ser.

Deputado Ricardo Cabral (*PS*): Muito bem!

Deputado Luís Garcia (*PSD*): Depende da análise de cada um!

O Orador: Em segundo lugar, o Sr. Deputado, por aquilo que eu conheço de si, tem todo o ar de ser um homem que gosta dos clássicos.

Recomendava-lhe que lesse “La Fontaine”. Certamente que no meio de “La Fontaine” encontrará algo que responderá a estas suas angústias do antes e do agora.

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): Penso que “La Fontaine” já respondeu às suas!

O Orador: Quanto à questão principal, penso eu, e que é a questão dos navios cruzeiros, o Sr. Deputado erra nos pressupostos. Errando nos pressupostos erra nas conclusões.

Os pressupostos nos quais o Sr. Deputado erra é esquecer, pura e simplesmente, aquilo que será talvez um dos principais segmentos da indústria de cruzeiros que interessa aos Açores e que é exactamente o segmento de cruzeiros temáticos.

Para esses cruzeiros temáticos o porto da Horta está mais do que preparado, particularmente para o Grupo Central.

Eu percebo que o Sr. Deputado queira pintar este assunto de uma maneira que lhe convém, mas os factos são estes:

Com a construção do cais de passageiros na bacia norte do porto da Horta, do ponto de vista de cruzeiros, a Horta ficará na mesma situação que outras, nomeadamente as Portas do Mar. Há dias em que há navios de cruzeiros que atracam nas Portas do Mar; haverá dias em que haverá navios de cruzeiros que carão no cais da Horta; há dias em que há navios de cruzeiros que não podem atracar nas Portas do Mar e e atracam no cais comercial. É isso que acontecerá. Não há qualquer falha de critérios, não há qualquer erro do ponto de vista de antes ter dito uma coisa e depois ter dito outra. O que acho, Sr. Deputado, é que as coisas são exactamente assim. Não podemos construir, como não fizemos em Ponta Delgada, porque existem navios de cruzeiro que não atracam em Ponta Delgada, no cais das Portas do Mar, pelas suas condições, porque é natural que seja assim.

Aliás, o próprio Sr. Deputado Costa Pereira dá a resposta à sua dúvida quando diz que a indústria de construção naval na área dos cruzeiros está a evoluir de certa forma. Nós ainda não conseguimos descobrir, mas certamente que é culpa do Governo, uma maneira de fazer alargar os cais, de os aumentar à medida das necessidades dos navios.

De qualquer das formas há um facto indesmentível: a Horta passará a ter melhores condições para acolher cruzeiros, passará a ter melhores condições para o tráfego de passageiros, e esse será talvez um dos aspectos mais relevantes, entre as ilhas do triângulo nomeadamente.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Presidência:

De facto, cada vez que o senhor se levanta para fazer uma intervenção é sempre pior do que a anterior.

Queria perguntar-lhe o seguinte:

O senhor acha bem que, hipoteticamente, a Câmara Municipal de Ponta Delgada não responda aos requerimentos?

Não acha bem e faz igual?

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Secretário Regional da Presidência (*André Municipal*): É ao Grupo Municipal!

O Orador: Se a Câmara Municipal de Ponta Delgada não responde eventualmente, o senhor vem dar esse exemplo e faz da mesma maneira?

Sr. Secretário, pelo amor de Deus! Tenha paciência! Assuma as suas responsabilidades, ponha o seu pessoal de confiança política a trabalhar...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Os vossos assessores são nomeados por mérito!

O Orador: ... cumpra a obrigação de prestar contas a esta Assembleia e não venha para aqui com esta novidade de que agora respondem aos Srs. Deputados por via pública. Isso é uma vergonha para os senhores e para o respeito que esta casa nos merece.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: O Sr. Secretário Regional da Economia vem agora falar dos pressupostos, que os pressupostos se mantêm e há uma confusão entre pressupostos e princípios.

Sr. Secretário Regional, para acabar esta conversa, quero dizer-lhe que não fui eu que prometi que Horta e Portas do Mar vão receber os maiores navios de cruzeiro do mundo. Não fui eu!

Como não fui eu que prometi no dia 19 de Junho de 2008, que, e cito palavras do ex-Secretário Duarte Ponte:

“A fim de criar novas condições para a recepção de navios de cruzeiros, no porto da Horta será criado um cais de cruzeiros com cerca de 400 metros de comprimento...”

Sabem quanto é que ele tem agora? 293 metros.

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): Foi para a máquina de lavar e encolheu!

O Orador: “... e à profundidade de menos 12 metros”.

Não fui eu que prometi. Foi o Sr. Secretário Regional da Economia.

Sabe quanto é que ele vai ter agora e graças à sua intervenção? Menos 8, senão era menos 6.

“... cuja maqueta foi apresentada ao público na Semana do Mar”.

Então os senhores apresentam uma coisa, apresentam os princípios, dizem como é que é, dizem que é tudo igual e agora o senhor vem dizer que afinal a Horta é igual às Portas do Mar? O senhor quer enganar quem?

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(*) **Secretário Regional da Presidência** (*André Bradford*): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente só para informar com números concretos esta Câmara e não apenas o Sr. Deputado Costa Pereira.

Há pouco, quando disse que eram cerca de 5 centenas de requerimentos, terei exagerado. O número de requerimentos entrados nesta legislatura é de 463.

O número de requerimentos extemporâneos é de 41, ou seja, 8,8%.

O número de requerimentos pendentes de resposta é de 6 e estão dentro do prazo (1%).

Essa sua indignação, Sr. Deputado Costa Pereira, corresponde a 8% de 463 requerimentos.

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): Isso justifica o quê, Sr. Secretário!

A vossa obrigação é responder a todos os requerimentos!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

(*) **Secretário Regional da Economia** (*Vasco Cordeiro*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Penso que está tudo perfeitamente esclarecido. Só há uma coisa que não está esclarecida.

Sr. Deputado Costa Pereira, não quero enganar ninguém.

Deputado Costa Pereira (*PSD*): Eu é que não quero de certeza!

Deputado Luís Garcia (*PSD*): Os senhores enganaram os faialenses!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Quem é que enganou, foi o Duarte Ponte?

O Orador: E nas minhas intervenções neste plenário sobre este assunto, da mesma forma que em todas as intervenções públicas que o Governo já teve em relação a esse assunto, não quero enganar ninguém.

Portanto, agradeça-lhe que retirasse a acusação.

Deputado Ricardo Cabral (PSD): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Costa Pereira.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Eu acredito no senhor. Acredito na sua boa fé e por isso digo, por princípio e assumo, que acredito que o senhor não queira enganar os faialenses, mas com as provas que eu apresentei alguém enganou os faialenses. Esse alguém é o governo a que o senhor pertence...

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... porque prometeu uma coisa e não cumpriu. É isso que está aqui em causa.

Eu acredito, porque o senhor não é responsável por estas afirmações que eu citei. Não foi o senhor pessoalmente, nem pelo cargo que ocupa agora, mas era do Governo e foi esse Governo que incutiu, divulgou, propagandeou e assumiu compromissos junto aos faialenses que não foram cumpridos.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Isso é enganar e é inaceitável!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos terminar o nosso PTAP.

Vamos fazer o nosso intervalo para almoço. Regressamos às 15 com a Agenda.

Bom almoço.

Eram 13 horas e 02 minutos.

Presidente: Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos. Agradecia que reocupassem os vossos lugares.

Eram 15 horas e 12 minutos.

De acordo com o ponto 1 da nossa Agenda para hoje, vamos começar com a **apresentação do Projecto de Resolução n.º 38/2011 – “Igualdade de Tratamento da SATA Air Açores e na SATA Internacional”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

A história dos Açores não pode ser contada sem nos lembrarmos que o fenómeno da emigração é dela parte indissociável.

Por diversos circunstancialismos, desde de acontecimentos de origem natural, económica e social, muitos foram os milhares de açorianos que tiveram que deixar a sua terra em busca de melhores oportunidades.

Hoje, a diáspora açoriana encontra-se espalhada pelos quatro cantos do mundo. Aqueles que um dia tiveram que partir arregaçaram mangas, dedicaram-se ao trabalho e muitos deles actualmente são homens e mulheres de sucesso nas comunidades onde se inseriram.

Claro está que este fluxo migratório deixa saudades aos nossos emigrantes que estão longe e aos açorianos que cá ficaram.

O chamado mercado da saudade é muitas vezes falado pelos responsáveis políticos e muitas vezes recordado por esta Assembleia.

É certo que por diversos factos de índole económico e financeira a contribuição dos nossos emigrantes para o desenvolvimento da nossa região já não tem comparação com impactos de décadas passadas.

Hoje, o contributo da nossa diáspora não se faz pelas divisas, faz-se pela saudade.

Hoje, o contributo da nossa diáspora também se materializa no turismo.

É, portanto, preciso estreitar os laços entre os que cá ficaram e os que partiram. Porém, os nossos emigrantes Açorianos que visitam os Açores ou os Açorianos residentes que querendo visitar os seus familiares e amigos na diáspora escolhem a SATA Internacional para viajar estão a sentir dificuldades para transportar a sua bagagem de porão.

Estão em causa duas situações que se conjugam prejudicando gravemente os passageiros:

1. A alteração da taxa cobrada pela bagagem que exceda a franquia estipulada, passou de 1,60€ para 7€ por quilo, representando um aumento da ordem dos 440%, a partir do passado dia 11 de Abril;
2. A diferença entre a quantidade de carga de porão incluída na tarifa aérea para um voo intercontinental e um voo inter-ilhas é inaceitável.

A SATA Internacional opera os voos da diáspora, na sua maioria a partir do aeroporto de Ponta Delgada e em menor frequência a partir do aeroporto das Lajes na Ilha Terceira.

Os emigrantes que venham aos Açores e o seu destino final não seja São Miguel, com exceção da operação sazonal para a Terceira, embora cumprindo os limites de peso da bagagem de porão na viagem intercontinental, têm que pagar excesso de peso nas ligações às suas ilhas, na SATA Air Açores, caso o peso da bagagem de porão exceda os 20kg.

Por outro lado, os Açorianos residentes em outras ilhas com destino final à diáspora, em voos operados pela SATA Internacional, são penalizados e discriminados, pois a franquia livre de bagagem nos voos inter-ilhas, só lhes permite transportar 20kg de bagagem de porão, sendo o limite de peso na viagem intercontinental muito superior.

Não podemos, pois, aceitar esta situação.

Como é que se pode falar em mercado da saudade quando o dono da mesma companhia aérea que permite aos passageiros trazerem 50 kg de bagagem até Ponta Delgada, é o mesmo dono que só permite levar 20 kg para outra ilha, aplicando uma simpática prenda de boas vindas em alguns casos de mais de 200

euros de excesso de bagagem, o que significa metade de uma passagem entre Boston e os Açores.

Pergunta-se: onde está a justiça e onde está a saudade?

Justiça não há e o emigrante que nos visita regressa sem saudades da sua terra e do seu Governo.

O mesmo se aplica a todos aqueles açorianos que querendo visitar a diáspora são confrontados com a mesma discriminação.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há muito que defendemos e afirmamos que o turismo só pode ser viável com uma boa política de transportes aéreos, algo que a região tem possibilidade de promover porque é proprietária de duas companhias, a SATA Internacional e a SATA Air Açores.

É relevante e deve ser enfatizado o facto de o capital social das duas companhias aéreas ser totalmente detido pelo Governo Regional dos Açores.

Tendo em consideração que a SATA Internacional permite que cada passageiro possa transportar nos voos intercontinentais para os Açores e de regresso à diáspora cerca de 50 kg de carga de porão, não se compreende, e muito menos se aceita que nos voos de ligação da SATA Air Açores o mesmo passageiro só tenha direito a apenas 20 kg de carga de porão, o que implica, no caso de uma viagem de ida e volta, que o passageiro pague em excesso de bagagem quase o equivalente a uma passagem entre os Estados Unidos da América e os Açores.

Acresce, ainda, o facto de a SATA Air Açores, aquando da renovação da sua frota, ter aduzido como argumento para a compra uma maior capacidade de carga dos novos aviões.

Para o CDS é preciso mais do que discursos, é preciso acarinhar os nossos emigrantes e permitir que os seus familiares e amigos na Região também tenham possibilidade de os visitar sem penalizações.

No âmbito da nossa acção parlamentar assumimos aqui e agora uma crítica frontal a esta discriminação e construtivamente apresentamos uma solução perfeitamente exequível.

Assim, o nosso Grupo Parlamentar apresenta este Projecto de Resolução que recomenda ao Governo Regional que diligencie no sentido de, tão rápido quanto possível, os passageiros que pretendam vir da diáspora às suas ilhas e os Açorianos que queiram deslocar-se à diáspora usufruam, nos voos inter-ilhas, da mesma capacidade de carga dos voos intercontinentais operados pela SATA Internacional, sem custos adicionais.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS/PP)

Presidente: Seguindo a nossa Agenda, segue-se a **apresentação do Projecto de Resolução n.º 39/2011 – “Prevenção do bullying nas escolas”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Almeida.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Prevenção do bullying nas escolas

O bem-estar das nossas comunidades é um objectivo que deve guiar a actuação dos actores políticos na nossa Região.

Há problemas novos que surgem com as novas realidades. A concentração urbana, também nos Açores, vai trazendo à luz do dia os conflitos sociais e culturais subjacentes a uma caminhada feita com destino ao desenvolvimento.

A juventude açoriana vive, mais do que qualquer outro estrato geracional, esta encruzilhada. Ela é, muitas vezes, actor activo e actor passivo, quer do desenvolvimento que se vai processando, quer dos conflitos que, inevitavelmente, daí surgem.

O Bullying é, certamente, uma destas manifestações, no nosso meio escolar, que necessita de ser devidamente estudada para que se possa evitar o seu agravamento.

O Bullying é um comportamento repetitivo de um indivíduo ou de um grupo, que infligem agressões físicas, verbais e/ou emocionais sobre um outro, incluindo ameaças e insultos; ou seja, consiste numa provocação com intenção de magoar física ou psicologicamente outrem, de forma consistente e repetitiva, verificando-se um elevado desequilíbrio de poder (físico ou emocional) entre o (s) agressor (es) e a vítima.

Os denominados bullies são agressores que sentem necessidade de se sentirem superiores, usando o bullying como forma de satisfação dessa sua necessidade. Estes agressores não conseguem ver as outras pessoas enquanto indivíduos com iguais necessidades, dignidade, densidade emocional e não compreendem as consequências que as suas acções podem ter na esfera física, intelectual e emocional do outro.

No que diz respeito à caracterização das vítimas, estas podem ser muito diferenciadas entre si, podendo esta realidade tocar qualquer aluno ou indivíduo da comunidade escolar. Muitos autores afirmam que as crianças abusadas são normalmente mais frágeis, demonstram insegurança, fogem ao padrão das chamadas massas estudantis, apresentam características físicas diminutas face ao agressor, são ainda alunos mais reservados e contidos no seu mundo, o que não implica que sejam alunos desintegrados do sistema escolar.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Este processo é tão íntimo e dirigido a um indivíduo que, muitas vezes, o abusado nem se dá conta que está a ser vítima de Bullying, porque nem ele, nem os amigos ou colegas, nem os professores e a família estão devidamente sensibilizados para o que isso é, o que implica, como se manifesta e como pode ser evitado. Numa primeira fase as crianças pensam apenas que é um processo de “implicação”, levando algum tempo entre a real percepção da situação. Este facto leva a que também a família e demais ligados à criança tardem em objectivar e perceber o que se passa.

Normalmente, as crianças vítimas surgem com nódoas negras, feridas no corpo, chegam a casa com a roupa amarrotada ou rota, mentem para/e ocultar o roubo de que foram alvo.

Estas crianças acabam por se isolar, preferindo ficar sozinhas em casa do que sair com amigos. Além disso, manifestam alterações de humor sem causa aparente, mostram-se angustiadas quando se fala da escola, têm problemas em ir à escola, as suas notas baixam ou têm dificuldades em concentrar-se.

Por tudo isto, entende-se ser da máxima importância prevenir este tipo de casos sendo a escola o melhor meio para esse efeito, não só porque permite a supervisão como também porque permite uma educação e sensibilização de toda a juventude da nossa Região para que, no futuro, sejam cidadãos mais responsáveis, conscientes e tolerantes em relação ao próximo.

Assim, os Deputados do Grupo Parlamentar do PSD, ao abrigo da alínea d) do nº1 do artigo 31º do Estatuto Político Administrativo da Região Autónoma dos Açores e do artigo 145º, do Regimento, recomenda ao Governo Regional dos Açores:

1. A elaboração de um estudo em todas as escolas da Região, que inventarie as situações de Bullying participadas ou simplesmente detectadas e proponha uma estratégia para a sua prevenção e combate;
2. A adopção, por parte do Governo Regional, de uma estratégia de intervenção e de prevenção nas escolas dos Açores, adaptando às realidades identificadas às idades dos alunos.
3. O alargamento da composição dos gabinetes de psicologia das escolas a Assistentes Sociais, de modo que estes, em conjunto com a restante comunidade educativa, desenvolvam as melhores formas de intervenção junto de vítimas e agressores no contexto da comunidade escolar.

Horta, Sala das Sessões, 19 de Maio de 2011.

Tenho dito.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos passar para os pontos seguintes da nossa Agenda, que compreendem a continuação do debate sobre:

- **Projecto de Resolução n.º 10/2011** – “acompanhamento do processo de descontaminação de focos de poluição e programa de controlo da qualidade da água na Praia da Vitória”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE;

- **Projecto de Resolução n.º 18/2011** – “acompanhamento do processo de descontaminação na Praia da Vitória”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS;

- **Projecto de Resolução n.º 24/2011** – “criação de uma Comissão Técnica de Acompanhamento do Processo de Descontaminação na Praia da Vitória”, apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD, CDS/PP, BE, e pelas Representações Parlamentares do PCP e do PPM.

Lembro os tempos sobranes para cada um dos intervenientes:

Governo – 16 minutos

PS – 14 minutos

PSD – 18 minutos

CDS/PP – 18 minutos e 30 segundos

BE – 17 minutos e 30 segundos

PCP – 23 minutos

PPM – 30 minutos

Está reaberto o debate.

Tem a palavra para participar no debate o Sr. Deputado António Toste.

(*) **Deputado António Toste (PS)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente a este assunto, ainda ontem a minha colega fez uma brilhante intervenção e praticamente disse tudo. Pouco mais há a acrescentar.

Mas há aqui uma verdade que tem que ser reposta. Refiro-me ao que disse o Sr. Deputado Artur Lima relativamente ao Presidente da Praia Ambiente, às análises que não feitas à água que chega às casas, aos nitratos e ao ferro na água. O Sr. Deputado disse que o Sr. Presidente da Praia Ambiente tinha mentido. Isso não é verdade!

Além de não ser verdade, e digo-o com todo o respeito e consideração, acho que não fica bem da sua parte dizer isso de uma pessoa que nem está aqui presente.

Conheço o Sr. Presidente da Praia Ambiente. É uma pessoa de bem, é uma pessoa séria e o trabalho que está feito, quer na Praia Ambiente, quer na Câmara da Praia da Vitória, está à vista de todos.

Deputado João Costa (PSD): Então nos bailinhos, é uma alegria!

O Orador: Por muito que o senhor não goste, essa é uma realidade.

Quem avalia esse trabalho são as pessoas.

Relativamente às análises está escrito aquilo que foi dito pelo Sr. Presidente da Praia Ambiente (gostava que o senhor ouvisse, pelos visto não quer ouvir, mas vou ter que dizer isso).

Vem na sequência da pergunta que o Sr. Deputado fez na audição que foi feita na Comissão e onde o Sr. Presidente da Praia Ambiente lhe disse que nunca foi encontrado nitratos ou ferro no aquífero basal e que as análises apenas detectaram nitratos nas Quatro Ribeiras, na Fonte do Gato, e que a sua proveniência é conhecida uma vez que se trata de uma fonte que é superficial e que tem uma pastagem à volta, isto na sequência dos valores paramétricos. É disso que estamos a falar.

Quando o senhor diz que o Presidente da Praia Ambiente mentiu é falso, não mentiu. Disse pura e simplesmente a verdade!

Por vezes, o que vem de mentiras para o jornal é aquilo que a oposição quer tentar passar para a opinião pública. Essa é que é a realidade dos factos.

Para que fique muito claro, as análises são conhecidas. Estão no Laboratório do LNEC e tenho aqui todas as análises realizadas pela Praia Ambiente onde se pode constatar que não é verdade.

Relativamente àquela zona das Quatro Ribeiras, que tem a ver com a Fonte do Gato, acho que há aqui uma importância muito grande a relevar, que é o facto da Câmara, uma Câmara que trabalha e trabalha bem, logo de seguida ter iniciado um estudo e está a tentar acabar com o aproveitamento da água daquela nascente. Já estão a construir (aliás já foi iniciado em Abril deste ano) duas

condutas, duas redes, que termina em Junho, e a partir daí deixa de ser usada aquela nascente.

Está aqui à vista a prova da eficiência e da agilidade de uma Câmara que trabalha e que se preocupa com o seu concelho, contrariamente àquilo que foi dito aqui pela oposição. Isso tem que ficar muito claro e muito bem esclarecido.

Quanto ao que disse a Sra. Deputada Carla Bretão, eu tenho que fazer umas pequenas referências.

Está dito no relatório, e tem a ver com o Projecto de Resolução apresentado pelos partidos da oposição e foi a senhora que o disse na audição realizada pela Comissão, que a Secretaria (depreende-se a Secretaria, na sequência da pergunta que foi feita) Regional do Ambiente tinha que acompanhar todas aquelas situações.

Logo, no Projecto de Resolução da oposição eu não vejo isso aqui. Porquê? Pergunto, por que é que não faz parte a Secretaria Regional do Ambiente? Isto é da área da Secretaria.

Numa determinada altura disse uma coisa, mas logo a seguir pensou outra e fez o contrário daquilo que tinha dito.

Acaba por dizer que não confia no Governo.

Eu compreendo que não confia do Governo, mas aqui todos confiamos...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Todos, é uma casa de família!

O Orador: Confiamos todos, sim senhor!

... e sobretudo quem tem que confiar e tem que avaliar são as pessoas.

Esse facto é inegável e temos visto isso ao longo dos últimos anos. É essa a realidade.

Quanto ao projecto apresentado pela oposição e ao projecto apresentado pelo PS, aquilo me leva a dizer é que o projecto apresentado pela oposição limita quem deve acompanhar o processo.

O projecto do PS é aquele que é mais abrangente, vai para além da vossa proposta e vou passar a ler dois ou três pontos para que fique muito claro. Enquanto há um que limita, há um que abre, vou ler a parte final do ponto 2 e o ponto 3. É muito claro:

“... seja feita pelo Governo Regional uma ampla avaliação técnica do estado ambiental destas zonas, recorrendo se e quando necessário a assessorias técnicas especializadas devidamente credenciadas de reputação nacional e internacional”. O vosso projecto não diz isto.

Portanto, o nosso projecto é muito mais abrangente. O projecto da oposição é limitado. É essa a realidade dos factos.

O que é feito à pressa normalmente não sai bem.

Há outra coisa no ponto 3 que é importante, que é dar conhecimento a quem de direito, à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

A partir daí todos têm direito à discussão e todos têm direito a falar.

Tenho dito. Obrigado.

Deputado José Lima (PS): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Começo, por simpatia, por me dirigir ao Sr. Deputado António Toste.

Sr. Deputado, é preciso um pouquinho, e permita-me a expressão, de descaramento para vir aqui dizer que eu falei de uma pessoa que não estava presente.

Poderá ter sido mau entendimento meu, ou terei ouvido mal, mas os senhores passaram ontem, anteontem e hoje a falar de uma pessoa que não está aqui presente, a líder do PSD/Açores.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não está presente porque não quer!

Deputado Francisco César (PS): Ela é que renunciou o mandato!

Deputado Berto Messias (PS): Não está mas podia estar! Aliás, devia estar!

Deputado João Costa (PSD): Quem devia estar presente era o Sr. Presidente do Governo!

Presidente: Srs. Deputados, está no uso da palavra o Sr. Deputado Artur Lima. Faça favor de continuar.

O Orador: Estou a falar de princípios e os princípios não se alteram...

(Aparte inaudível do Vice-Presidente do Governo Regional)

O Orador: Sr. Vice-Presidente, o senhor anda muito nervoso ultimamente. Eu recomendo-lhe calma, que me ouça. É bom ouvir. Eu não sei se o vão mandar para o Brasil fazer umas feriazinhas, mas se calhar fazia-lhe bem.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Pode-me mandar! Se me disser onde é que está o Catroga eu vou!

O Orador: Fica este primeiro reparo, com um segundo esclarecimento. O meu amigo Paulo Messias, por quem tenho muita consideração há muitos anos, conheço-o muito primeiro que o Sr. Deputado, tanto a nível pessoal, como também a nível político, porque parece-me que o Sr. Deputado andava por outras bandas e não se dava com o então Deputado Paulo Messias.

Como o Sr. Deputado me conhece, eu sou uma pessoa frontal.

O que eu disse do agora Vice-Presidente Paulo Messias aqui, eu disse no dia a seguir, com toda a frontalidade, na comunicação social, foi publicado nos jornais e o Paulo Messias não me desmentiu, porquê? Porque ele afirmou taxativamente e se a Sra. Deputada Isabel Rodrigues ainda não tiver apagado a gravação do seu inestimável gravador poderá confirmar.

Eu perguntei três vezes e três vezes ele afirmou que “não existem nitratos no aquífero basal”.

Deputado António Toste (PS): Dentro dos valores paralelos!

O Orador: Indo ao relatório do LNEC a resposta está lá!

Deputado António Toste (PS): É falso!

O Orador: Ponto, final, parágrafo.

Eu não me referi à origem dos nitratos porque toda a gente sabe, Sr. Secretário, e até eu que não sou versado nessas matérias sei, que os nitratos não vêm obviamente dos produtos petrolíferos. É óbvio. Os nitratos vêm das pastagens, aliás como diz o próprio relatório do LNEC e como disse o Sr. Secretário do Ambiente.

Agora, o que o Sr. Vereador e Presidente do Conselho de Administração da Praia Ambiente disse taxativamente foi isto: “Não existem nitratos no aquífero basal”. Ponto.

Deputado António Toste (PS): Dentro dos valores paralelos não existe. Está aqui no relatório do LNEC!

O Orador: Sr. Deputado, vou-lhe dizer uma coisa: eu não tenho muito jeito para desenho...

Deputado António Toste (PS): O senhor não está a dizer a verdade!

O Orador: ... porque se tivesse fazia-lhe um desenho.

Deputado António Toste (PS): Eu é que vou ter que lhe fazer um desenho! Está aqui!

O Orador: Segundo ponto:

O que eu disse foi confirmado depois. Como disse e bem ontem, a Deputada Isabel Rodrigues aqui, a Praia Ambiente vai encetar esforços de incluir nas suas análises os novos elementos que não fazia até agora. Ou seja, o que eu disse até agora foram factos rigorosos e verdadeiros. Para quem não percebe, não posso fazer mais nada.

Deputado António Toste (PS): Não! Só o senhor é que percebe as coisas!

O Orador: Relativamente à Sra. Deputada Isabel Rodrigues, que ontem me leu parte do relatório, a senhora esqueceu-se naturalmente de começar a ler um bocadinho antes.

Se me permite, eu vou ler um bocadinho antes, aquilo que a Sra. Deputada não quis ler. Diz assim:

“O Grupo Parlamentar do Partido Socialista fundamentou o seu voto contra com o argumento de que o requerimento em causa, o do CDS, nos termos do artigo 105º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, não depende dos poderes da Comissão, carecendo pelo contrário de deliberação do plenário ou de mandato legislativo, para além de que em termos materiais entende não serem adequadas as requeridas audições.”

O que eu disse aqui, Sra. Deputada, estava correctíssimo e está bem elaborado no relatório da Comissão.

Aliás, a seguir vem uma explicação do Grupo Parlamentar do PSD exactamente reforçando neste sentido e até esclarecendo que a Comissão tem poderes para chamar aquelas pessoas, dando exemplos até com o Presidente do Conselho de Administração dos Estaleiros de Peniche.

Portanto, foi isso que eu quis clarificar ontem para ficar também bem esclarecido.

Relativamente ao projecto do Partido Socialista, gostaria de fazer alguns esclarecimentos.

Em primeiro lugar, como dissemos, o Partido Socialista refugiou-se aqui no artefactozinho e numa desculpazinha, da não existência da poluição ou risco imediato.

Reafirmamos o risco potencial, que foi reafirmado pelo LNEC: há potencial risco para a saúde pública. Reafirmamos isso e foi isso que foi dito pelo LNEC que é preciso remediar, tomar medidas, prevenir, descontaminar.

É engraçado que para o Partido Socialista, no início, a descontaminação era uma coisa de somenos. Agora já é uma coisa de somais.

Diz aqui: “Tendo em conta os compromissos assumidos publicamente pelas entidades americanas de iniciarem a descontaminação...”

Eu gostaria de saber quais compromissos? – primeira pergunta ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Mais à frente diz:

“Considerando a necessidade deste processo ser acompanhado em permanência, do ponto de vista político e técnico, e de serem validados por parte do Governo Regional, as diferentes etapas...” e agora atentem nisto, “... conducentes à descontaminação integral e atendendo ao direito dos açorianos...”. Eu pergunto:

Meus senhores, o que entendem por descontaminação integral? Quanto custa?

Quero que os senhores me digam os custos dessa descontaminação integral.

Estou a fazer as perguntas ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista, porque para o Sr. Secretário também tenho perguntas.

O que é que entendem por descontaminação integral?

Depois concluem:

“Uma vez concluído o processo de descontaminação e reabilitação...”

Quando está previsto concluir o processo? Quando está prevista a reabilitação?

Os senhores afirmam aqui coisas muito bonitas, agora como vão fazer?

Descontaminação integral... Exijo, os praienses exigem, os açorianos exigem, esta Câmara exige, que os senhores digam o que entendem por isso.

Sr. Secretário Regional da Presidência, agora é para si.

Que garantias dá o senhor que os americanos vão assumir o processo integral de descontaminação proposto pelo Partido Socialista?

Custos, Sr. Secretário. Quanto custa um processo integral de descontaminação das zonas poluídas, Sr. Secretário?

Pergunto-lhe por garantias, porque as que o senhor deu aqui ontem, da Comissão Bilateral e da Comissão Técnica, sabe tão bem quanto eu que não funcionam. Sabe porquê?

Porque no passado, Sr. Secretário, já houve o mesmo processo relativamente ao desmantelamento dos tanques do Cabrito e do Pico Celeiro e relativamente aos *pipelines*.

O Governo empenhou-se nessa altura. Foi à Comissão Bilateral Permanente, foi à Comissão Técnica. Tudo foi aceite, inclusivamente remediar a situação dos *pipelines*.

Tudo ficou combinado! Tudo ficou acertado! E se não me falha a memória, há mais de 10 anos!

Pergunto, Sr. Secretário: onde estão os *pipelines* passada mais de uma década?

Que garantia é que os senhores tiveram? Que garantia é que foi executada?

É a mesma garantia que não funcionou no passado que os senhores hoje nos vêm dar?

Não aceitamos, Sr. Secretário!

Queremos documentos assinados, à vista de todos, divulgados e não meras reuniões palacianas.

Documentos assinados! Acordos assinados!

Preto no branco, no papel! É isso que exigimos, porque no passado falhou. Há um ano e pouco, nem tanto, quando o IROA andava a fazer furos para o abastecimento de água, o senhor sabe o que é que aconteceu? Furaram o *pipeline*! Sabe o que é que tinha lá dentro, Sr. Secretário? Não era “candins”! Era petróleo, Sr. Secretário.

Sabe, Sr. Secretário, é justamente nesse ponto que quero pegar, porque se calhar o aquífero está mais contaminado, porque há 10 anos não se retirou esses *pipelines*.

Está mais contaminado, porque foi contaminando ao longo do tempo e como o senhor sabe a infiltração é lenta (se não souber o Sr. Secretário do Ambiente explica-lhe) e está lá a pingar há dezenas de anos.

Se não se tomarem medidas imediatas a infiltração vai continuar lentamente, lentamente, contaminando ainda mais o aquífero basal.

Sr. Secretário, garantias. É isso que o senhor tem que dar a esta casa hoje.

Quero mostrar a minha satisfação, Sr. Secretário, por ontem V. Exa. ter dito (fico satisfeito por isso) que finalmente se percebia que não se tratava de um caso de perseguição pessoal, como eu próprio fui acusado e o meu partido. Fico satisfeito por o senhor o ter reconhecido, porque a sua bancada fez a mais pura propaganda demagógica que se conhece. Parece que agora também querem controlar a comunicação social e impedir os outros partidos de dizer o que querem nos jornais.

Deputado José San-Bento (PS): Essa é a sua grande especialidade, Sr. Deputado!

Deputado Berto Messias (PS): O senhor concretize essa afirmação!

O Orador: Sr. Secretário, quero também fazer-lhe um outro desafio e este desafio é muito sério.

Tenho aqui uma entrevista do Sr. Orlando Lima, técnico de ambiente. Nós propusemos para ele ser ouvido e aqueles que os senhores diziam que eram os meus amigos.

O Prof. Cota Rodrigues, não será propriamente meu amigo...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Já foi!

O Orador: ... mas propus que ele fosse ouvido.

Propus o Prof. Doutor Cota Rodrigues, porque reconheço-lhe competências técnicas e conhecimento nessa matéria, propus também o Prof. Doutor Félix Rodrigues, o mestre Armando Mendes e o técnico Orlando Lima.

Os senhores rejeitaram tudo, como é do conhecimento e diziam que eram os meus amigos. Talvez sejam os amigos dos praienses.

Sr. Secretário, a pergunta que tenho que lhe fazer é a seguinte:

Esta entrevista que aqui está é muito grave. O que diz o Sr. Orlando Lima ao Diário Insular, é muito grave.

Deputado António Toste (PS): Com que fundamento é que o senhor diz isso, que o que aí está dito é grave?

O Orador: Os senhores não o quiseram ouvir. O que aqui está dito é de uma gravidade extrema.

Deputado António Toste (PS): É muito grave!

O Orador: O senhor quer calar-se um bocadinho? Muito obrigado.

(Apartes inaudíveis de vários Deputados da bancada do PS)

O Orador: Sr. Deputado Berto Messias, apenas pedi ao Sr. Deputado António Toste, porque vindo detrás o ruído, incomoda. Eu pedi, porque me incomoda. O senhor quer calar-se um bocadinho? É um pedido.

Para utilizar um termo do Sr. Secretário da Economia, vestal, os senhores talvez saibam o que é.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Não é vegetal! É vestal!

O Orador: Vestal! Eu sei, Sr. Secretário.

Foi o comportamento vestal que o senhor teve hoje de manhã nesta casa.

Sr. Secretário Regional da Presidência, se tiver a bondade de me dar um minuto de atenção, eu considero que o que aqui está é gravíssimo. São afirmações de uma gravidade extraordinária.

Quisemos ouvir o Sr. Orlando Lima neste Parlamento. Os senhores não quiseram.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): Tem que perguntar é a ele!

O Orador: Eu ia perguntar, Sr. Deputado Berto Messias. O senhor é que não quis que eu perguntasse, sobre estas coisas e outras.

Sr. Secretário, das duas, uma: ou os senhores ouvem-no ou os senhores dão queixa no Ministério Público do que aqui está escrito.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Nós? Ele é que deve dar queixa!

Uma pessoa que sabe isso tudo e não dá queixa?

O Orador: Ou este Parlamento e o Partido Socialista permitem ouvir este senhor sobre o que aqui está escrito e sobre o que ele disse ontem, ou o senhor e o Governo têm que dar queixa no Ministério Público por aquilo que está aqui escrito.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Nós não! É ele!

O Orador: Não é ele. São os senhores. O Governo tem que defender o bem-estar, a segurança e a saúde pública das populações.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): E ele não?

O Orador: Não permita isto, Sr. Secretário.

Das duas, uma: ou vamos ouvir o senhor aqui ou ...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Vamos ouvir já! É já a seguir!

O Orador: ... ou os senhores entregam isto ao Ministério Público.

Presidente: Informo que o PP dispõe ainda de 1 minuto e meio.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(*) **Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voltando ao debate de ontem para esclarecer e comentar algumas das afirmações aqui efectuadas.

Em primeiro lugar, os senhores dizem que uma conferência de imprensa feita pelo Cônsul Americano, não quer dizer nada.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não, não!

O Orador: Quem é o Cônsul Americano e o que é uma conferência de imprensa?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Documentos, papéis!

O Orador: Os senhores, primeiro, criticaram o facto do Governo Regional ter assistido a essa conferência de imprensa.

Depois dizem que afinal a conferência de imprensa não vale nada.

Posteriormente, trago a esta casa um desenvolvimento do assunto, um comunicado final de uma reunião da Comissão Bilateral Permanente, em que não só reconhece e toma conhecimento do estudo efectuado e das conclusões, como logo a seguir diz que a Comissão Técnica acompanhará todo o processo, processo de reabilitação que será implementado pelas forças americanas nas Lajes.

É a Comissão Bilateral do Acordo que diz ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Eu já lhe expliquei! Responda às perguntas que lhe coloquei!

O Orador: ... que o contingente americano nas Lajes irá implementar um processo de reabilitação e de despoluição.

Mais uma vez os senhores dizem: mas o que é a Comissão Bilateral e o que é essa coisa da Comissão Técnica? Isso não interessa nada, o que queremos é o que ainda não foi feito.

Os senhores querem sempre, como a música, o que ainda não foi feito. Falta fazer o que ainda não foi feito.

Nada vos satisfaz!

É de ponto em ponto até chegarem a um ponto em que o Governo tenha feito tudo o que senhores gostariam que fosse feito.

É natural, é legítimo.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E os *pipelines*?

O Orador: Só que é preciso não esquecer que estamos a tratar deste assunto ao abrigo do Acordo de Cooperação e Defesa entre Portugal e os Estados Unidos, negociado entre 93 e 95, sendo governo quem era, sendo Ministro dos Negócios

Estrangeiros quem era, sendo o partido do Governo o que era e sendo, por acaso, o chefe da delegação portuguesa que negociou o acordo quem era.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): E agora?

O Orador: É nesse âmbito, com essas comissões, com a estrutura orgânica montada, que estamos a tratar do processo.

Se não vos satisfaz, pois na altura podiam ter feito um esforço maior para que o acordo não fosse o que foi.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E é bom ou é mau?

O Orador: Infelizmente foi negociado dessa maneira, na altura em que havia um processo negocial em curso, coisa que não há hoje em dia e que não se abre quando se quer. Abre-se quando as circunstâncias o permitem e quando pensamos ser possível ganhar com isso.

Não faz sentido estar sempre a clamar por uma revisão de um acordo quando não se sabe se o contexto nos permitirá ganhar alguma coisa com isso.

Não vale a pena também abrir o acordo para perder.

Deputada Carla Bretão (PSD): O senhor já perdeu!

O Orador: Só vale a pena abrir o acordo se houver progresso, penso eu.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E é bom ou é mau?

O Orador: Podia ser melhor. Mas para garantir que seja melhor é preciso que o processo negocial seja feito nas condições mais vantajosas para os interesses dos Açores. É essa a nossa preocupação.

Depois dizem os senhores que o Governo trata disto politicamente e não quer saber dos técnicos. Isto é assunto que só pode ser bem resolvido se for por técnicos, mas têm medo dos técnicos. Dizem que o Governo é perigosíssimo e manipula todo o processo.

Relembro aos Srs. Deputados que foi por acção do Governo que se ouviram os peritos antes de encomendar o estudo para delimitar o âmbito do estudo que fizemos com o LNEC e para garantir que se analisariam os parâmetros e as situações desejadas.

Foi por acção e apoio financeiro do Governo que se contratou o estudo que permitiu identificar todos os problemas existentes nos aquíferos da Praia da Vitória.

Mais uma vez foi o Governo que recorreu à ajuda técnica especializada, garantida e isenta quando precisou.

Foi por acção do Governo que o resultado desse estudo e o estudo foram comunicados publicamente...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Responda às minhas perguntas!

O Orador: ... disponibilizados ao jornalista, aos Srs. Deputados, a todos os açorianos que os quiseram consultar, porque não havia nada a esconder.

Mais uma vez foi por acção do Governo que se garantiu a transparência do processo e a devida assistência técnica habilitada sempre que era necessário.

Foi também por acção do Governo que as entidades americanas se comprometeram publicamente a assumir os encargos do processo.

Perguntou-me o Sr. Deputado Artur Lima quanto é que custa?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não! Perguntei àquela bancada!

O Orador: Sabe quanto é que custa Sr. Deputado? Digo-lhe quanto é que custa. Custa o que for preciso custar para que a situação fique resolvida.

Quanto tempo é que leva? O tempo que for necessário para que não haja mais poluição nas zonas actualmente contaminadas.

Deputados Artur Lima (CDS/PP) e Zuraída Soares (BE): Onde é que está escrito?

O Orador: É isso que custa e é esse tempo que vai levar. É o tempo que for preciso e o dinheiro que for preciso, pago por quem poluiu.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

É esse o nosso compromisso. Sobre isso não há dúvidas.

Vamos mais longe.

Os senhores dizem que uma comissão com aquela composição que os senhores propõem é que resolvia este problema.

Uma comissão com um perito daqui, um representante da Universidade dos Açores dali, um senhor nomeado pelos Grupos Parlamentares, etc., resolvia a poluição dos aquíferos na Praia da Vitória. Porquê? Porque o Governo é suspeito.

Qualquer dia vem para aqui uma empresa de gestão de condomínios e o Governo vai-se embora e ficam os senhores e uma empresa de gestão de condomínios, porque é essa a forma como os senhores concebem a governação.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Então respeite esta casa!

O Orador: Isso deve ser dito nesta casa. Há respeito institucional, mas o respeito institucional é bidireccional. É do Governo perante esta casa e desta casa perante o Governo.

Essa ideia perfeitamente repetida em todos os plenários, de que somos duvidosos, de que somos manipuladores, de que somos perigosos e de que os senhores, os deputados, é que são o garante da virtualidade e do facto da autonomia ser impoluta, deve ser combatida.

Todas as vezes, sobretudo quando a bancada parlamentar do PSD se dirige ao Governo é para duvidar...

Deputado Rui Ramos (PSD): É para fiscalização!

Deputado João Costa (PSD): Uma coisa é certa: pelo menos não andamos aqui a desconfiar de tudo!

O Orador: ... para pôr em causa a honra ou a honorabilidade dos membros do Governo, para dizer que desta forma não é possível garantir nada.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O senhor sabe que o que está a dizer é falso!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: É os senhores responderem aos requerimentos!

O Orador: Isso é, do meu ponto de vista, desprestigiante para a Autonomia.

O respeito entre as instituições deve ser do Governo para a Assembleia e da Assembleia para o Governo.

Portanto, a palavra dos membros do Governo ainda vale alguma coisa e o respeito das instituições ainda devia valer alguma coisa.

Para terminar, o Sr. Deputado Artur Lima veio dizer que a entrevista dada pelo Sr. Orlando Lima, que aparece como perito em ambiente (eu não sei qual é a qualificação, nem a formação específica) mas pelos visto é um senhor que é especializado em questões de ambiente, é gravíssima. Estamos de acordo. É gravíssimo o que ele diz aqui.

Segundo aspecto:

Vai o Governo fazer alguma coisa? Não!

Vai o Sr. Orlando Lima, com estas acusações e com as provas que presumo que ele terá para fazer estas afirmações, dirigir-se aos órgãos judiciais competentes, para que isso seja resolvido, ou vai o Sr. Orlando Lima dirigir-se ao Governo Regional (e eu estou aqui, publicamente, é fácil contactar-me) falar comigo e comprovar-me isto que está aqui? Porque dizer num jornal é o grau zero da decisão e da resolução do problema.

Dizer num jornal não resolve nada, Sr. Deputado. Agir em conformidade é que resolve.

Vou dizer-lhe mais (eu não queria chegar a esse ponto):

Este Sr. Orlando Lima é um dos técnicos de campo que fez o estudo para os americanos. Este senhor fez um estudo que os americanos encomendaram em 2003 e que ficou concluído em 2005.

Este senhor que está aqui conhece desde 2003 ou 2004 todas as características, todas as conclusões do estudo que os americanos fizeram.

Este senhor sabe isto desde essa altura. Pergunte-lhe, porque ele sabe mais do que eu, Sr. Deputado, e sabe antes de mim.

Se tem dados sobre isso, se tem provas, se pretende denunciar, denuncie com eficácia. Não venha para o jornal.

Tome uma atitude em prol da defesa dos Açores e dos açorianos que é aquilo que nos tem preocupado ao longo de todo este processo.

Presidente: O Sr. Deputado Artur Lima pede a palavra para?

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Para um protesto, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima** (*CDS/PP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário:

Não posso deixar de protestar por uma coisa que o senhor está a dizer e que sabe que não é exequível, ou seja, o Sr. Orlando Lima processar os americanos. Os trabalhadores portugueses querem ter acesso aos tribunais e não têm.

Deputado Domingos Cunha (*PS*): Têm, têm!

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Venham falar comigo!

O Orador: E o senhor acha que este senhor vai processar o Estado soberano estrangeiro, Sr. Secretário?

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Venham falar comigo!

O Orador: O senhor vem dar essa desculpa esfarrapada aqui.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não é desculpa, Sr. Deputado.

O Orador: Protesto, Sr. Secretário, porque o senhor sabe que não é possível um cidadão português processar e recorrer aos tribunais contra o Estado soberano.

O senhor sabe muito bem isto, Sr. Secretário. Sabe que não pode.

O senhor sabe que o que está a dizer não é verdade, Sr. Secretário. Eu lamento isso e protesto veementemente por isso.

O senhor não queria dizer isso, Sr. Secretário.

Segundo ponto: afinal o senhor sabia quem era.

Quando no início pergunta quem é o Sr. Orlando Lima e se ele é técnico de ambiente ou não, afinal acabou por reconhecer que ele é técnico de ambiente e que até participou num estudo, Sr. Secretário. Foi o senhor que o acabou de dizer.

Eu tenho que protestar com esta sua fuga da realidade e dos factos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Para contra-protestar, tem a palavra o Sr. Secretário Regional. Tem 3 minutos.

(*) **Secretário Regional da Presidência** (*André Bradford*): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima, duas questões:

Primeira, eu disse que ele devia ser consequente e que devia denunciar aquilo que sabia.

Não disse que ele devia processar os Estados Unidos. Disse que ele pode, por exemplo, processar o Estado Português ou o Governo Regional por não terem feito aquilo que deviam ter feito em relação às matérias das quais ele tem conhecimento e que afectaram a Região e o país. Pode fazê-lo por essa via.

Disse-lhe mais: disse-lhe também que ele podia falar com o Governo. Eu estou aqui, é fácil, é público.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso é falso! Os senhores não o fizeram aqui!

O Orador: Venha falar com o Governo, traga as provas que tem, faça a demonstração daquilo que disse no jornal, mas não diga no jornal, porque isso de dizer no jornal é a maneira mais fácil de não fazer nada...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Diga à sua bancada!

O Orador: ... de não resolver nada, de aparecer no problema, de se associar à questão e depois não fazer nada.

Venha cá, fale com o Governo. Nós estaremos com certeza disponíveis.

Segunda questão:

O senhor disse que eu tinha dito que não sabia quem era. De facto, eu não sei qual é a formação, foi isso que eu disse. Não sei se tem ou não formação.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É o responsável máximo pelo ambiente na Base das Lajes!

O Orador: Sei que foi funcionário do contingente americano na Base das Lajes. Sei, porque vi fotografias. Estão no tal estudo de 2003.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Então já sabe quem é!

O Orador: Sei! Nessa altura eu disse e admiti que é uma das pessoas que fez o trabalho de campo desse estudo. Aliás está documentado. Aparece lá várias vezes.

O que eu disse também e mantenho é que quem faz aquele estudo de certeza que sabe, pelo menos desde 2005, quais são as conclusões daquele estudo.

Eu não sabia. O Governo não tinha conhecimento oficial. Mas este senhor tinha conhecimento oficial e de 2005 a 2008 não disse, nem aos açorianos, nem às instâncias públicas açorianas, nem às autoridades que sabia que havia poluição nos aquíferos da Praia.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Peça àqueles senhores para o ouvirem, Sr. Secretário!

Convença aquela bancada!

Eu também quero ouvi-lo!

O Orador: Foi isso que eu disse.

Este senhor, durante 3 anos, sabia que havia poluição nos aquíferos das Lajes e não fez nada. Foi isso que eu disse e isso eu sei que ele fez.

Muito obrigado.

Presidente: Vamos prosseguir o nosso debate.

Tem a palavra a Sra. Deputada Carla Bretão.

(*) Deputada Carla Bretão (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, e começando pelo dia de hoje, tenho algumas coisas para dizer relativamente ao que se passou aqui ontem, perguntar ao Sr. Secretário da Presidência em que palavra do Governo Regional nós devemos confiar.

Devemos confiar na palavra do Membro do Governo que em 2003 dizia que ia contactar a Base das Lajes para saber o que é que se passava; devemos confiar na sua palavra que diz que o Governo só conhece o assunto desde 2008; ou devemos confiar na palavra do Sr. Secretário do Ambiente que diz que este assunto já é velho e é conhecido há muitos anos?

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Por isso, relativamente a confiança na palavra do Governo Regional estamos entendidos. Não se entendem os senhores, logo não podemos confiar na vossa palavra.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

A Oradora: Relativamente a algumas coisa que foram ditas aqui ontem e que terão que ser devidamente esclarecidas.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentou-se ontem nesta casa, pelas palavras da Sra. Deputada Isabel Almeida, como uma dama ofendida por não ter feito uma determinada proposta ou por não ter sido expressamente convidado para fazer parte de uma determinada proposta apresentada pela oposição.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): É assim que funciona!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não é caso de casamentos e baptizados, em que só participam os convidados!

A Oradora: O que lhe tenho a dizer, Sra. Deputada e também ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista, é que esse ciúme ou essa ofensa, essa suposta ofensa que querem transmitir nesta casa, penso que ninguém poderá acreditar nela.

Esse suposto teatro que fez ontem aqui, ou que tentou fazer ontem aqui, porque, em primeiro lugar e genericamente, a atitude do Grupo Parlamentar do Partido Socialista ao longo de muito tempo nesta casa, tem sido sempre de chumbar e de desfazer todas as propostas...

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... ou uma grande maioria das propostas que vêm da oposição.

Em segundo lugar, mais especificamente e de acordo com o que se passou na comissão, e de acordo com os apartes que foram feitos e que não deixam de ser apartes, mas mostram intenções de um seu colega de comissão que desfazia e comentava negativamente...

Deputada Isabel Rodrigues (PS): Já discutimos isso ontem!

A Oradora: ... todos os comentários e perguntas que eram feitas por qualquer partido da oposição ao Prof. Lopo Ferreira.

Quanto a estratégias político-partidárias, estamos conversadas, porque quem está a fazer teatro aqui é a senhora e o seu Grupo Parlamentar.

Por isso mesmo este tipo de discussão é tão fútil que nem interessa. O que nos interessa aqui é discutir a essência do problema.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: A essência do problema é efectivamente o que tem que ser feito para acompanhar este processo de descontaminação. É este o âmago da questão. A verdade é que nós, partidos da oposição, e o Grupo Parlamentar do PSD temos muito orgulho de fazer parte deste projecto de resolução, queremos uma Comissão Técnica de Acompanhamento.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Isso já percebemos!

A Oradora: Ontem já deixámos aqui muito claro o porquê da necessidade desta Comissão Técnica de Acompanhamento, uma comissão que fale a mesma linguagem dos técnicos americanos.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Uma comissão que fale inglês!

A Oradora: Uma comissão que possa efectivamente avaliar e garantir que todo o processo corre dentro da normalidade e que tudo será feito como deve ser, ou seja, que acautele os interesses da Região...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Para isso estamos cá nós!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Temos visto! Por isso é que o Sr. Secretário do Ambiente não fala!

A Oradora: ... que acautele o próprio Governo Regional, que acautele a qualidade de vida dos terceirenses.

Nesta medida, o que pensamos e achamos é que o Governo Regional se demite do seu dever de salvaguarda dos interesses da Região. Demite-se, porque é subserviente ao poluidor. É subserviente de um poluidor que já mostrou no passado que não é capaz de cumprir o que mantém em termos de compromisso público.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

A Oradora: De um poluidor que manda fazer estudos técnicos para caracterizar a situação e depois não dá sequência prática a nenhum deles.

De um poluidor que trata entre portas a sua água de onde resulta o líquido ultra puro para os seus habitantes e que fora de portas deixa os habitantes da Praia da Vitória a consumirem uma água que não sabe muito bem como é que está.

Deputados João Costa e Rui Ramos (PSD): Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Agora já se sabe que não está contaminada, mas que dentro em breve pode vir a estar, porque a migração é uma realidade.

Por isso mesmo o Governo Regional é subserviente ao poluidor, porque deixa o poluidor, que já tem este historial, fazer o que quer, ou seja, decidir tudo o que será feito neste processo de descontaminação.

Suporta-se numa conferência de imprensa para garantir e salvaguardar os seus interesses.

Isto não pode ser assim, Sr. Secretário.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Mas quem é que lhe disse que era assim?

A Oradora: O Governo Regional tem que ter uma garantia, tem que ter um compromisso escrito de que tudo será feito como deve ser e terá também que determinar as consequências se o processo não for até ao fim.

Obrigada.

Deputados Clélio Meneses e Duarte Freitas (PSD): Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(*) Deputada Zuraída Soares (BE): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Penso que na realidade este debate não pode ser eternizado no sentido de, ou se confia no Governo ou não se confia no Governo, porque não é exactamente isso que está em causa.

Depois, “vira-se o feitiço contra o feiticeiro” e o Governo, dentro daquela conhecida máxima de “quem não deve não teme”, terá que explicar nesta casa por que é que se opõe tão veementemente à existência de uma Comissão Técnica de Acompanhamento.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

A Oradora: No fundo, é isto que distingue o projecto de resolução do Partido Socialista dos outros dois existentes, do Bloco e dos outros partidos da oposição. É a única distinção.

Ontem já lhe fiz uma pergunta, Sr. Secretário Regional. Não obtive resposta. Se me permite volto a fazê-la:

Por que é que o Governo não quer de maneira nenhuma a existência desta Comissão Técnica de Acompanhamento?

Claro que esta pergunta devia ser feita ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista, já que o Projecto de Resolução é do Partido Socialista, mas como sabemos que até hoje uma coisa e outra coisa são a mesma, então vamos directos a Deus e fazemos a pergunta directamente ao Sr. Secretário Regional da Presidência.

Garantias:

Já foram faladas aqui várias vezes em garantias, mas o Sr. Secretário Regional da Presidência não nos conseguiu dizer onde é que estão escritas essas garantias, assinadas por quem, qual foi o momento, qual é o documento.

Orçamento disponibilizado:

Quanto?

O Sr. Secretário Regional responde: o que for necessário para concluir todo o processo de descontaminação.

Sem limite nenhum, Sr. Secretário? É que não foi isso que ouvimos na tal conferência de imprensa.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Antes não servia para nada, agora já serve!

A Oradora: Ouvimos limites, mas agora o Sr. Secretário diz que não há limites, é o que for necessário para descontaminar. Por favor esclareça: qual é o orçamento? É ilimitado? O que é que está garantido e onde é que está?

Finalmente, gostaria de lhe perguntar também, Sr. Secretário Regional, se conhece um estudo da AMEC publicado na Primavera de 2010.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): De quem?

A Oradora: Da AMEC.

Peço que não faça batota de ir ver agora o que é a AMEC. Sabe ou não? Se não sabe então os americanos continuam a esconder-nos coisas.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não vai dizer que a AMEC não existe!

A Oradora: Não, não! É uma empresa sobejamente conhecida, multinacional, na área da engenharia, da energia, do ambiente e que faz estudos comparáveis ao estudo do LNEC.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): E faz esse estudo para quem?

A Oradora: Para os norte-americanos, a pedido das autoridades norte-americanas.

Pergunto-lhe, Sr. Secretário: o Governo Regional tem conhecimento do estudo cujos resultados foram publicados na Primavera de 2010, sobre a contaminação dos aquíferos da Praia, a pedido e pago pelos norte-americanos?

Os militares norte-americanos cuidam das suas famílias, preocupam-se com a sua qualidade de vida, preocupam-se com as suas condições de vida e quiseram saber como é que estavam as coisas.

Esse estudo tem consequências, Sr. Secretário Regional.

A prova de que há a tal subserviência, de que aqui temos falado, do Governo Regional perante as autoridades norte-americanas, é que os americanos têm acesso a todos os estudos que fazemos, inclusive os do LNEC. Mas quando são eles a fazer os estudos o Governo Regional, oficialmente, não é informado de nada. Isto é subserviência, levanta desconfiança e obriga à existência da tal Comissão Técnica de Acompanhamento. Voltamos sempre ao mesmo.

O Governo não quer. Porquê?

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tive oportunidade de assistir às explicações que foram apresentadas pelo Sr. Secretário da Presidência. Devo confessar que fiquei incrédulo com a visão que o Sr. Secretário da Presidência tem...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): O Sr. Deputado não ouviu nada! Este debate já teve duas horas ontem!

O Orador: Deixe-me terminar, Sr. Secretário. O senhor parece o Coelho, não deixa as pessoas discutirem.

Presidente: Sem ofensa, claro!

(Risos da Câmara)

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Quem é o Coelho, Sr. Deputado?

O Orador: O outro.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): O senhor agora vai participar no debate, não ouviu nada, mas vai participar.

O Orador: Sr. Secretário, deixe-me falar.

Quero registrar nesta Assembleia que estava a falar do Coelho da Madeira.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Pensava que era de São Jorge!

Presidente: Sr. Deputado, olhe que só não terminámos este debate ontem, porque queríamos contar com a sua presença hoje. Faça favor de continuar.

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): Ao contrário do Sr. Secretário Regional do Ambiente!

Orador: A questão é esta, Sr. Secretário Regional da Presidência:

O senhor vê em qualquer tipo de proposta apresentada por parte dos Grupos Parlamentares deste Parlamento, como uma ofensa às competências do Governo.

Essa postura significa não ter uma visão do que é o nosso sistema político. Estamos num sistema parlamentar e os Srs. Deputados quando apresentam recomendações ao Governo Regional, não estão a fazer mais do que o seu

dever, porque é isso que a população espera, que perante problemas que são detectados, problemas que preocupam a sociedade, se apresente uma solução.

Apresentar esta solução não significa que se desconfie do Governo. Significa que assumimos a cota parte da nossa acção política, da nossa acção neste sistema político, que é recomendar ao Governo que o faça.

Eu não percebo o seu conjunto de argumentos, mas aceito. Em democracia é assim. O Governo pode ou não aceitar a recomendação que os Grupos Parlamentares lhe apresentam.

A questão fundamental é esta:

É ou não é necessária uma Comissão Técnica de Acompanhamento a este processo?

Trazia ou não vantagens em relação a este processo, no sentido de a acompanhar, no sentido de fazer um levantamento rigoroso desta questão, no sentido de tranquilizar as populações em relação a este problema, no sentido de se demonstrar que estamos a fazer as coisas e no sentido de aglutinar um conhecimento técnico muito vasto sobre esta matéria, ter a capacidade de transformar este conhecimento, este levantamento e objectivar e resolver os problemas tendo em conta a informação que se conseguir levantar.

É ou não algo que é lógico? É ou não algo que é racional? É.

O que é que o Sr. Secretário da Presidência faz? Transforma isto numa guerrinha política, numa guerra partidária e as populações que estão a ouvir este debate perguntam: mas porque é que o Sr. Secretário transforma isto numa guerra partidária e política quando isto é pura e simplesmente fazer algo que é absolutamente fundamental em política?

O que devemos fazer no parlamento é dar uma resposta, sugerir uma resposta em relação a esta questão.

Esta comissão tem vantagens: tem vantagens do ponto de vista técnico, tem vantagens do ponto de vista operativo, tem vantagens do ponto de vista de acudir a uma situação que é uma situação real. Diz-me: nós já estamos a fazer tudo!

Bom a convicção que eu tenho desde que acompanho este assunto e que fui confrontado com os dados que estão disponíveis para todos, nomeadamente para a este Parlamento, é de que não se fez tudo o que se devia no tempo oportuno.

As forças militares americanas em relação a esta questão utilizaram aquele território como um território quase do terceiro mundo, em que se podiam ter todas as práticas que não são recomendáveis em qualquer meio ambiente e fizeram. Nos EUA se calhar não faziam, mas nos Açores vieram e fizeram.

Nós temos que fazer o acompanhamento desta situação e é por isso que eu considero que transformar isto numa quezília partidária, uma quezília política, envolver não sei quantos argumentos de carácter exclusivamente político e não se centrar na resolução do problema, não se centrar na discussão técnica do problema, é o vosso erro e é algo que os senhores não conseguem explicar e acho que estão a prestar um péssimo serviço à cidadania, estão a prestar um péssimo serviço à resolução desta questão.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Cascalho.

(*) **Deputado José Cascalho (BE):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Secretário Regional da Presidência quero fazer apenas um comentário relativamente a uma questão que foi colocada aqui, no que diz respeito a este Sr. Orlando Lima.

Eu estive na conferência de imprensa que houve na Praia quando foi a apresentação do trabalho do LNEC e este senhor Orlando Lima quis intervir e o Sr. Secretário mandou-o calar...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Isso não é verdade!

O Orador: ... e disse a esse senhor que não o conhecia de lado nenhum e que não era um jornalista.

Era importante que esta informação ficasse aqui nesta casa.

O senhor já teve contacto com este senhor...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O senhor acabou de perder qualquer tipo de consideração que tinha por si!

O Orador: Muito bem! Mas então deixe-me só referir isto.

Eu não estou a discutir a credibilidade da informação que este senhor tem ou não. Não é isso que está em causa. O que está em causa é que este senhor esteve de facto em sua presença e tinha questões a colocar.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Que barbaridade!

O Orador: Não é barbaridade nenhuma, foi aquilo que eu presenciei. Eu estava lá e presenciei.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): É mentira!

O Orador: Eu gostava de saber o seu comentário acerca do que se passou efectivamente.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(*) **Secretário Regional da Presidência (André Bradford):** Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu pedi e decidi defender a honra em relação a esta matéria, porque uma coisa é a divergência política, uma coisa é o posicionamento ideológico, outra coisa são os factos e o que se pensa do carácter das pessoas, Sr. Deputado.

O senhor Deputado esteve nessa conferência de imprensa, eu também estive...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E o senhor Orlando Lima também esteve.

O Orador: ... o Sr. Secretário do Ambiente também esteve e mais “n” jornalistas e no meio desses jornalistas, estava um que levou consigo o Sr. Orlando Lima e (julgo ser) a companheira do Sr. Orlando Lima, que se sentaram por detrás desse jornalista.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Quem é que levou?

O Orador: A conferência de imprensa foi organizada da seguinte forma: houve uma declaração inicial do Presidente da Câmara (isto é factual, o senhor estava lá), houve a apresentação pelo responsável do estudo, houve uma declaração do Sr. Secretário do Ambiente e uma declaração minha.

Os jornalistas depois tiveram espaço para fazer as perguntas que entenderam.

Esse senhor em concreto, no meio daquilo que seria o espaço de perguntas dos jornalistas, falou por três ou quatro vezes, sem que ninguém o tivesse interrompido.

Fez perguntas ao responsável pelo estudo, no sentido de porque é que tinham avaliado aquelas zonas e não outras? Porque é que tinham utilizado aquela metodologia e procuravam aquele tipo de poluição e não procuravam outras?

Fez essas perguntas todas e elas foram-lhe todas respondidas, até que chegou a um ponto que em vez de ser uma conferência de imprensa entre os jornalistas

...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Então tem razão!

O Orador: Não tem razão, o que disse é mentira! Eu não o impossibilitei de falar. Ele falou o que entendeu falar.

... era o senhor Orlando Lima a dialogar com o senhor que fez o estudo e eu disse: vai desculpar-me mas isto é uma conferência de imprensa...

Deputado José Cascalho (BE): Não foi bem assim!

O Orador: Foi assim que eu disse!

... as regras duma conferência de imprensa são os jornalistas fazem perguntas e as pessoas que estão aqui respondem. Não é um espaço aberto onde cada um vem para aqui manifestar a sua opinião.

Eu disse isso mas ao fim duns 20 minutos ou meia hora de uma conferência de imprensa.

Deputada Zuraida Soares (BE): Mas ele estava lá! Por que é que não aproveitou para falar com ele?

O Orador: Eu disse isso.

Portanto o que o senhor disse não é verdade, eu não o mandei calar impossibilitando-o de falar. Ele falou o tempo que entendeu.

Lembrei-me ainda de outra coisa: quando acabou a conferência de imprensa o Sr. Orlando Lima e o Sr. Deputado, foram falar com o autor do estudo e fizeram-lhe as perguntas que entenderam, os comentários que entenderam e ninguém os impossibilitou disso.

Portanto eu não mandei calar ninguém, por ser quem era, nem o impossibilitei de falar.

Falaram, mas quando chegou ao ponto de que aquilo já não era uma conferência de imprensa, mas sim uma conversa pública do Sr. Orando Lima com o autor do estudo, eu interrompi, porque sou eu o organizador daquele evento, e disse: isto não é uma conferência de imprensa que o senhor está a fazer, é abusar desta situação e portanto vai desculpar-me mas não faz mais perguntas. Foi isso que se passou.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ah!

Deputado Rui Ramos (PSD): Mas disse!

O Orador: Sim, sim! Disse! Ao fim da terceira ou da quarta, ao fim dele ter falado o tempo todo que entendeu.

Disse, porque aquilo é uma conferência de imprensa.

Agora desafio o Sr. Deputado Artur Lima a fazer uma conferência de imprensa, entrar para lá um senhor qualquer, começar a fazer perguntas ao senhor e o senhor respondia-lhes às perguntas.

Faz conferências de imprensa assim? Faz?

Deputada Carla Bretão (PSD): Então não o devia ter deixado entrar, se não era para falar!

O Orador: Eu não sei que ideia é que o senhor tem numa conferência de imprensa, mas uma conferência de imprensa é entre quem organiza e jornalistas.

Daqui a dias vai ser preciso pedir credencial jornalística à porta das conferências de imprensa para não ir para lá um senhor (aquele ou outro senhor qualquer), que não está habilitado a fazer perguntas em nome de nenhum órgão de comunicação social e abusar como abusou.

Foi só isso que se passou. O que o senhor disse não é verdade.

Presidente: Tem 3 minutos Sr. Deputado José Cascalho, para responder ao Sr. Secretário.

(*) **Deputado José Cascalho (BE):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Presidência, o senhor conhece-o então, sabe quem ele é...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Eu conheço!

O Orador: ... e sabe que poderia ter falado com ele sobre estas questões.

Aquilo que eu assisti, reconheço que não estive desde o início, porque cheguei tarde, foi aquilo que relato aqui nesta casa.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não foi! Isso é mentira! O senhor nem estava lá!

Deputado Domingos Cunha (*PS*): A casamentos e baptizados só vão os convidados!

O Orador: Não vamos discutir mais sobre esta intervenção.

Apenas quero chamar a atenção que a minha intervenção foi no sentido de perceber, porque essa informação eu tinha, eu sabia que o senhor o conhecia e sabia que o senhor podia ter falado com ele sobre estas questões.

Portanto ele esteve disponível para falar consigo, não deve ter sido a primeira vez.

Era só para isso que eu queria chamar a atenção desta casa.

Presidente: Sra. Deputada Zuraída Soares pede a palavra para?

Deputada Zuraída Soares (*BE*): Para defesa da honra.

Presidente: Mas defesa da honra para alguma coisa que o Sr. Secretário tenha dito?

Deputada Zuraída Soares (*BE*): Para a verdade, sobre um elemento da minha bancada.

Presidente: Tem 3 minutos.

(Apartes inaudíveis entre os Deputados das diversas bancadas).

(*) Deputada Zuraída Soares (*BE*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu aconselhava os Srs. Deputados do PS a acalmarem-se. Os senhores estão muito nervosos e ficam muito ofendidos, quando se mete o dedo na ferida...

(Apartes inaudíveis entre os Deputados das diversas bancadas).

Presidente: Srs. Deputados.

Faça favor de continuar.

A Oradora: ... e se diz aquilo que os senhores não querem ouvir.

A leveza com que acusam de falta de seriedade os outros Deputados, aplica-se que nem uma luva a todos os senhores.

Sr. Secretário Regional, vamos ver se nos entendemos.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Falta de seriedade!

A Oradora: Isto já não é falta de seriedade, é falta de elegância, é falta de respeito e é falta de tudo.

(Apartes inaudíveis entre os Deputados das diversas bancadas).

Presidente: Eu agradecia aos Srs. Deputados que fizessem o favor de se calar e deixassem falar a Sra. Deputada Zuraida Soares.

Isto já não são apartes Srs. Deputados. Os apartes não podem ser ditos desta maneira, portanto não pode haver aqui um debate paralelo.

A Oradora: Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Secretário Regional da Presidência, o senhor disse há dez, quinze minutos atrás o seguinte: não é o Governo que vai processar este senhor pela gravidade das suas declarações, que foi o desafio feito pelo Deputado Artur Lima, é o contrário, é este senhor (Sr. Orlando Lima, que eu não faço a mínima ideia de quem é, eu Zuraida Soares não o conheço de lado nenhum, a não ser pelas suas declarações públicas nos órgãos de comunicação social) que tem obrigação de denunciar e de processar o Estado Norte Americano, ou o Estado Português, processar seja quem for por aquilo que sabe e não contou desde 2003. Disse ou não, Sr. Secretário?

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Disse!

A Oradora: Estou a ser séria, não estou? Muito bem!

A seguir o Sr. Deputado Artur Lima interveio e disse: ele já quis tentar fazer isso, mas a comissão, a CAPAT, reprovou a audição deste senhor. É verdade, Sr. Secretário? Estou a ser séria? Estou.

A seguir o Sr. Secretário disse desta Câmara: ele que venha ter comigo! Ele (Orlando Lima) venha ter comigo, porque eu como membro do Governo Regional, estou disponível para o ouvir. Estou a ser séria, não estou Sr. Secretário?

O meu colega José Cascalho esteve numa conferência de imprensa, onde esse tal senhor também esteve e o Sr. Secretário também, portanto o Sr. Secretário teve a oportunidade de o ouvir, de tirar todas as dúvidas que tinha, de esclarecer as eventuais calúnias que pudessem existir nas suas declarações públicas, mas em vez disso, o senhor não o ouviu, o senhor mandou-o calar.

O Sr. Secretário disse: mandei-o calar porque era uma conferência de imprensa e ele não era jornalista.

Nós aceitamos a justificação, mas no fim da conferência Sr. Secretário, era o momento oportuno para lhe dizer: venha ter comigo! Deixe de falar para os jornais e venha falar comigo, como membro do Governo Regional!

O senhor não fez nada disso e agora apresentou-se aqui ofendido porque o senhor o que deveria ter feito era ir ter consigo e acusa esta bancada de falta de seriedade.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): O que foi dito na primeira vez pelo Sr. Deputado não foi verdade!

A Oradora: Sr. Secretário foi exactamente isto que o meu colega disse e o Sr. Secretário não desmentiu neste momento, eu contei a história desde o princípio e não tive lá.

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência. Tem 3 minutos.

(*) **Secretário Regional da Presidência** (*André Bradford*): Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tentando que este debate tenha algum interesse e alguma eficácia, tentando não me deixar levar emocionalmente pelas questões levantadas de uma forma que eu até tenho dificuldade em qualificar, o que eu disse, mantenho e vou dizer outra vez, foi que a primeira intervenção do Sr. Deputado José Cascalho a dizer que eu não deixei falar esse senhor numa conferência de imprensa, não é verdade! Não é verdade!

Deputada Zuraida Soares (BE): Mandou ou não?

O Orador: Que eu o mandei calar! Mandei!

Deputada Zuraida Soares (BE): Então é verdade!

O Orador: A senhora quer ouvir ou não?

È muito difícil falar com calma numa situação destas.

Mandei-o calar à quarta vez que ele falou sendo que das outras vezes, as três anteriores, ele perguntou, disse e comentou tudo o que quis no seio duma conferência de imprensa, onde ele não é jornalista e foi acompanhar um jornalista.

Foi isso que eu disse e mantenho integralmente.

Deputada Zuraida Soares (BE): E ninguém desmentiu isso!

O Orador: Se estamos todos a dizer a mesma coisa por que é que estamos a pedir defesa da honra?

Deputada Zuraida Soares (BE): O senhor é que nos acusou de falta de seriedade!

O Orador: O Sr. Deputado à segunda vez que fez uma intervenção, começou a dizer que não tinha chegado de início, porque já não estava confortável com a situação.

Portanto com um bocadinho de esforço o senhor se calhar lembra-se de tudo o que aconteceu, porque eu lembro-me que o senhor estava lá sentado e que assistiu às perguntas que esse senhor fez e aos comentários que fez.

Portanto não pode vir aqui dizer que ele não falou porque eu não quis.

Mais, no fim da conferência de imprensa, eu estava lá, bastava que este senhor com estas provas irrefutáveis e estas acusações terríveis que ele tem para fazer, se dirigisse a mim e dissesse: tenho aqui isto, gostava de lhe apresentar!

Eu não sabia que ele tinha isto, ele é que sabia que tinha.

Isto é do jornal de ontem, Sra. Deputada. Isto não é de quando foi feita a conferência de imprensa. Não é de Fevereiro.

Não sabendo, como é que eu ia dizer ao senhor: venha mostrar-me as coisas que o senhor vai dizer no jornal daqui a 3 meses!

Muito obrigado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, todos nós já percebemos os factos. A interpretação sobre os factos cabe a cada um de nós.

Eu creio que é mais do que tempo de darmos por encerrado este incidente e passarmos à frente.

É o que passo a fazer.

Tem a palavra o Secretário Regional do Ambiente e do Mar.

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo Meneses*):_Prescindo!

Presidente: Sra. Deputada Isabel Rodrigues.

(* **Deputada Isabel Rodrigues** (*PS*): Obrigada Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu vou pedir desculpa ao Sr. Presidente da Assembleia, mas em nome da bancada do PS terei só que dizer que lamentamos profundamente a edição dos factos que fez o Sr. Deputado do BE, cortando a sucessão de acontecimentos que não interessavam.

Sobre este assunto nada mais direi mas não poderia deixar de o fazer.

Deputado José Cascalho (*BE*): É melhor!

A Oradora: Quanto às intervenções que decorreram até agora, iria começar pela intervenção feita pelo Sr. Deputado Artur Lima e a questão das declarações do Sr. Presidente do Conselho de Administração da Praia Ambiente.

Se eu estiver errada na interpretação que vou fazer, o Sr. Deputado fará o favor de me corrigir.

Efectivamente ele diz que nunca foram encontrados nitratos ou ferro no aquífero basal.

Lendo o relatório, e é aqui que eu presumo que provavelmente eu estarei errada, no ponto 6.2 denominado “Caracterização da qualidade das águas subterrâneas

nos aquíferos suspensos”, diz que um dos parâmetros encontrado é o nitrato, muito possivelmente como resultado da densidade agro-pecuária e por efeito da contaminação dos muitos poços utilizados, como fossas sépticas.

Realidade, aliás, a que também aludiu, como certamente se lembrarão, o Sr. Presidente da Praia Ambiente e a Sra. Eng^a. Vanda Bettencourt.

O ponto 6.3 denominado “caracterização da qualidade das águas subterrâneas no aquífero basal”, tanto quanto eu consigo ver encontra outros elementos mas não este.

Deputado José Cascalho (BE): Onde está isso?

A Oradora: Relatório do LNEC.

Relativamente a estas águas subterrâneas diz que a análise dos resultados obtidos permite constatar que a água de abastecimento apresenta boa qualidade, sendo apenas o cloreto e num caso o sódio venado e os 3 parâmetros que podem apresentar valores acima dos standard e procede depois à explicação.

Eu não encontrei referência aos nitratos, mas assumo que a minha leitura pode não estar correcta.

De qualquer maneira creio que é isto que está no relatório e portanto, nitratos, sim, nos aquíferos suspensos.

Quanto à questão das votações eu vou dizer apenas que concedo que haja uma outra interpretação, mas queria relevar o papel que desempenhou a questão material na decisão que o PS tomou relativamente às audições em Comissão.

A nossa decisão foi ouvir pessoas que tinham tido de alguma forma intervenção na elaboração do relatório pelo LNEC.

Penso que quanto a isso ficamos esclarecidos.

Quanto à questão do risco imediato, eu gostaria de lembrar aqui as declarações do Eng^o. Lopo Ferreira, prestadas perante a Comissão e em que questionado pelo então Sr. Deputado do PSD, Paulo Ribeiro, que quis ser esclarecido sobre a presunção relativa aos locais considerados potencialmente contaminados, o Dr. Lopo Ferreira respondeu: “não há perigosidade do avanço da pluma previsivelmente nos próximos anos, para as zonas de abastecimento às

populações e que não devemos a bem da credibilidade científica levantar suspeitas onde elas não existem”.

Este é um aspecto que está depois desenvolvido no relatório do LNEC.

Deputado José Cascalho (BE): E agora a resposta à minha pergunta?!

A Oradora: Quanto à intervenção da Sra. Deputada Carla Bretão, eu devo dizer que quanto ao modo como a oposição se organizou para deixar de fora o PS, que foi isso que eu disse ontem, não me causa ofensa nenhuma nem qualquer ciúme. Quanto a isso ficamos tranquilos.

Agora, a sua referência à minha intervenção de ontem, como um acto de teatro acho que é uma desconsideração pelo trabalho que todos nós, enquanto deputados, aqui desempenhamos. Acho que não lhe fica bem, mas já minha mãe diz que “as acções ficam com quem as praticam” e a senhora lá sabe o que é que aqui faz. Eu sei que não faço teatro.

Deputada Carla Bretão (PSD): Mas fez!

A Oradora: Outra questão que importa ter em causa para encerrar esse assunto é que os factos dizem o que é que aconteceu e o que aconteceu foi isso, os senhores organizaram-se em função duma estratégia para não terem o PS do vosso lado.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não é verdade!

A Oradora: Ponto final quanto a essa matéria.

É necessário ter em conta que para nós há um poder executivo que pertence ao Governo e a Assembleia tem competências legislativas e competências de fiscalização da actividade do Governo.

Deputado Clélio Meneses (PSD): O Governo tem que responder perante o Parlamento!

A Oradora: O Sr. Deputado está muito intrépido, talvez se se inscrevesse desse um contributo interessante ao debate.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Era uma boa ideia!

A Oradora: Importa reafirmar que a posição assumida pelo PS, advém do facto de neste momento não encontrarmos qualquer razão objectiva para recomendar ao Governo fazer, aquilo que o Governo disse que ia fazer.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

A Oradora: O Governo já disse e já reafirmou que vai proceder ao acompanhamento e à monitorização. Isso é competência do poder executivo.

Portanto não está aqui em causa o querer ou não. Não vemos necessidade objectiva.

Aliás, nunca iríamos compactuar convosco quando alegam como um dos fundamentos da vossa actuação uma inércia que não existiu.

Deputado Rui Ramos (*PSD*): Os senhores é que se puseram de fora!

A Oradora: Quanto a subserviência Sra. Deputada, eu não gosto de falar daquilo que vou falar, mas hoje tenho que o fazer.

A senhora talvez ainda não andasse por cá, em 1987, mas o seu partido não pode “passar uma esponja” pelos anos em que foi Governo.

Deputado João Costa (*PSD*): A senhora já andava?

A Oradora: Eu gostava de saber o que é que o PSD fez em 1987, quando se derramaram cerca de 300 mil litros de gasolina de avião na Ilha Terceira? Onde é que os senhores estavam e o que é que fizeram?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(*) **Deputado Berto Messias** (*PS*): Obrigado Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, há pouco não pedi defesa da honra da bancada, por respeito pela decisão e pedido do Sr. Presidente desta Assembleia, mas não posso deixar de dizer à Sra. Deputada Zuraída Soares que naturalmente não lhe admito, nem a si, nem a nenhum dos partidos desta câmara, que faça a afirmação que fez dizendo que a falta de seriedade assenta perfeitamente nesta Casa.

Deputada Zuraída Soares (*BE*): Os senhores podem chamar, mas não querem ouvir!

Deputado Domingos Cunha (*PS*): Muito bem!

O Orador: É uma afirmação que não admito que a faça, nem a senhora, nem nenhum dos partidos desta Casa.

Deputada Zuraída Soares (*BE*): Quem é o senhor? Cresça!

O Orador: Que discordemos ideologicamente, que discordemos dos assuntos que são aqui discutidos, no calor do debate parlamentar, muito bem, mas que faça esse tipo de afirmações nas quais a senhora se tem revelado useira e vezeira, não lhe admito.

Deputada Zuraida Soares: Cresça!

O Orador: Quanto à matéria que está aqui em apreciação, eu julgo que a oposição nesta casa está a fazer o papel de mau provedor.

Como os senhores sabem, tivemos um amplo debate sobre esta matéria há poucas semanas, atrás.

Discutimos amplamente esta questão onde ficou bem claro, aquele que foi o papel do Governo, desta bancada e de todos os partidos com assento nesta câmara, sobre esta matéria.

Esta é uma questão de extrema seriedade e é uma questão que não pode implicar demagogia barata, populismos baratos em nome de garantir a tranquilidade e a segurança das populações, principalmente do concelho da Praia, que consomem a água que é fornecida e recolhida nas zonas que foram alvo deste estudo.

Aliás, é preciso dizer também, que o Grupo Parlamentar do PS e o Governo Regional...

Presidente: Agradecia que terminasse.

O Orador: ... sobre esta matéria, sempre fizeram tudo para garantir total transparência, quer no âmbito do estudo do LNEC, que foi encomendado pela Câmara Municipal e pelo Governo Regional, quer pelo facto de ter sido o Grupo Parlamentar do PS a propor a vinda à Comissão Especializada Parlamentar, da audição ao autor do estudo, da audição à Praia Ambiente e da audição ao município da Praia da Vitória, para que tudo fosse devidamente esclarecido.

Foi o Grupo Parlamentar o primeiro partido a entregar na Assembleia Legislativa Regional um requerimento para garantir isso.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Em 2008 o PSD propôs, porque queria ser esclarecido!

O Orador: Para terminar, clarificar esta questão relativamente à comunicação social e aos açorianos que nos ouvem.

Não posso aceitar que se classifique a proposta do PS como uma proposta minimalista e redutora.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

O Orador: Quando o PS quer garantir que esta discussão seja profundamente discutida e acompanhada pelo Conselho Regional do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável dos Açores, que tem variadíssimas entidades (um representante do Departamento Marítimo dos Açores, um representante da PSP, um representante do Serviço de Protecção da Natureza, o dirigente máximo da Entidade Reguladora dos Serviços de Água e Resíduos, um representante da Universidade dos Açores, um representante da Federação Agrícola dos Açores, um representante da Federação das Pescas dos Açores, um representante da Câmara de Comércio e Indústria dos Açores) como é que é possível que se diga que uma proposta que prevê que o Conselho Regional de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Região, que inclui estas entidades, seja classificada de minimalista e redutora?

É uma classificação que não aceitamos.

Julgamos que com esta proposta, com os pressupostos da proposta do PS que na nossa perspectiva e com toda a legitimidade política que temos, julgamos que é melhor que as propostas que os outros partidos aqui trazem, ficarão salvaguardadas todas as garantias relativamente à saúde pública e à segurança do consumo de água no concelho da Praia da Vitória para os cidadãos praienses.

Para nós é isso que verdadeiramente interessa.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não estava para fazer mais nenhuma intervenção no âmbito desta matéria mas depois da intervenção do Sr. Secretário da Presidência fiquei com dúvidas em relação ao procedimento que o mesmo vai adoptar tendo em conta estas gravíssimas afirmações do Sr. Orlando Lima, perito em ambiente.

O Sr. Orlando Lima disse: a minha primeira preocupação não vai efectivamente para o concelho da Praia da Vitória, vai para o potencial de contaminação radioactiva na Caldeira Guilherme Moniz.

Deputada Isabel Rodrigues (PS): Qual é o fundamento?!

O Orador: Em segundo lugar temos a existência de chumbo líquido e demais contaminação existente nas Fontinhas, ao que o LNEC logrou ignorar.

A questão que lhe faço é muito objectiva.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Por acaso não está assinada!

O Orador: Sr. Secretário da Presidência, ouça o que eu lhe vou dizer.

Eu quero saber o que é que o Governo Regional, perante esta informação, vai fazer?

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Isso não é informação!

O Orador: Das duas uma: ou investiga esta informação que é remetida, no sentido de verificar se tem veracidade e se tem uma argumentação plausível; ou se decide não fazê-lo eu considero que está novamente a ser negligente na investigação deste tipo de situações.

Portanto há aqui alguém que é especialista no assunto e que faz estas afirmações de grande gravidade.

Mais do que isso, o que eu acho que o Sr. Secretário da Presidência deveria fazer era ouvi-lo. Ninguém tem o direito de levantar um problema deste tipo, com esta gravidade e depois não ter argumentos para o sustentar, se não tiver argumentação, se não tiver factos para sustentar o que aqui disse, porque ele diz que o LNEC logrou ignorar.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): A polícia é que investiga, não somos nós!

O Orador: Se este senhor não disse a verdade, se não apresenta argumentos, se não sustenta a afirmação que faz, que é uma afirmação perigosa e é uma afirmação que causa preocupação junto das populações, então considero que este senhor deve ser processado por não ter dito a verdade.

É tão simples como isto.

Os senhores têm obrigação de investigar isto.

O LNEC ignorou. Ignorou porquê?

O senhor não pode ignorar esta informação e não pode ter esta atitude terceiro-mundista: “Se vier falar comigo...!”

Mas que posição de estadista é esta?

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Diga isso ao LNEC!

O Orador: Isto é investigar já, tirar a limpo. Se for verdade ir nesse sentido, se não for verdade responsabilizar o senhor. Isto é que é uma posição. Doutra forma parece uma coisa descontextualizada e negligente.

O que lhe pelo é isto, que investigue, que responsabilize, que veja se isto tem sustentação e se não tiver que se responsabilize a pessoa que faz este tipo de afirmações.

Assim é que nós temos que funcionar em democracia, assim é que respeitamos de facto aquelas que são as condições cívicas para viver em sociedade.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima. Tem um minuto e meio.

(*) Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar uma nota: o Grupo Parlamentar do PS não respondeu a nenhuma das questões que esta bancada lhe colocou e eu ainda não confundo, porque não quero confundir o Grupo Parlamentar do PS com o Governo.

Portanto o que fizeram aqui hoje foi uma fusão entre Governo e PS.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Chama-se sintonia!

O Orador: Os senhores prescindiram da sua autonomia e da sua identidade parlamentar. Os senhores não responderam a uma única questão que eu aqui coloquei e eram só 3.

Portanto fica bem claro o vosso comportamento em todo este debate.

Sr. Secretário, se não fosse a comunicação social (nomeadamente um jornalista que tem nome e que eu aqui digo, Armando José Martins Mendes ...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Sabe mais do que eu!

O Orador: ... o senhor sabe que foi ele que denunciou isso no Diário Insular, o senhor sabe que foi ele que lhe entregou o relatório) esse assunto ainda estava abafado pelo Governo Regional dos Açores.

Era importante ouvi-lo e o PS não o quis ouvir, como era importante ouvir o Sr. Orlando Lima.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Tenho pena que tenha optado ir por aí!

O Orador: Lamento Sr. Secretário, como membro deste Governo, há já algum tempo.

Os senhores tinham representantes na Comissão Bilateral, na Comissão Técnica, etc ...

Presidente: Agradecia que terminasse.

O Orador: Vou terminar Sr. Presidente, com alguma tolerância da sua parte, uma tolerância de 30 segundos.

Sr. Secretário do Ambiente os senhores sabiam perfeitamente quem era Orlando Lima. Foi durante anos, anos e anos o responsável pela segurança ambiental da Base das Lajes.

O Governo Regional sabia quem era Orlando Lima.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Era responsável pela segurança ambiental, agora vem dizer uma coisa destas! Não percebo!

O Orador: Quem não o quis ouvir foi o PS e o senhor que não quis conversar com ele.

Para terminar, Sra. Deputada Isabel Rodrigues dizer-lhe o seguinte: da parte que toca ao CDS, nós a 25 de Fevereiro, (a oposição, tirando o PSD) fizemos aqui uma conferência de imprensa. Os senhores a 21 de Março apresentaram o vosso Projecto de Resolução. Não queriam nada com esta oposição, pelo menos. Só a 25 de Março, é que apresentámos o nosso projecto de Resolução, Sra. Deputada.

Sra. Deputada falta nesse relatório (eu acho que não é fundamental que aí fique porque já o disse em público e está noutros sítios) que perguntei ao Prof. Lopo Ferreira e ele respondeu clarissimamente que existe risco potencial.

Deputada Isabel Rodrigues (PS): Eu não disse o contrário!

O Orador: Nomeadamente em relação ao gradiente químico ele também deu uma resposta muito interessante sobre essa matéria.

Portanto o risco potencial existe, não existe risco agudo e imediato.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Carla Bretão.

(*) Deputada Carla Bretão (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, Sra. Deputada Isabel Rodrigues, não vou seguir o seu registo ...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não lhe dá jeito!

A Oradora: ... porque ao contrário do que a senhora fez e pediu desculpa por algo que não queria dizer, eu não quero arrepende-me de nada que diga, por isso tudo o que direi não vou pedir desculpa a seguir.

Relativamente às dúvidas que tem, com certeza conhecerá pessoas que lhe poderão esclarecer melhor do que eu, porque realmente não andava por cá.

Deputada Isabel Rodrigues (PS): Que saída airosa!

A Oradora: Relativamente ao Sr. Deputado Berto Messias, o primeiro partido que trouxe este assunto a esta Assembleia, foi o PSD.

Foi também o PSD que propôs audições em Comissão que ficaram suspensas, por votação do Grupo Parlamentar do PS, até à conclusão do estudo do LNEC.

Suspenderam o trabalho que gostaríamos de ter feito, da audição do Governo Regional, sobre estas matérias, até à conclusão do estudo.

Por isso mesmo o que disse há pouco nesta casa não é verdade, não foi o PS, o primeiro a apresentar audições e não foi o PS a tomar as primeiras posições.

Como há pouco já disse todos estes factos, apesar de esclarecedores, não interessam nada para a questão em si.

Voltamos a reafirmar que a proposta do PS é minimalista e redutora, relativamente àquilo que se impõe fazer em todo este processo.

Todos os factos de que aqui já falámos são esclarecedores, todo o historial da matéria em si é esclarecedor, até o último episódio em relação ao Sr. Orlando Lima também é muito esclarecedor ...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Nem sabe o quanto é esclarecedor!

A Oradora: ... e por isso mesmo mantemos a nossa posição, a verdade é que é necessário um acompanhamento técnico.

Por fim, registar também que o silêncio do Sr. Secretário do Ambiente é esclarecedor também em relação a esta matéria.

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): Muito bem!

Deputado Luís Garcia (*PSD*): É o mais sintomático!

A Oradora: Talvez para não entrarem mais em contradição, com o seu o conhecimento sobre a matéria, optou por remeter-se ao silêncio neste debate.

Obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(*) Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não queria, de modo algum, personalizar este debate, nem passar a vida a falar de pessoas, que ainda por cima não estão nem têm meio de estar aqui para defender a sua posição e o seu envolvimento na matéria.

Mas há uma insistência constante, nomeadamente do Sr. Deputado Artur Lima, que infelizmente não está, e agora da Sra. Deputada Carla Bretão, em associarem nomes a este processo e portanto há coisas que têm que ser necessariamente esclarecidas.

Se este Sr. Orlando Lima, era o responsável pela segurança ambiental na Base das Lajes, durante mais de uma década e se este senhor agora diz o que diz, fez

um péssimo trabalho. Era um completo incompetente porque um responsável pela segurança ambiental que sai da Base e vem dizer que existem estes problemas todos, o que é que andou a fazer durante os anos que esteve lá? Que segurança ambiental é que este senhor trouxe? Que credibilidade merece uma pessoa que era responsável pelo ambiente e agora vem denunciar aquilo que não foi capaz de evitar?

Deputado João Costa (PSD): Por isso é que se calhar saiu de lá!

Deputada Carla Bretão (PSD): Por isso a sua falta de curiosidade relativamente às perguntas que ele colocou lá!

O Orador: Acham que isso merece credibilidade?

Mais, por que é que este senhor deixou de ser responsável pela segurança ambiental da Base das Lajes? Sabem? Investiguem por que é que este senhor deixou de ser responsável pela segurança ambiental da Base das Lajes e passou a ser empresário de ambiente. Este senhor neste momento não é só perito em ambiente, é empresário ambiental da área da descontaminação, vejam lá.

Deputado João Costa (PSD): O que é que o senhor quer dizer com isso?!

O Orador: Ele tem uma empresa que é especializada em processos de descontaminação. Não acham isso curioso? Eu acho bastante curioso.

Mais, na altura em que o assunto vem a público em 2008, no Diário Insular, com o jornalista referenciado pelo Sr. Deputado Artur Lima, o jornalista Armando Mendes, a fonte da sustentação técnica das notícias é este senhor. É este senhor que é entrevistado como perito em ambiente, que diz publicamente que existe este problema.

Curiosamente em todas essas notícias, este senhor nunca diz que fez um estudo de 2005.

Este senhor fez um estudo onde se provou, onde os americanos ficaram a saber, que tinham problemas de poluição e teve 3 anos sem dizer nada. Publicamente nada! Até que decidiu fazer uma série de artigos juntamente com este senhor jornalista do Diário Insular, para denunciar aquilo que ele já sabia há 3 anos.

Mais, ele sabia há mais tempo porque ele foi responsável pela segurança ambiental da Base durante 10 anos.

Deputada Carla Bretão (PSD): Então ele sabe tudo!

O Orador: Vejam só o que se passa aqui.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Por que é que o Sr. Secretário do Ambiente não fala?

O Orador: Em 2008, quando este assunto foi debatido nesta casa, ...

Deputado Clélio Meneses (PSD): O Sr. Secretário do Ambiente é que deve falar!

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo Meneses): Sou eu que decido!

Presidente: Faça favor s. Secretário.

O Orador: Eu gostava muito, agradeço imenso o seu esforço, mas não está fácil conseguir dizer alguma coisa.

Presidente: Vai conseguir. Faça favor.

O Orador: Muito obrigado.

... vamos lembrar qual era o posicionamento das oposições: PSD: Fazer estudos, nem pensar, é já para a descontaminação!

Deputada Carla Bretão (PSD): Devia ter-se procedido logo!

O Orador: Proceda-se à descontaminação!

Posição do CDS: faça-se um estudo. Sim senhor faça-se, mas resolva-se o assunto depressa!

Em 2010, quando o estudo está feito, quando estamos a entrar na fase de descontaminação, qual é a posição do PSD?

Deputada Carla Bretão (PSD): A nossa posição foi sempre essa: descontaminar!

O Orador: Crie-se uma comissão técnica, Srs. Deputados.

A posição do PSD em 2010 é crie-se a comissão, quando em 2008 não queria que se fizesse estudo nenhum.

Afinal qual é a preocupação dos senhores? É fazer o que o Governo não faz? É sugerir o que o Governo não quer, ou é resolver o problema?

Em 2008, a vossa posição era: Não, não! Não inventem estudo nenhum! Descontaminem!

Agora é: criem uma comissão, pois ela é que vai dizer como é que se faz aquilo que os senhores queriam fazer em 2008.

Deputada Carla Bretão (PSD): Não é que vai dizer! Vai acompanhar! Quer que lhe faça um desenho? Posso fazer!

O Orador: Os senhores queriam uma comissão em 2008, agora querem uma comissão para dizer como é que se faz.

Portanto os açorianos, os praienses ficam a saber qual é a coerência da vossa posição.

O CDS em 2008 admitia que se fizesse um estudo, mas tinha que ser um estudo rapidinho.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso é falso!

O Orador: Não é. Disse o senhor aqui que se fizesse um estudo mas que se procedesse depois ao processo de descontaminação duma forma rápida.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Rápido?!

O Orador: O rapidinho fui eu quem disse, admito. Foi uma qualificação daquilo que o senhor disse.

Presidente: Ambos estavam a referir-se à palavra rapidez, tenho a certeza. Faça favor de continuar.

O Orador: Em 2010 a posição é: crie-se uma comissão técnica. Crie-se uma comissão técnica e o problema magicamente vai ficar resolvido. Se não houver comissão técnica o problema não se resolve.

Eu não acredito que haja açoriano que pense que para a resolução deste problema, não interessa a componente diplomática, não interessa a componente política, não interessam as negociações que se têm que manter, ...

Deputada Carla Bretão (PSD): Não interessa? Interessa!

O Orador: ... não interessa o estudo científico que foi feito, ...

Deputado João Costa (PSD): Por que é que isso não há-de ser assim?!

O Orador: ... interessa é uma comissão e que tenha a Universidade dos Açores, que é para o BE ficar descansado.

Nesta casa não se faz nada que o Sr. Deputado José Cascalho não venha pedir a envolvimento da Universidade dos Açores. A única coisa que o senhor se levanta para dizer é que a Universidade dos Açores tem que entrar em tudo.

Há uma comissão: Universidade dos Açores! É preciso um estudo: Universidade dos Açores!

Por acaso até é o seu local de origem. É curioso, mas isso são só coincidências, mas a sua preocupação máxima é essa.

Portanto, estão os açorianos, estão os praienses esclarecidos sobre o que é que cada um pensava e o que é que cada um pensa agora.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Até queríamos que o Governo falasse! Se calhar até percebe mais disso que o senhor!

O Orador: Percebem perfeitamente que a única preocupação do PSD é estar do lado que o governo não está. É criticar o Governo porque o Governo não faz. É pedir que se faça tudo o que não foi feito. É a única posição do PSD. A nossa é descontaminar, acabar com debates e avançar para a solução do problema.

Presidente: O Governo tem 1 minuto e meio, Sr. Secretário, informo-o.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário da Presidência, confesso que estou cada vez a ficar mais preocupado com as declarações que está aqui a produzir.

Começou por dizer que não sabia quem era este senhor Orlando Lima. Não fazia a menor ideia.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Eu não disse isso!

O Orador: Acaba de fazer uma intervenção em que disse o seguinte: é o responsável pela segurança ambiental da Base das Lajes, ...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Foi o Sr. Deputado Artur Lima que disse!

O Orador: ... durante 10 anos.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Foi o senhor que o disse!

O Orador: Não disse, não disse. Nunca precisou.

O senhor disse isto.

Disse mais, tem outra informação suplementar. Disse que era técnico da área de ambiente e depois disse: adivinhem o quê? Descontaminação.

Inventou aqui uma cabala.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não inventei cabala nenhuma! Constatei factos!

O Orador: Deixe-me acabar.

O que o senhor disse foi: o senhor é técnico da área do ambiente e depois não só sabe que é técnico da área do ambiente como ainda sabe a especialização.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não senhor! Disse que ele tinha uma empresa de descontaminação!

O Orador: Sabe! Sabe! Está tudo registado nos diários.

O Sr. Secretário da Presidência, neste plenário, já faltou várias vezes à verdade, em relação a este assunto.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Eu? Prove lá quais foram as vezes que faltei à verdade!

O Orador: Se o senhor me deixar falar.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Deixo!

O Orador: Acabei de dizer que o Sr. Secretário é que se desmentiu a si próprio, porque o senhor disse: eu não sei qual é a formação!

Na última intervenção disse isto: é técnico na área de ambiente e é especializado...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Quem disse isso foi a imprensa!

O Orador: O senhor quando é confrontado com os factos que não lhe agradam tem uma técnica que é interromper quem está a falar, mas eu vou dizer-lhe tudo, mesmo que o senhor me interrompa mil vezes, eu retomarei mil vezes aquilo que estava dizer.

O que estou a dizer é que o Sr. Secretário da Presidência não disse a verdade em relação a este episódio, em relação aos conhecimentos que tem sobre a formação específica que tem o Sr. Orlando Lima.

Disse ainda o seguinte, em género de cabala: mas vejam bem, este senhor saiu e agora o que é que ele é? É técnico do ambiente na área de descontaminação, ou seja, o senhor poderia ter um interesse em alimentar o folhetim da descontaminação. É o desenvolvimento lógico do seu raciocínio.

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): Eu estou menente! Estou para Nosso Senhor me levar!

O Orador: Eu considero que isto está cada vez mais mal explicado, por isso é que lhe vou reiterar a pergunta: o que é que o Governo Regional deve fazer? Ainda por cima, tendo este senhor esta responsabilidade e tendo acesso directo a uma quantidade de dados muito importantes, obviamente, porque ocupava uma função destas, responsável pela segurança ambiental. A partir do momento em que existem este tipo de declarações eu considero isto de enorme gravidade. Deve aferir imediatamente este assunto e não deve estar à espera que o senhor se dirija. Deve tomar a iniciativa imediatamente.

O senhor sabe muito mais. Cada vez que faz uma das suas afirmações e cada vez que faz mais uma intervenção, mais se enterra neste assunto.

É necessário que o senhor clarifique o que é que sabe, e mais do que isso, por que é que não quer saber mais? Eu estou a ficar cada vez mais preocupado com este assunto porque acho que há aqui cada vez mais zonas negras que não estão a ser devidamente explicadas e não vejo o Sr. Secretário com vontade de as explicar, nem com vontade de as investigar.

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias pede a palavra para?

Deputado Berto Messias (*PS*): Para saber quanto tempo tem o PS.

Presidente: O tempo do Grupo Parlamentar do PS nesta discussão terminou Sr. Deputado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares** (*BE*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Presidência, peço desculpa, o senhor hoje está na berlinda, mas o senhor pede-as e depois não tem outro remédio.

Disse o Sr. Secretário Regional que o Deputado José Cascalho só intervém para propor a presença da Universidade dos Açores em diversas circunstâncias da nossa vida colectiva.

Provavelmente fá-lo-á na razão inversa das vezes que o Governo Regional foge à presença da Universidade, porque o estudo, o levantamento, o conhecimento e as conclusões criam problemas, quando nós queremos tomar iniciativas legislativas que podem ser incomodadas por esse tipo de conhecimento.

Pelo contrário, o Governo Regional quando quer honrar o conhecimento e a competência da sua bancada, vai buscá-lo também dentro da universidade, o que prova que afinal a Universidade tem competência, tem capacidade e é um elemento fundamental para o desenvolvimento desta Região que todos nós, e o Governo Regional mais do que outra entidade qualquer, não tem usado tanto quanto nós, BE, consideramos que o deveria fazer.

Também lhe quero dizer que o Deputado José Cascalho só intervém para chamar a Universidade, mas eu gostava de lhe lembrar que na bancada que suporta o seu Governo, há Deputados e Deputadas que não intervêm durante meses seguidos e nunca vi o Sr. Secretário Regional incomodado com essa situação.

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

A Oradora: Eu aconselho o Sr. Secretário Regional do Ambiente, quando se dirige aos deputados doutras bancadas, a pensar um bocadinho naquilo que diz, porque depois os Deputados das outras bancadas ficam obrigados a dizer aquilo que o Sr. Secretário Regional não quer ouvir e pelos vistos o PS também não.

Finalmente, ainda dentro da Universidade dos Açores, é uma pena que um legítimo representante da Universidade dos Açores, Secretário Regional do

Ambiente e do Mar, estivesse neste debate e não tivesse, relativamente a ele, um comentário, fosse como governante, fosse como especialista, fosse como membro da Universidade dos Açores.

Cá está o momento em que por acaso o meu colega José Cascalho não pediu, mas eu agora registo a ausência da Universidade dos Açores e da sua competência num debate tão importante.

Finalmente que fique registado o seguinte Sr. Secretário Regional, em vez de estar preocupado com os *fait divers* do que é que o Deputado José Cascalho intervém ou não e sobre o quê.

Há 3 perguntas feitas nesta casa por mais do que um Deputado, que este debate acaba e nem Governo Regional, nem o PS responderam e isso é que era importante.

Quais foram as garantias dadas pelas autoridades norte americanas, relativamente ao trabalho de descontaminação dos aquíferos? Garantias? Onde é que estão escritas?

Deputado Berto Messias (PS): Já foi respondido muita vez!

A Oradora: Segunda pergunta: qual é o orçamento ilimitado previsto e onde é que isso está escrito?

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Se é ilimitado, não tem limite!

A Oradora: Não! Seja qual for o custo, foi o que o Sr. Secretário Regional disse. Onde é que isso está escrito? Vamos embora sem saber.

Terceira e última pergunta: de que é que os senhores têm medo, quando se recusam a uma comissão técnica de acompanhamento? De que é que os senhores têm medo?

Deputado Berto Messias (PS): De nada! Estivemos na comissão de acompanhamento!

A Oradora: Tudo aquilo que o Sr. Secretário Regional enumerou, o trabalho diplomático, o trabalho político, tudo isso é verdade e é necessário. Ninguém dos partidos da oposição disse que isso não era necessário e que isso não era importante para o processo.

Tudo, e em algumas situações “pinças”, como se costuma dizer, agora comissão técnica de acompanhamento, esta é a única coisa que os senhores não querem e “fogem dela como o diabo da cruz”.

Fica por explicar porquê, Sr. Secretário Regional.

Deputado Berto Messias (PS): A proposta do Partido Socialista inclui uma comissão de acompanhamento!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência. Dispõe de um minuto e meio.

(*) Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Obrigado Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente sobretudo porque me esqueci há pouco, de responder a um repto que me foi lançado pela Sra. Deputada, na intervenção anterior.

Eu não sabia, confesso que fiz um pouco de batota, o que era a AMEC, mas agora já sei, presumo que sei, uma empresa americana de consultadoria, que fez um estudo, disse a senhora, para os americanos.

Deputada Zuraída Soares (BE): Conhece o estudo?

O Orador: Se eu conheço o estudo? Não, não conheço.

Deputada Zuraída Soares (BE): Ah! Não conhece!

O Orador: Eu nem sabia o que era a AMEC, quanto fará o estudo!

Agora se a Sra. Deputada conhece, traga o estudo a esta casa. Traga, entregue, distribua, dê aos Srs. Deputados e já agora dê uma cópia ao Governo, para o Governo passar a conhecer.

Deputada Zuraída Soares (BE): Com todo o gosto!

Deputado Pedro Gomes (PSD): Uma cópia traduzida!

O Orador: Pensei que isso era um teste, ou uma brincadeira, mas agora já percebi que a senhora conhece, então conhecendo traga para nós partilharmos.

A informação sobre esta matéria é essencial. Se tinha, já devia ter trazido mais cedo para toda a gente conhecer.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Devia tê-lo aqui!

O Orador: Mas eu não conheço! Não tenho culpa, mas não conheço.

Se calhar até, legitimamente, seria de esperar que o Governo conhecesse, mas o Governo não conhece.

Há outra questão fundamental que é, toda a gente na época disse que o LNEC era uma instituição acima de qualquer suspeita, que o estudo tecnicamente era muito bom, que tinham ficado absolutamente elucidados, que a qualidade era indiscutível, que era uma instituição de referência, mas agora querem uma comissão técnica ...

Deputada Carla Bretão (PSD): O próprio governo também disse que queria!

O Orador: ... para completar o que o LNEC já fez.

Então serve ou não o estudo do LNEC? Serve ou não aquilo que o LNEC tinha dito, que era excelente, que era tão bom, que era tão tecnicamente irrepreensível? Agora já precisa duma comissão local, integrando o Sr. Orlando Lima e outras pessoas com essa capacidade de análise?

Deputada Carla Bretão (PSD): Mas quem é que disse que era o senhor!

O Orador: A nossa preocupação é que o processo seja célere, que se resolva e que aquilo que foi poluído fique descontaminado. Essa é a nossa verdadeira preocupação.

Para terminar a intervenção do Governo neste debate, a Sra. Deputada Carla Bretão, insiste em falar em subserviência do Governo, perante a parte norte americana.

Sabe o que é a subserviência do Governo Regional em relação à parte norte americana? É prescindir de 25% do Plano e Orçamento da Região, prescindir dessas contrapartidas que representam 25% do Plano e Orçamento desta Região, 25% do investimento público que se fazia nos Açores, em nome de interesses que ninguém sabe quais são.

Deputada Carla Bretão (PSD): E prescindir cláusula da Base das Lajes é o quê?

O Orador: O governo do PSD, os governos regionais do PSD, deitaram fora um acordo que permitia 25% do Plano e Orçamento da Região da altura, em nome de quê? Em troca de quê? Em troca de nada! Os senhores passaram a

vender a Base das Lajes aos americanos por nada e vêm para aqui falar em subserviência do Governo Regional dos Açores perante os americanos?!

Justifiquem-se aos terceirenses e aos açorianos.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) Deputada Zuraida Soares (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para dizer que será com gosto que nós enviaremos ao Governo e à bancada do PS o teor deste estudo, quanto mais não seja o endereço na *net* para que possa ser consultado.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito obrigado!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para que fique registado que o Sr. Secretário da Presidência não respondeu, nem esclareceu as questões que lhe coloquei em relação às contradições que teve oportunidade de realizar aqui e de dizer aqui sobre o Sr. Orlando Lima, a sua formação, os seus conhecimentos e a informação gravíssima que o mesmo veiculou.

O Sr. Secretário da Presidência não respondeu, não esclareceu essa questão. Ponto número um.

Ponto número dois: também não esclareceu, tendo em conta que essa informação é grave, tendo em conta que as afirmações são graves, tendo em conta que o Sr. Secretário da Presidência afinal sabe muito mais do que quis dizer no início, o que vai fazer a seguir. Também quero que fique registado em acta que o senhor não esclareceu esse assunto.

São essas as duas referências que quero deixar no final deste debate.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Carla Bretão.

(*) Deputada Carla Bretão (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário da Presidência, o senhor gosta muito de criar manobras de diversão, fazer perguntas aos outros, quando não responde às que lhes fazem.

Deputados Rui Ramos e Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

A Oradora: O PS está no Governo praticamente 16 anos e tenho que lhe dizer que a responsabilidade neste momento é vossa e o PSD já pagou por tudo o que fez e deixou de fazer.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Por isso mesmo, Sr. Secretário, o senhor é que tem que responder sobre o que se está a passar neste momento, sem tentar esconder-se com factos do passado.

Digo-lhe mais, o senhor é que tem que responder o porquê de ter assinado ou de ter renunciado à cláusula de actualização salarial no Acordo da Base das Lajes, a coberto, não sabemos bem do quê, de algo muito secreto que o senhor nunca quis revelar e que assumiu que era secreto.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não tenho mais inscrições, assim sendo vamos, conforme combinado em conferência de líderes passar às votações.

Eu vou pôr todos os Projectos de Resolução à votação. São votações independentes, sem nenhum sentido de prejudicialidade e vou fazê-lo naturalmente pela ordem cronológica de entrada das resoluções, pela mesmíssima ordem com que elas foram apresentadas.

Portanto a primeira é o Projecto de Resolução do BE, sobre este assunto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projecto de Resolução 10/2011 foi rejeitado com 28 votos contra do PS, 16 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Passamos agora à votação do Projecto de Resolução 18/2011, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstém façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projecto de Resolução 18/2011 foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 2 votos contra do BE, 1 voto contra do PCP, 17 abstenções do PSD, 4 abstenções do CDS/PP e 1 abstenção do PPM.

Presidente: Vamos votar agora o Projecto de Resolução 24/2011, apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD, CDS/PP, BE, e pelas Representações Parlamentares do PCP e do PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projecto de Resolução 24/2011 foi rejeitado com 28 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima, para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José San-Bento e Sr. Deputado Berto Messias ...

Deputado José San-Bento (PS): O que foi que eu fiz agora?

O Orador: ... no dia em que os senhores me derem alguma lição de etiqueta e de boas maneiras, este tecto cai em baixo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, tivemos aqui três projectos de resolução e nós não aprovamos o Projecto de Resolução do PS pelos seguintes motivos:

Pedimos esclarecimentos ao Grupo Parlamentar do PS, que se remeteu a um comprometedor silêncio, não esclareceu aquilo que lhe foi perguntado, nomeadamente: que garantias dava o PS da descontaminação integral? O que entendia o PS por descontaminação integral, quando sabem que isso não é possível fazer?

Não garantiu o PS, nem o Governo o financiamento para este processo, porque vir dizer aqui que o dinheiro é o que for preciso isto é duma profunda falsidade, isto é, saber que não está a dizer a verdade, nem as companhias de seguros, quando temos seguros ilimitados, aparece o dinheiro quando é preciso.

Portanto os senhores iam aparecer com um orçamento, com um processo: o que é que se vai fazer? As etapas deste processo? Quanto custa cada etapa e o global quanto custa? O que se vai descontaminar?

Todos nós sabemos que vão apenas fazer que descontaminam as duas zonas que o LNEC identificou. Quanto às outras não há nada, nem os senhores dão garantias nenhuma aos praienses.

Por isso nós não pudemos sequer aprovar o vosso projecto de resolução.

Em síntese, o PS não diz quanto custa e vem dizer que ainda se vai saber quais são os métodos, que também estão na internet de várias bases americanas despoluídas pelo mundo, em que estão lá os processos, as etapas, a duração e quanto custa.

O que aconteceu aqui hoje foi a falta de defesa dos interesses dos praienses em particular, dos açorianos em geral, por parte da bancada do PS e do Governo.

Deputado Berto Messias (PS): Isso não é verdade!

Presidente: Sra. Deputada Isabel Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputada Isabel Rodrigues (PS):** Obrigada Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PS não pode aceitar a acusação que o Sr. Deputado Artur Lima acabou de fazer, porque estivemos aqui ao longo do debate, como temos estado ao longo de todo este processo, na defesa dos interesses da população da Praia da Vitória, da população da Terceira e da população dos Açores.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado João Costa (PSD): Não basta dizer!

A Oradora: Só por que não vos acompanhámos, não é legítimo que profiram uma acusação tão infundada como a que acabaram de fazer.

As questões que foram colocadas, foram todas esclarecidas.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Falso!

A Oradora: Acontece que como é, aliás, usual e é uma técnica que se utiliza, quando as respostas não vêm de encontro àquilo que gostaríamos que fossem, dizemos que não fomos esclarecidos.

Nós não acompanhamos essa posição.

Queria reafirmar aquilo que foi dito diversas vezes pelo PS. Aquilo que nos preocupa é o bem estar das populações, ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Quanto custa?

Deputado João Costa (PSD): Não basta dizer!

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

A Oradora: Eu estou a proferir uma declaração de voto, se o senhor pudesse prestar atenção seria agradável, digamos assim.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

A Oradora: Queria reiterar o empenho do PS e que a nossa preocupação tem sido e será sempre o interesse dos açorianos, o bem-estar das populações.

Nesta matéria, como nas outras, temos estado abertos ao diálogo, disponíveis para concertar soluções. Quem virou as costas foram os senhores.

Não vale hoje quererem passar que a história foi ao contrário.

A terminar, queria deixar uma palavra de confiança à população da Ilha Terceira, de que podem continuar a contar connosco e com o Governo, que aqui estaremos para fazer o que for preciso.

Deputados Berto Messias e Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Carla Bretão para uma declaração de voto.

(*) Deputada Carla Bretão (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Acabámos hoje por assistir à demissão por parte do Grupo Parlamentar do PS da salvaguarda dos interesses da nossa Região e dos seus habitantes, nomeadamente, dos habitantes da Ilha Terceira.

Assistimos à assumpção da subserviência do Governo Regional ao poluidor, que não exigiu qualquer compromisso escrito, deixando o processo de descontaminação à sorte que o mesmo poluidor lhe determinar.

Por fim também registar o silêncio do mais alto responsável pelo ambiente na nossa Região, ...

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Ele está com aftas!

A Oradora: ... que mostra o quão desalinhados estão os membros do Governo Regional, quanto a esta matéria.

Deputados Duarte Freitas e João Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados não tenho mais inscrições para declarações de voto.

Assim sendo vamos fazer o nosso intervalo de meia hora.

Retomamos os nossos trabalhos às 18 horas.

(Eram 17 horas e 29 minutos).

Presidente: Vamos reiniciar os nossos trabalhos.

(Eram 18 horas e 13 minutos).

Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projecto de Resolução n.º 35/2011 – “pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre o Memorando de

Entendimento do Programa de Assistência Financeira a Portugal”,
apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Dou a palavra ao proponente para justificar a urgência.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A urgência prende-se, no essencial, com o objecto do próprio Projecto de Resolução, uma vez que o acordo com a “Troika” vai ter implicações directas e indirectas com a RAA e sobretudo, na opinião do PCP, coloca em causa algum do mais importante adquirido autónomico e do nosso processo histórico da autonomia e também pela oportunidade e actualidade que esta matéria tem na RAA.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Obrigado.

Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sobre este pedido de urgência por parte do PCP, e reconhecendo naturalmente toda a legitimidade ao PCP para fazer esta proposta, julgamos que este não é o momento adequado para apreciar esta matéria no Parlamento.

Como se sabe nós estamos num período de campanha eleitoral. A muito curto prazo, no dia 5 de Junho é que serão as eleições e daí decorrerá a formação do novo Governo do País.

Só depois do dia 5 de Junho é que será, quanto a nós, razoável aprovar uma recomendação ao Governo Regional para pressionar e falar com o Governo da República sobre as matérias que digam respeito à RAA.

Por este facto o PS não viabilizará este pedido de urgência.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Com a compreensão do Sr. Presidente queria aproveitar esta minha primeira intervenção para me dirigir ao Sr. Deputado Berto Messias e dizer-lhe que retiro a invectivação que fiz há pouco, quando disse “cresça”.

É dum maternalismo insuportável, que não é o meu estilo, e que só pode ser justificado pelo calor do debate.

Espero que considere esta minha posição.

Relativamente ao que está em debate, que é o pedido de urgência deste projecto de resolução da iniciativa do PCP, ao contrário do PS, o BE considera que é este exactamente o momento e é o momento exacto porque no dia 5 de Junho vamos ter um acto eleitoral.

É este o momento de dizer aos açorianos e açorianas com o que é que eles podem contar e até onde é que este Governo Regional, da nossa Região, está disposto a ir na luta e na defesa dos interesses dos direitos e da capacidade de sustentabilidade desta Região.

Este é o momento de dizer aos açorianos e açorianas, até que ponto é que o Governo Regional e o partido da maioria estão dispostos a contrariar os ditames da “Troika”, a contrariar as imposições do Governo da República, defendendo a nossa Lei de Finanças Regionais e o nosso Estatuto Político-Administrativo.

Deputado Berto Messias (PS): Se não há Governo da República como é que a senhora vai fazer isso?

A Oradora: Este é que é o momento, não é depois das eleições.

Nós já temos um memorando, ou vários aliás, que sendo os documentos que determinam e condicionam as nossas vidas nos próximos 2, 3, 4, 5 anos estão escritos em inglês para ninguém perceber o que lá está. Esta é que é a situação.

Agora, acrescentamos aos textos em inglês, que retiram direitos, que vão fazer a vida da maior parte dos portugueses num verdadeiro inferno, o tabu que é não saber o que é que afinal o Governo regional e o partido que o suporta vai fazer relativamente a estas imposições da República.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, o BE considera que este é o momento e se não for este o momento é mais uma vez enganar e é evitar e impedir que todos os açorianos e açorianas estejam na posse de todas as informações necessárias para votarem em consciência, em liberdade e em democracia no acto eleitoral do próximo dia 5 de Junho.

Muito obrigada Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos aqui a debater a urgência e é de facto um assunto que tem que ser debatido com urgência e tem que ser debatido antes do povo português se pronunciar sobre esta questão.

É perfeitamente inaceitável que alguns partidos políticos, nomeadamente o PS, digam que não temos governo. Temos Governo! Foi aquele que assinou o Memorando de Entendimento.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Os senhores têm que assumir as responsabilidades.

Deputado José San-Bento (PS): Era o que faltava!

O Orador: O que os senhores pretendem é que o povo português e o povo açoriano não conheçam os sacrifícios que vão significar o Memorando de Entendimento e fundamentalmente as vossas responsabilidades e as responsabilidades do vosso partido.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): É público!

Deputado João Costa (PSD): É público, em inglês!

O Orador: Os senhores querem que este assunto seja discutido depois dos votos. Depois dos votos já há Governo. Não há Governo quando os senhores têm que assumir as vossas responsabilidades.

É por isso que a vossa posição é absolutamente inaceitável, é um atentado à democracia, é um atentado ao povo açoriano porque os senhores não discutem, não assumem as suas responsabilidades. Os senhores diriam: nós não assinámos isto! Nós discordamos do Eng^o. Sócrates, ou diriam o contrário que concordavam. Mas assumiam as vossas responsabilidades, com frontalidade como tem que ser em democracia.

Os senhores têm o dever de assumir as vossas responsabilidades e não o estão a fazer. É uma cobardia política!

Deputado Francisco César (PS): Tenha calma!

O Orador: O Sr. Deputado Francisco César está a dizer para eu ter calma.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Chá de tília!

O Orador: Eu não consigo ter calma com este tipo de assuntos, com este tipo de batota. Tenho que denunciar aquilo que os senhores estão aqui a fazer, que é não votarem, não darem a vossa opinião, não assumirem a vossa responsabilidade. Isso tem custos políticos.

Deputado Francisco César (*PS*): Tem! Vão ser julgados nas eleições!

O Orador: Os senhores fogem a esses custos políticos, chutando o assunto para depois, depois do povo português se pronunciar sobre este assunto. Isto é inqualificável! É inqualificável este tipo de atitudes que os senhores estão a tomar. É por isso que eu vos tenho que condenar aqui novamente, por mais uma vez, se furtarem ao debate, por mais uma vez não terem responsabilidade de assumir as vossas decisões e das consequências gravíssimas que elas têm para o povo açoriano.

É por isso que o PPM vota a urgência de uma forma favorável, porque é urgente.

Tenho que deixar aqui este registo de mais uma vez não compreender de facto uma atitude do PS que envergonha a democracia, alguém que não quer debater um documento que afectará gravemente as nossas vidas e depois dizem que não há governo. Então não é o mesmo Governo que assinou? Esse Governo foi o que assinou o Memorando de Entendimento. Também é o Governo que poderia receber a opinião do Parlamento dos Açores, mas os senhores não têm coragem política de assumir as vossas responsabilidades. Estou a dizer-vos isto com muito frontalidade. Há uma coisa que é uma questão pessoal e há outra que é uma questão política. Eu acuso-vos frontalmente de falta de coragem política. É uma vergonha.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, pediu a palavra uma segunda vez. Atendendo a que é o requerente vou dar-lhe a palavra como aliás tenho feito nesta matéria.

(*) **Deputado Aníbal Pires** (*PCP*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quero começar por dizer que lamento profundamente a atitude do PS e do Grupo Parlamentar do PS relativamente à posição que já anunciou que vai tomar, relativamente ao pedido de urgência do PCP.

Tendo em consideração que esta matéria é uma matéria importante, exactamente pelo facto de haver eleições a 5 de Junho, que se dissesse aos açorianos de que lado é que estamos e sobretudo que se esclarecesse.

O que se trata aqui, Srs. Deputados e Sr. Líder Parlamentar do PS, é que o que está em causa é muito mais grave do que a redução dos 20 milhões de euros. O que está em causa é muito mais grave do que acabar ou reduzir a beneficiação. O que está aqui em causa é a própria autonomia e os senhores estão do lado de quem está a fazer aquilo que é o maior ataque à autonomia da história mais recente do processo autonómico.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): E disso o senhor percebe!

O Orador: Percebo sim, Sr. Secretário Regional! Percebo e bem!

Este acto como já aqui foi classificado é um acto de cobardia política, porque Vs. Exas. têm medo de enfrentar as consequências que este debate vos traria relativamente às eleições de 5 de Junho.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Muito bem!

O Orador: Isso é do que Vs. Exas. têm medo.

O argumento que utilizaram dizendo que não tínhamos Governo, ou que o Governo estava em gestão, é o mesmo argumento que se poderia ter utilizado para retirar legitimidade ao Governo para negociar com a “Troika”.

Essa legitimidade o Governo teve mas os senhores agora recusam-se com base nesse falacioso argumento para chumbar esta urgência.

É lamentável e espero que o povo açoriano perceba exactamente qual é o sentido do vosso voto ao chumbarem esta urgência pedida pelo PCP para que a ALRAA, o órgão máximo da autonomia regional, os representantes do povo açoriano se pronunciassem por iniciativa própria, relativamente a um entendimento que o vosso partido subscreveu com a “Troika”. Isso sim.

Espero que os açorianos e açorianas possam penalizar-vos, no próximo dia 5 de Junho, uma vez que Vs. Exas. não querem discutir o assunto e não querem explicar as implicações que as medidas vão ter na vida quotidiana dos açorianos e açorianas, porque vão ser duplamente penalizados: vão ser penalizados pelo aumento dos impostos, ...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): O que é que isso tem a ver com a urgência?

O Orador: ... pelo congelamento dos salários no continente e vão ser penalizados por aquilo que é uma perda irreparável do adquirido autonómico. Os senhores, como eu ontem disse daquela tribuna, estão em rota de colisão com o povo açoriano, perderam toda e qualquer característica dum partido autonomista.

É vergonhoso! É lamentável a atitude do PS.

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias pede a palavra para?

Deputado Berto Messias (*PS*): Para um protesto.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias. Tem três minutos.

(*) **Deputado Berto Messias** (*PS*): Obrigado.

Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tendo em conta o registo utilizado, quer pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão, quer pelo Sr. Deputado Aníbal Pires, não posso deixar de usar esta figura regimental para protestar quanto ao registo utilizado e até às acusações que foram feitas ao PS e ao Grupo Parlamentar.

Fui muito claro na intervenção que fiz, perfeitamente claro naquela que é a nossa posição.

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): É verdade! Uma demonstração cabal de medo!

O Orador: Percebo a tentação que o PCP tenha para vir para aqui fazer campanha eleitoral sobre uma matéria de enorme complexidade e de enorme seriedade para os Açores e para os açorianos.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

O Orador: Dizer também que não é admissível que se diga que nós estamos nesta matéria a coarctar, limitar ou condicionar o debate. Para que quem nos

ouve perceba, esta matéria não sendo discutida agora (porque entendemos que deve ser discutida após as eleições de 5 Junho, quando tivermos efectivamente um Governo da República, devidamente empossado) seguirá os seus trâmites legais, será discutida em Comissão Parlamentar e depois será discutida novamente em sede de Plenário.

Portanto não podia deixar, usando a figura regimental de protesto, de fazer mais este esclarecimento.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Para um contra-protesto.

Presidente: Mas qual é a razão? Ninguém estava a falar consigo.

Para começar tem direito a um contra-protesto o Sr. Deputado Aníbal Pires.

Depois o protesta tem obviamente a ver com uma coisa, que alguém se dirija a.

Eu creio que não foi o caso.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Sr. Presidente, se reparar no diário das sessões, há uma referência do Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do PS que diz: “o Partido Comunista e o Partido Popular Monárquico”.

Presidente: Muito bem. Então aguarde, que primeiro, como deve calcular há um contra-protesto do Sr. Deputado Aníbal Pires.

Tem a palavra Sr. Deputado.

(*) **Deputado Aníbal Pires** (*PCP*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Berto Messias, a questão é a seguinte: Vs. Exas. estão com receio, estão com medo e isso de facto é covardia.

Deputado José San-Bento (*PS*): Tanto estamos com medo que anunciamos as medidas antes do dia 5 de Junho!

O Orador: Estão! Estão com medo e estão com receio porque sabem que a vossa atitude, a vossa inabilidade política foi ... eu nem tenho adjectivo para isso. Foi uma coisa pobre, pobre.

Não há aqui nenhum objectivo de propaganda eleitoral!

O que é que foi a sua declaração política, se não um acto de campanha eleitoral?

Aliás, de todas as declarações políticas aqui proferidas, durante este plenário, a sua foi certamente aquela que tinha um cunho eleitoral mais vincado, mais marcado.

Portanto, não venha acusar o PCP de nenhuma tentativa desse género.

O PCP apresenta isto para que seja clarificado a posição, ...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Vai ser! Quando houver Governo.

O Orador: Mas quando? Quando na República Vs. Exas. já não tiverem o PS no Governo? É nessa altura? E depois nessa altura não só votariam qualquer urgência, como até votariam o projecto de Resolução do PCP.

Deputado Berto Messias (*PS*): Isso é especulação!

O Orador: Isso é outra questão. Aliás como nos têm habituado a isso.

A questão é esta e as açorianas e açorianos têm de perceber o seguinte: o PS traiu o povo açoriano! O PS traiu o adquirido autonómico!

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não diga isso!

Presidente: Sr. Deputado, creio que se pode dizer tudo o que o senhor Deputado tem direito a dizer tendo algum cuidado com os termos.

Há palavras que têm um significado muito preciso e acho que têm que ser usadas com a devida conta.

Creio que o debate está a resvalar e não vejo necessidade nenhuma para isso.

Apelo ao bom senso, à serenidade e à elevação dos Srs. Deputados.

Sr. Deputado Berto Messias.

Deputado Berto Messias (*PS*): Sr. Presidente não queria fazê-lo, mas tenho que pedir uma defesa de honra da bancada.

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): Defesa da honra, porquê?

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Porque disse que o Partido Socialista traiu os açorianos!

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): E traiu!

Presidente: Sr. Deputado eu vou dar-lhe a defesa da honra.

Faço um apelo aos Srs. Deputados.

Nós temos regras regimentais e temos que cumpri-las.

Nos pedidos de urgência os partidos falam uma vez e não vou permitir que se transforme isto num debate ao abrigo de protestos e de defesas da honra.

Portanto, vou dar a palavra ao Sr. Deputado Berto Messias, de seguida ao Sr. Deputado Aníbal Pires, depois ao Sr. Deputado Paulo Estêvão, que foi referido há pouco no voto de protesto, e depois vamos prosseguir o debate.

O Regimento diz que com excepção do requerente fala-se uma vez.

Sr. Deputado Berto Messias tem a palavra.

(*) Deputado Berto Messias (PS): Obrigado.

Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Peço desculpa, no entanto tendo em conta as afirmações feitas pelo Sr. Deputado Aníbal Pires, não tenho outra escolha de fazer um pedido de defesa da honra da bancada, quando diz que o PS trai os açorianos e o PS não defende os Açores nem os açorianos.

É absolutamente falso e lamentável até que o senhor use o debate em que estamos para fazer este tipo de afirmações.

Volto a dizê-lo: a nossa postura, o nosso trabalho, é perfeitamente conhecido, no âmbito da defesa dos Açores e da defesa dos açorianos.

Fui muito claro nas duas vezes que já tive que fazer intervenções no debate deste pedido de urgência.

Nós entendemos que não é o momento tendo em conta que Portugal neste momento não tem Governo, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é verdade!

O Orador: ... porque estamos em eleições, vamos entrar segunda-feira em campanha eleitoral e admitir também como o senhor se recorda que entendemos que após as eleições de 5 de Junho é que esta casa se deve pronunciar e recomendar ao Governo Regional que fale, que pressione e faça todas as diligências necessárias junto do Governo da República, então empossado após as eleições de 5 de Junho, sobre as matérias que dizem respeito à Região e sobre as matérias que versam no seu projecto de resolução.

Muito obrigado.

Presidente: Tem 3 minutos Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas quero referir o seguinte.

Em Março foi aprovado aqui um projecto de resolução, por unanimidade, da autoria do PS, que versava exactamente algumas das questões que versam este projecto de resolução, apresentado hoje pelo PCP.

O que é que se alterou?

A atitude o PS. Apenas isso.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Deixou de haver Governo!

O Orador: Não! Não! Há Governo, Sr. Secretário!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não me parece!

O Orador: Sr. Presidente vou tentar não tomar muito tempo e manter a calma, indo de encontro ao apelo que V. Ex^a. me fez, mas a questão é esta.

As implicações têm forçosamente que obrigar a uma revisão da Lei de Finanças Regionais.

Isso é exactamente o contrário daquilo que foi aqui aprovado por esta Câmara e por unanimidade em Março de 2011 e foi exactamente isso que o PS se esqueceu e subscreveu com a “Troika” e aceitou.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Isso não tem nada a ver com a urgência!

O Orador: Tem a ver.

Deputado Berto Messias (PS): O senhor está a falar do teor da proposta, não sobre a urgência!

O Orador: O Sr. Deputado Berto Messias ficou muito ferido na sua susceptibilidade por eu ter dito que Vs. Exas. tinham traído o povo açoriano. Eu estou a justificar porque é que utilizei esse termo.

Esse termo está perfeitamente justificado e eu não o retiro e não o retiro porque aquilo que aconteceu foi exactamente isso.

Aquilo que Vs. Exas. aceitaram foi uma revisão da Lei das Finanças Regionais, que é para ser feita até ao fim de 2011, pois só assim é que é possível retirar a diferenciação dos 30 para os 20%.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): O que é que o senhor quer dizer com isso?

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): O senhor não sabe o que está a dizer!

O Orador: Quero dizer que traíram o povo açoriano.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão para um contra-protesto.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Berto Messias, não posso retirar uma única vírgula daquilo que lhe disse.

Há momentos em que os partidos políticos assumem as suas responsabilidades, mesmo que sejam momentos que do ponto de vista conjuntural interessam ou não.

É uma questão de coragem.

Eu percebo que para o PS, neste momento em que se encontra numa situação eleitoral muito difícil, não era uma notícia boa que chegasse a Lisboa dizendo que o Parlamento dos Açores, não está de acordo com as medidas que foram aprovadas no Memorando de Entendimento em relação aos Açores.

Não era uma boa notícia para eles, mas era uma boa notícia para a autonomia dos Açores, porque era uma notícia de coragem, era uma notícia de frontalidade.

Eu tenho a certeza que os senhores vão perder as eleições e no dia 6 de Junho será a primeira coisa que os senhores vêm aqui dizer: nós sempre estivemos contra! Não tivemos foi oportunidade porque não existia Governo em Portugal! O Governo em Portugal já existe há 900 anos e nunca pára enquanto existir independência nacional.

Portanto, o Governo que aprovou este Memorando de Entendimento e que teve competência, é o que teria competência em receber um protesto do Parlamento dos Açores, uma posição firme.

Os senhores por uma questão partidária colocaram o Eng^o. Sócrates e os resultados eleitorais do PS acima dos Açores. Eu percebo.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O senhor não percebe nada!

O Orador: Percebo aquilo que é essencial, que é tomar as posições de coragem que é preciso tomar.

Para terminar digo-lhe, Sr. Deputado Berto Messias, há momentos de coragem, há momentos em que temos o encontro com a história, afirmar a autonomia dos Açores, afirmar a determinação do Parlamento dos Açores, em relação àquelas que são as nossas competências e os senhores falharam esse momento com a história. Entre a coragem e a covardia, escolheram a covardia.

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias tem 3 minutos para responder, querendo.

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Presidente, acho que já fui bem claro!

Presidente: Também creio que sim.

Sras. e Srs. Deputados vamos prosseguir voltando às nossas inscrições. Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na opinião do PSD não colhe o argumento que o PS usa para chumbar esta urgência e não colhe o argumento de que não temos Governo na República, porque isto é uma pronúncia sobre uma situação de facto, sobre a situação política e sobre um acordo que já está assinado.

Portanto, neste aspecto acho que o argumento do PS é claramente frágil.

Portanto, outras razões certamente estarão por detrás do chumbo do PS que o PS se prepara para fazer em relação à urgência.

Pelo nosso lado, do lado do PSD, estamos preparados para este debate.

Sabemos de quem é a culpa da situação onde chegámos, ...

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... sabemos de quem é a culpa do que foi negociado com o Governo da República, sabemos até as razões de alguma satisfação do Governo Regional em relação ao acordo, até porque vão ficar com os bolsos mais gordos à custa dos bolsos mais magros dos açorianos.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): Um acordo que os senhores assinaram também!

O Orador: Sabemos ainda a razão essencial pela qual verdadeiramente o PS vai chumbar esta urgência. É que o PS prepara-se para fazer a guerrilha a partir do dia 5 de Junho, sabendo que o Governo da República não será socialista e então aguarda por essa altura. Nessa altura sim, vai defender os interesses dos açorianos.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD e do PPM)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Primeiro ponto: nós entendemos que pelo facto de estarmos em campanha pré-eleitoral, este Parlamento não se pode furtar àquelas que são as suas obrigações e o seu trabalho.

Portanto todas as iniciativas que forem aqui apresentadas obviamente, dentro do nosso Regimento, têm toda a legitimidade para serem analisadas, debatidas, discutidas e votadas, caso contrário, então durante a pré-campanha ou campanha eleitoral, não poderia haver trabalhos parlamentares, ...

Deputado Clélio Meneses (PSD): O Governo tem que ir inaugurar!

O Orador: ... tínhamos que suspender os trabalhos parlamentares.

(Apartes inaudíveis entre as diversas bancadas).

O Orador: Correspondendo até a um apelo do Sr. Presidente, queria fazer esta intervenção com alguma serenidade, para ver se nos entendemos e se nos centramos no que é essencial e esquecer o acessório.

Efectivamente este Parlamento tem toda a legitimidade para se pronunciar sobre qualquer assunto, independentemente de estarmos ou não em campanha eleitoral.

Deputado Berto Messias (PS): Pois claro que tem!

O Orador: Não podemos condicionar o debate usando justamente esse argumento que não colhe perante ninguém e muito menos perante esta Assembleia.

Segundo ponto: percebe-se por que é que o PS não quer aprovar, nem sequer pronunciar-se, sobre a substância deste projecto de resolução. Fica à espera, ...

Deputado Berto Messias (PS): Do resultado das eleições!

O Orador: ... depois do dia 5 de Junho, porque terá naturalmente aí uma posição diferente: se o Governo for do PS chumba o projecto, se não for do PS aprova o projecto.

Deputado Berto Messias (PS): Estamos à espera que haja governo!

O Orador: Agora, há uma coisa que eu não posso admitir e estou verdadeiramente menente (para usar uma expressão que já foi aqui referida durante esta tarde), que é o seguinte: não temos Governo, não há Governo!

Sr. Secretário Regional e Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do PS:

Eu estou preocupado, estou até angustiado. Então a ida dum Sr. Mendonça às Flores, não é Ministro do Governo?

Deputado Berto Messias (PS): Não faça fait divers! O senhor percebe perfeitamente! Isso é uma manobra de diversão!

O Orador: Então foi uma farsa o que foi fazer às Flores?

Temos ou não Governo?

Fico angustiado, fico preocupado pelos florentinos, dos senhores virem aqui dizer que não têm Governo e mandam o cidadão António Mendonça às Flores, assinar o protocolo, que ele não pode assinar porque não é Ministro, porque não há Governo.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Então diga isso ao Sr. Deputado Paulo Rosa!

O Orador: Não temos Governo quando não dá jeito e temos quando dá jeito.

Deputado Berto Messias (*PS*): Manobras de diversão!

O Orador: Temos um Governo constitucional, em funções, com os seus poderes limitado, e eu por acaso até duvido que possa assinar um protocolo de 100 milhões de euros.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Se o senhor não quer, mandamos os milhões para trás e o senhor explica aos açorianos!

O Orador: Mas isso vamos esclarecer brevemente.

(Apartes inaudíveis entre o Secretário Regional da Presidência e as diversas bancadas)

O Orador: Sr. Secretário, permita-me, sem o querer ofender que o chá de tília, que o senhor estava a recomendar há bocado, é melhor tomar um golinho para ver se se acalma.

Se não há Governo, e a desculpa é não há Governo, para que nós possamos aqui aprovar esta urgência e debater este projecto, também não há Governo para vir fazer números para a Ilha das Flores.

Usando os vossos argumentos, eu sou levado a pensar (eu, os florentinos e os açorianos) que aquilo não passa de uma encenação.

Deputado Berto Messias (*PS*): Passa!

O Orador: Não passa de uma encenação!

Deputado Berto Messias (*PS*): Pergunte aos florentinos!

O Orador: Portanto é bom que nos entendamos nessa matéria.

Deputado Berto Messias (*PS*): Isto de urgência não tem nada, Sr. Presidente!

O Orador: O Governo da República em gestão, demissionário, constitucionalmente foi o Governo que negociou com a “Troika”, respeitando os seus deveres constitucionais. O Governo que está em funções, demissionário,

negociou com a “Troika”, justamente o Memorando que aqui é referido neste projecto de resolução.

Deputado Berto Messias (PS): Com o qual o CDS concordou!

O Orador: Portanto, temos Governo. As vossas desculpas não colhem. As vossas desculpas não são aceitáveis.

Mais do que isso, esquecendo todos esses argumentos ou relevando-os também, porque são importantíssimos, parece-me que é passar um atestado de total inactividade a esta casa de não se poder pronunciar, legitimamente.

Deve fazê-lo agora, porque agora é que tem interesse fazê-lo. Agora é que devemos dizer aos açorianos o que é que pensamos, agora é que devemos dizer: Esta casa não é o PSD, o CDS, o BE, o PCP.

Cada um terá a sua opinião, mas esta casa, como já fez, e bem, no passado e como já fez o Governo Regional dos Açores, e bem, no passado, como já várias vezes reconheci, deve, mais uma vez, mostrar a união, a unidade dos açorianos ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... e mostrar perante a República a nossa força, a nossa coesão e dizer que não aceitamos tudo o que nos quiserem impor.

Sr. Secretário, independentemente, de estratégias político-partidárias, que é legítimo que todos as tenham...

(Apartes inaudíveis)

O Orador: Sr. Presidente...

Presidente: Sr. Deputado, faça favor de continuar, cingindo-se tanto quanto possível à urgência.

O Orador: Sr. Presidente, ainda não me desviei um milímetro da urgência.

Presidente: A unidade tem a ver com a substância, não é com certeza relativamente à urgência.

O Orador: A unidade de aprovar a urgência leva a se vamos discutir a substância. É isso que eu me refiro. Se estivermos unidos para aprovar a urgência, naturalmente discutiremos a substância.

Percebo mais uma vez o incómodo do Sr. Deputado Berto Messias, ...

Deputado Berto Messias (PS): Não estou incomodado!

O Orador: ... mas vou pedir-lhe uma coisa.

Há aqui gente nesta casa que já tem legitimidade e maturidade democrática, nessa bancada e em todas, para discutir esses assuntos, como já fizemos no passado quando são necessários.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: O pedido de urgência foi rejeitado com 27 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Para pedir um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental. Regressamos às 19 horas e 05 minutos.

(Eram 18 horas e 51 minutos).

Presidente: Vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Agradecia que reocupassem os vossos lugares.

(Eram 19 horas e 09 minutos).

Temos mais dois pontos na nossa agenda que se prendem com pedidos de autorização para depoimentos judiciais na qualidade de testemunha dos Srs. Deputados José Francisco Salvador Fernandes e José Gaspar Rosa de Lima.

Ambos foram ouvidos na Comissão, concordam em depor, um oralmente, outro por escrito. Os assuntos não têm nada a ver com o exercício das suas funções e o parecer da Comissão é unânime no sentido de que essa prestação de depoimentos deve ser autorizada.

Não havendo oposição da câmara eu colocava os dois à votação em conjunto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como se encontram.

Secretário: Os pedidos de autorização foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vou pôr à vossa consideração a seguinte Proposta de Deliberação: “**A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, propõe que a Assembleia declara findo o período legislativo de Maio**”.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manterem como se encontram.

Secretário: A deliberação apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Muito obrigado a todos. Boa noite.

Bom regresso às vossas casas e até sempre.

(Eram 19 horas e 10 minutos)

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Social Democrata (PSD)

Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira Ramos

Partido Popular (CDS/PP)

Artur Manuel Leal de Lima

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

Aníbal da Conceição Pires

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Alzira Maria de Serpa e Silva

Hernâni Hélio Jorge

Partido Social Democrata (PSD)

Cláudio José Gomes Lopes

(*) Texto não revisto pelo Orador

Listagem da correspondência

1 – Projecto de Decreto-Lei:

Assunto: Audição n.º 162/IX da Presidência do Conselho de Ministros - Projecto de Decreto-Lei que expande a rede de mobilidade eléctrica às Regiões Autónomas e procede a ajustamentos na sinalização rodoviária relativas aos veículos eléctricos, procedendo à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 39/2010, de 26 de Abril e à quinta alteração ao Decreto Regulamentar n.º 22-A/98, de 1 de Outubro - MEID - (Reg. DL 152/2011)

Autor: Gabinete do Conselho de Ministros

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2011 – JUNHO – 3.

2 – Projectos de Resolução:

Assunto: [Igualdade de tratamento na SATA Air Açores e na SATA Internacional](#)

Autor: CDS/PP

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2011 – JUNHO – 20;

Assunto: [Prevenção do Bullying nas escolas](#)

Autor: PSD

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2011 – JUNHO – 20.

3 - Requerimento:

Assunto: [Apoio no sector das Pescas](#)

Autores: António Pedro Costa e Aida Santos (PSD)

Data de Entrada: 2011.05.18

Referência: 54.03.00 – N.º 464/IX.

4 - Resposta a Requerimentos:

Assunto: [Sinalização nos Caminhos Agrícolas - Nordeste](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.05.17

Referência: 54.01.02 – N.º 437/IX;

Assunto: [Litotricia na Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.05.17

Referência: 54.06.00 – N.º 453/IX;

Assunto: [Estrada n.º 1 de 2.ª de acesso à Fajã do Ouvidor – Ilha de São Jorge –
Repavimentação/manutenção precisa-se...](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.05.17

Referência: 54.03.05 – N.º 457/IX;

Assunto: [Carreira e remunerações do pessoal de enfermagem](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2011.05.17

Referência: 54.03.00 – N.º 460/IX.

A redactora: Maria da Conceição Fraga Branco